



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 7 | Julho 2010



Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

GPEAR I

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação,
e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Julho de 2010

Elaborado com informação disponível até ao dia 22 de Julho.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av^a Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	9
2. Conjuntura Nacional	12
3. Comércio Internacional	22
Destaques	29
Base 2006 das Contas Nacionais Portuguesas: Principais Resultados	31
Relatório de Orientação da Política Orçamental	35
Evolução Recente das Exportações Portuguesas por Agrupamentos de Bens	37
Artigos	39
Em Análise	41
Criação de Empresas em Portugal e Espanha: Análise Comparativa com Base nos Dados do Banco Mundial	41
A Evolução do Valor Acrescentado Bruto e do Excedente Bruto de Exploração dos Ramos de Actividade entre 2000 e 2007	57
Iniciativas e Medidas Legislativas	61
Abreviaturas Utilizadas	69

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * A situação da economia mundial continuou a dar sinais de melhoria no 1.º semestre, tendo o ritmo de recuperação sido mais acentuado nos países emergentes e mais moderado na generalidade das economias avançadas. Enquanto se assistiu no final deste período a uma diminuição das preocupações relacionadas com a dívida soberana de alguns países da área do euro, persiste a incerteza quanto ao ritmo esperado de recuperação económica mundial.
- * Nos EUA, os indicadores de confiança dos empresários para o 2.º trimestre de 2010 apresentaram-se favoráveis, em linha com a evolução dos indicadores quantitativos, nomeadamente no que se refere às vendas de comércio a retalho, produção industrial e exportações. Neste período, a taxa de desemprego manteve-se em 9,7% e a taxa de inflação abrandou para 1,8% (2,4% no 1.º trimestre).
- * O indicador de sentimento económico da União Europeia (UE) e da Área do Euro (AE) referente ao 2.º trimestre continuou a melhorar, com destaque o aumento da confiança dos empresários da indústria e dos serviços. Em Maio, a taxa de desemprego manteve-se em 10% na AE e a taxa de inflação homóloga da AE, diminuiu para 1,4% em Junho (1,6% em Maio), em resultado da maior desaceleração dos preços de energia.
- * As taxas de juro a 3 meses continuaram a aumentar ligeiramente em Junho e Julho na área do euro, enquanto as dos EUA mantiveram-se sensivelmente inalteradas até 19 de Julho, interrompendo a subida registada nos meses precedentes. As taxas de juro de longo prazo diminuíram em Junho nos EUA, resultando, em parte, de novos receios aliados ao ritmo de recuperação da economia mundial.
- * O preço spot do petróleo *Brent* continuou a diminuir em Julho, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 19, apresentado um valor de 74 USD/bbl (59€/bbl).

Conjuntura Nacional

- * O indicador de clima económico do INE que sintetiza a informação qualitativa referente ao mês de Junho aponta para uma melhoria. Também, o indicador de actividade económica do INE, com informação quantitativa até Maio sugere a continuação da recuperação da actividade económica.
- * A informação disponível para o 2.º trimestre, sugere ainda a continuação da recuperação do consumo privado e do investimento.
- * Os fluxos de comércio internacional, até Maio, continuam com uma evolução favorável, quer nas exportações como nas importações.
- * Em Maio, a taxa de inflação homóloga foi de 1,2%, mais 0,14p.p. do que no mês anterior. A taxa de variação homóloga do IHPC foi de 1,1%, situando-se 0,3p.p. abaixo do verificado na área do euro.
- * No primeiro semestre de 2010, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 7763 milhões de euros, o que representa um agravamento de 462 milhões de euros face ao mesmo período de 2009. O excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 948,2 milhões de euros, representando uma diminuição de 230,1 milhões de euros face ao período homólogo. Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente na execução orçamental de 842,8 milhões de euros, o que constitui uma melhoria de 116,1 milhões de euros quando comparado com o mesmo período de 2009.

Comércio Internacional

O Instituto Nacional de Estatística passou recentemente a utilizar uma nova metodologia no cálculo dos dados do Comércio Internacional, tendo revisto a série para o período 1993-2009.

O INE divulga estimativas para o total do Comércio Internacional, elaboradas com base em estimativas abaixo do limiar de assimilação, no comércio intracomunitário, bem como nas não-respostas.

A criação em 2007 da Informação Empresarial Simplificada (IES) veio facilitar o estudo comparativo dos dados do Comércio Internacional com outras fontes, constituindo, juntamente com a informação do IVA, já utilizada desde 2005, importantes fontes para a aferição da qualidade das estatísticas do Comércio Internacional.

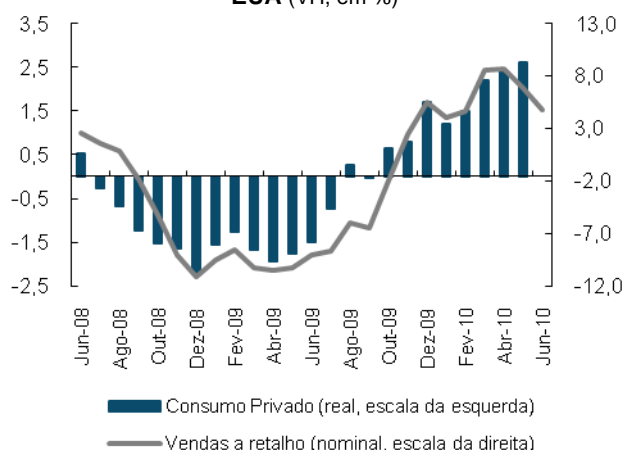
- * Uma **estimativa rápida de dados agregados** para o mês de Maio de 2010 do comércio intracomunitário, aponta para taxas de variação homólogas do comércio global (Intra+Extra) positivas no período de *Janeiro a Maio*, de 14,7% nas saídas e de 9,9% nas entradas de mercadorias, com o défice (Fob-Cif) a aumentar 1,9%.
- * Os dados desagregados do período de *Janeiro a Abril de 2010*, agora divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, correspondem a uma primeira versão, sendo os de 2009, constantes dos quadros, valores implícitos na nova série do comércio internacional (1993-2009). De acordo com os dados disponíveis, no período de *Janeiro a Abril de 2010* as saídas^[3] de mercadorias (comércio Intra + Extra UE) aumentaram 14,6%, tendo as entradas crescido 8,8%, em termos homólogos.
- * No período em análise as expedições para o *mercado comunitário* cresceram 13,3%, cabendo aumentos de 12,9% aos países da UE-15 e de 23,1% aos 12 Países do Alargamento. Destacam-se crescimentos de 15,4% nas expedições para Espanha, o principal mercado de destino das mercadorias portuguesas, de 18,9% para o Reino Unido, de 32,9% para os Países Baixos, de 28,7% para a Bélgica e de 21,8% para a Polónia. As expedições para a Alemanha cresceram 7,6% e para França 8,9%.
- * No mesmo período, as exportações para os Países Terceiros aumentaram 19,0%. De assinalar o incremento das exportações para os EUA (+52,6%), Brasil (+104,1%), China (+39,3%), México (+135,0%) e Turquia (+95,8%), entre outros.
- * Nos 4 primeiros meses do ano as “exportações” de Bens e Serviços aumentaram 10,6% em termos homólogos, resultado para o qual contribuíram os Bens (+10,0 p.p.), a par do contributo positivo, mas de menor amplitude, por parte dos Serviços (+0,6% p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Actividade Económica Extra-UE

A economia mundial continuou a melhorar no 1.º semestre de 2010, embora o ritmo de recuperação tenha sido mais acentuado nos países emergentes e mais moderado para a generalidade das economias avançadas. A taxa de inflação manteve-se estável nos países da OCDE, enquanto se assistiu a uma aceleração dos preços nas economias emergentes.

Figura 1.1. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



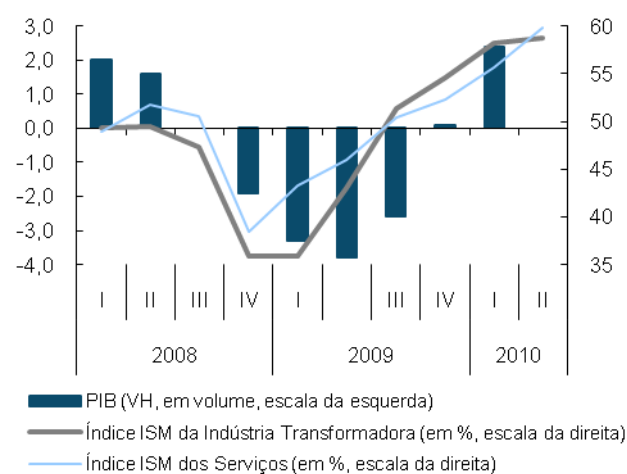
Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Nos **EUA**, no 2.º trimestre, em termos homólogos:

- as vendas a retalho aumentaram 6,8% em termos nominais (5,7% no 1.º trimestre) apesar de se ter assistido a uma ligeira desaceleração nos meses de Maio e Junho;
- a produção industrial subiu para 7,2% (2,7% no 1.º trimestre) e a taxa de utilização da capacidade produtiva da indústria progrediu para 73,8% (72,5% no 1.º trimestre);
- a taxa de desemprego manteve-se em 9,7% e a taxa de inflação homóloga diminuiu para 1,8% (2,4% no 1.º trimestre).

No conjunto dos meses de Abril e Maio de 2010 e em comparação homóloga, o consumo privado aumentou 2,5% em termos reais (1,6% no 1.º trimestre) e as exportações registaram um crescimento de 20,4% em termos nominais (15,4% no 1.º trimestre).

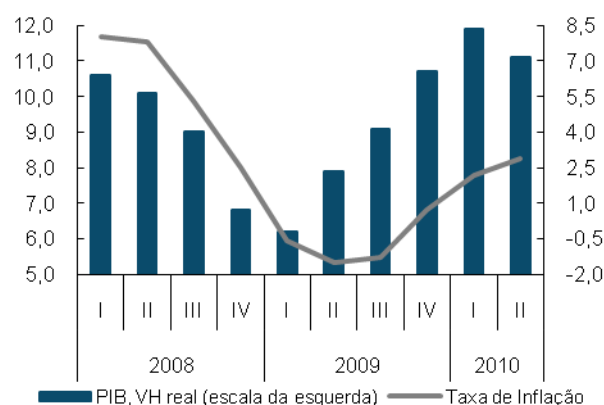
Figura 1.2. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contracção da actividade.

No 2.º trimestre de 2010, o PIB da **China** registou um crescimento de 11,1% em termos homólogos reais (11,9% no 1.º trimestre) associado a um crescimento robusto tanto da procura interna como das exportações. Estas aceleraram para 41% em termos homólogos nominais neste período (30% no 1.º trimestre). A taxa de inflação homóloga aumentou para 2,9% no 2.º trimestre (2,2% no 1.º trimestre).

Figura 1.3. PIB e Taxa de Inflação da China



Fonte: Instituto de Estatística da China.

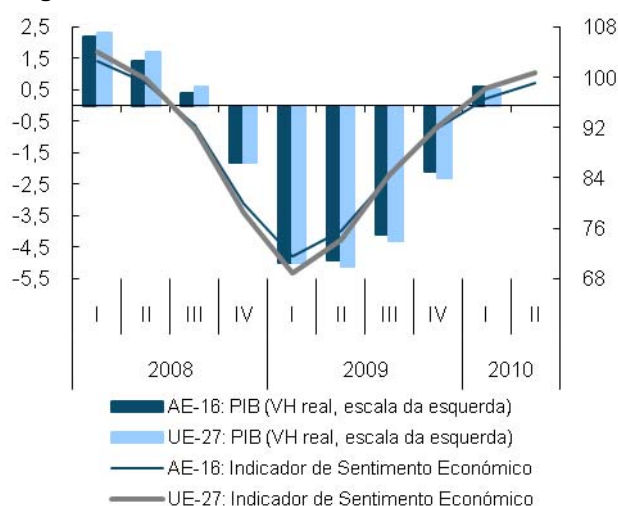
Quadro 1.1. Indicadores de Actividade Económica Extra-EU

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010		2010			
				2T	3T	4T	1T	2T	Mar	Abr	Mai	Jun
EUA – PIB real	VH	BEA	-2,4	-3,8	-2,6	0,1	2,4	:	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	-9,3	-12,7	-8,6	-3,8	2,7	7,2	4,4	5,5	7,9	8,2
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	46,2	43,0	51,4	54,6	58,2	58,8	59,6	60,4	59,7	56,2
Índice ISM dos Serviços	%	"	48,0	46,0	50,4	52,3	55,7	59,8	60,0	60,3	61,1	58,1
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	66,3	68,2	68,4	70,2	73,9	73,9	73,6	72,2	73,6	76,0
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,3	9,3	9,6	10,0	9,7	9,7	9,7	9,9	9,7	9,5
China – PIB real	VH	NBSC	9,1	7,9	9,1	10,7	11,9	11,1	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	-16,0	-23,5	-20,5	0,9	30,3	41,0	24,3	30,5	48,5	43,9
Japão – PIB real	VH	COGJ	-5,2	-6,0	-4,9	-1,4	4,2	:	-	-	-	-

Actividade Económica da UE

No 2.º trimestre de 2010, o indicador de sentimento económico subiu tanto na União Europeia (UE) como na área do euro (AE), devido sobretudo à melhoria dos indicadores de confiança dos empresários da indústria e dos serviços. Porém, o indicador de confiança dos consumidores manteve-se estável e a confiança dos empresários da construção deteriorou-se ligeiramente na AE.

Figura 1.4. PIB e Sentimento Económico da UE e AE

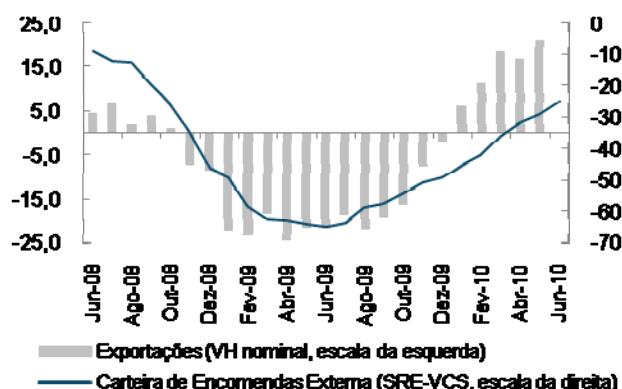


Fontes: CE; Eurostat. Nota: A partir de Maio/10, os indicadores de confiança apresentam uma quebra de série devido à alteração da classificação das actividades económicas (de NACE Rev.1 para NACE Rev.2).

No conjunto dos meses de Abril e Maio, os indicadores quantitativos para a área do euro relativos à actividade industrial (produção e exportações) continuaram a acelerar. Em termos homólogos:

- a produção industrial subiu para 9,5% (4,8% em Março);
- as exportações aumentaram 18,9% em termos nominais (11,8% no 1.º trimestre);
- as vendas a retalho apresentaram uma ligeira quebra de 0,2% em termos reais (+0,1% no 1.º trimestre).

Figura 1.5. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro

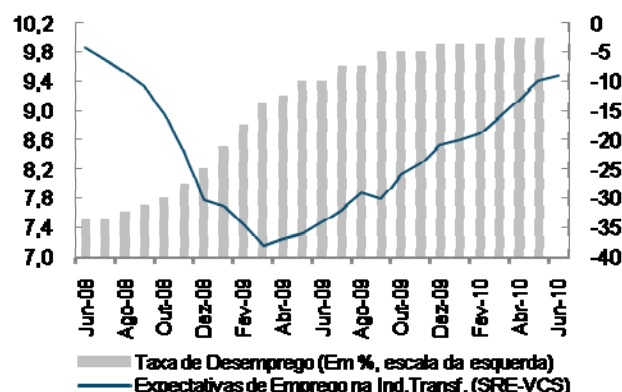


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em Maio de 2010, a taxa de desemprego manteve-se em 10% na AE e em 9,6% na UE.

Em Junho de 2010, as expectativas dos empresários quanto à criação de emprego melhoraram para a indústria transformadora e para o comércio a retalho; enquanto estabilizaram para os serviços e para a construção.

Figura 1.6. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em Junho de 2010, a taxa de inflação homóloga da área do euro diminuiu para 1,4% (1,6% em Maio), em resultado sobretudo da desaceleração dos preços de energia, os quais aumentaram 6,2% (9,2% em Maio). A taxa de inflação homóloga, excluindo os preços dos produtos energéticos e alimentares não transformados manteve-se em 0,9%.

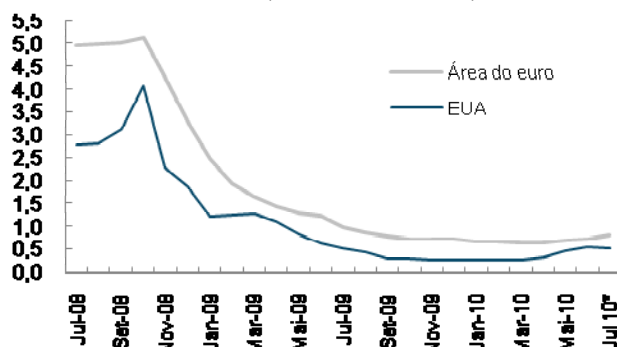
Quadro 1.2. Indicadores de Actividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010		2010			
				2T	3T	4T	1T	2T	Mar	Abr	Mai	Jun
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	-4,2	-5,1	-4,3	-2,3	0,5	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	79,9	74,2	84,3	92,2	98,2	100,7	99,8	101,9	100,2	100,1
Área do Euro (AE-16) – PIB real	VH	Eurostat	-4,1	-4,9	-4,1	-2,1	0,6	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	80,8	75,6	84,1	91,9	96,6	99,2	97,9	100,6	98,4	98,7
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-14,9	-18,6	-14,7	-7,3	4,8	:	7,8	9,6	9,3	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-2,2	-2,4	-2,2	-1,0	0,1	:	0,9	-0,7	0,3	:
Taxa de Desemprego	%	"	9,4	9,3	9,7	9,8	9,9	:	10,0	10,0	10,0	:
IHPC	VH	"	0,3	0,2	-0,4	0,4	1,1	1,5	1,4	1,5	1,6	1,4

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

As taxas de juro de curto prazo continuaram a aumentar ligeiramente na área do euro, enquanto mantiveram-se sensivelmente inalteradas nos EUA. Em Julho, em média até ao dia 19, as taxas subiram na área do euro para 0,82% (0,73% no mês de Junho) e situaram-se em 0,53% nos EUA.

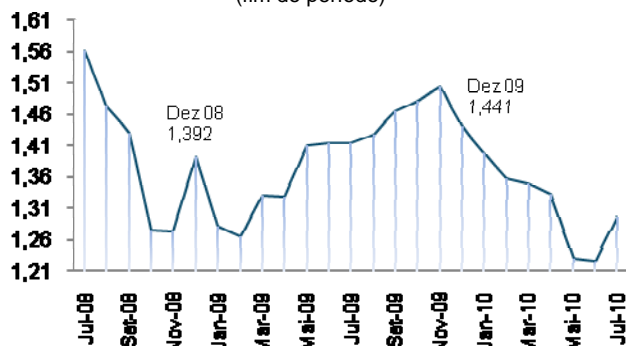
Figura 1.7. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fontes: BCE; IGCP. * Média até ao dia 19.

Em Junho de 2010, as taxas de juro de longo prazo continuaram a diminuir nos EUA. Neste período, assistiu-se a uma diminuição das preocupações quanto ao risco soberano de alguns países da área do euro, mas novos receios surgiram associados à sustentabilidade da recuperação da economia mundial.

Figura 1.8. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



Fonte: Banco de Portugal. Para Julho, o valor é do dia 19.

Quadro 1.3. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

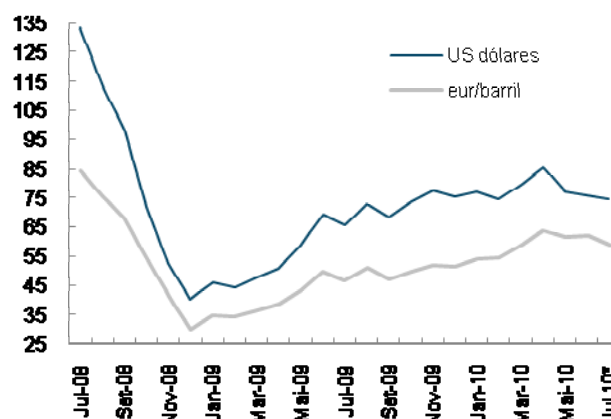
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010		2010			
				2T	3T	4T	1T	2T	Mar	Abr	Mai	Jun
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	0,70	1,10	0,75	0,70	0,63	0,77	0,63	0,66	0,70	0,77
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	3,25	3,31	3,50	3,45	3,72	3,49	3,73	3,85	3,42	3,20
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	3,84	3,98	3,79	3,68	3,72	:	3,64	3,69	3,54	:
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,441	1,413	1,464	1,441	1,348	1,227	1,348	1,332	1,231	1,227
Dow Jones*	VC	Yahoo	18,8	11,0	15,0	7,4	4,1	-10,0	5,1	1,4	-7,9	-3,6
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	21,1	16,0	19,6	3,2	-1,1	-12,2	7,4	-3,9	-7,3	-1,4
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	62,45	59,58	69,00	75,51	77,22	79,53	79,90	85,64	77,22	75,74
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-35,2	-50,0	-39,9	37,5	68,9	33,5	68,2	68,4	31,8	9,3
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-30,7	-42,8	-36,6	22,4	59,0	43,1	61,8	65,7	43,2	25,5
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	45,4	42,3	48,5	49,3	56,2	61,5	59,0	60,9	63,2	60,5

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009 e 2010 corresponde à média diária do IGCP.

Após a taxa de câmbio do euro face ao dólar ter atingido, no início de Junho, o valor mais baixo dos últimos 4 anos, o euro tem vindo a apreciar-se até meados de Julho, situando-se, em 1,30 no dia 19 (+5,6% face ao final do mês de Junho).

Em Junho de 2010, o índice de preços relativo do petróleo importado desceu para 60,5 (por memória atingiu o valor de 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em Julho, e até dia 19, o preço do petróleo Brent continuou a diminuir para se situar, em média, em 74 USD/bbl (59 €/bbl).

Figura 1.9. Preço médio Spot do Petróleo Brent (em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 19.

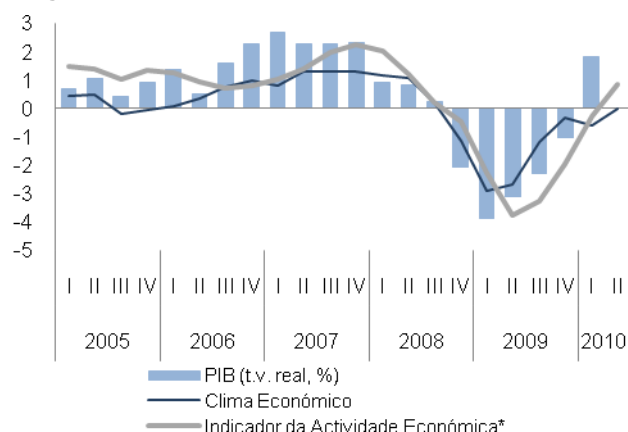
No 2.º trimestre de 2010, o preço das matérias-primas não energéticas desacelerou para 19,3% em termos homólogos (27,4% no 1.º trimestre), devido à desaceleração dos preços dos produtos alimentares, metais e industriais.

2. Conjuntura Nacional

Actividade Económica e Oferta

No 2.º trimestre de 2010, o indicador de clima económico continuou a sua trajectória ascendente iniciada no 2.º trimestre do ano passado. Também o indicador de actividade económica (já ponderado e calibrado pela Base 2006 das Contas Nacionais) continuou a crescer, dando continuidade a uma evolução positiva iniciada no final do 2.º trimestre do ano passado.

Figura 2.1. PIB e Indicadores de Síntese Económica



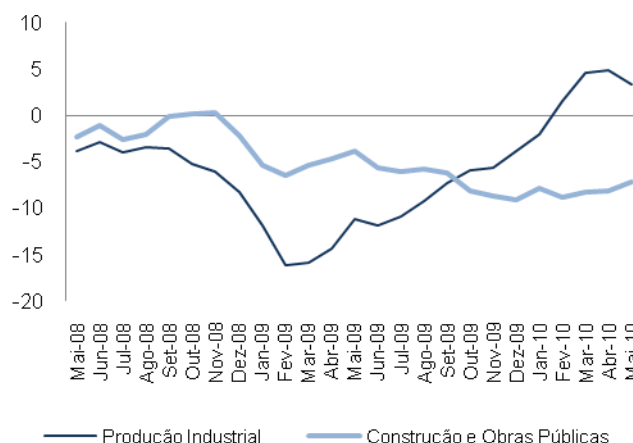
(*) Disponível até Maio

Fontes: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado Maio, indicam que:

- na indústria transformadora, os índices de produção e de volume de negócios cresceram 3,4% e 13,1%, respectivamente (4,8% e 11,7% no trimestre anterior);
- o índice de produção na construção e obras públicas diminuiu 7,2% (-8,1% no trimestre precedente);
- os índices de volume de negócios nos serviços e no comércio a retalho registaram crescimentos de 4,2%, e de 0,9%, respectivamente (2,5% e 0,4% no trimestre anterior).

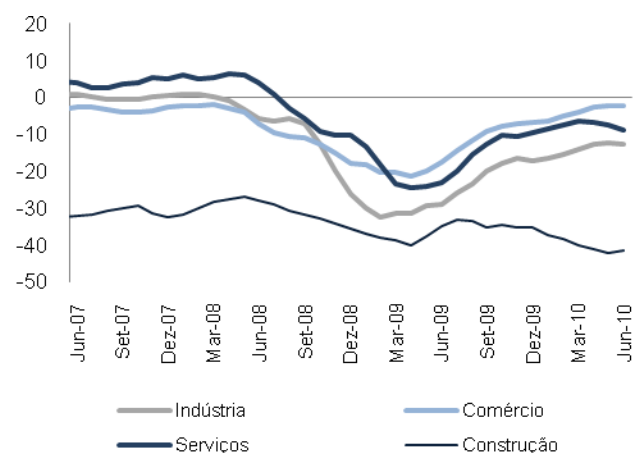
Figura 2.2. Índices de Produção
(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

No 2.º trimestre assistiu-se a uma melhoria dos indicadores de confiança no comércio e na construção e a uma deterioração desses mesmos indicadores nos serviços.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança
(SRE, MM3)



Fonte: INE.

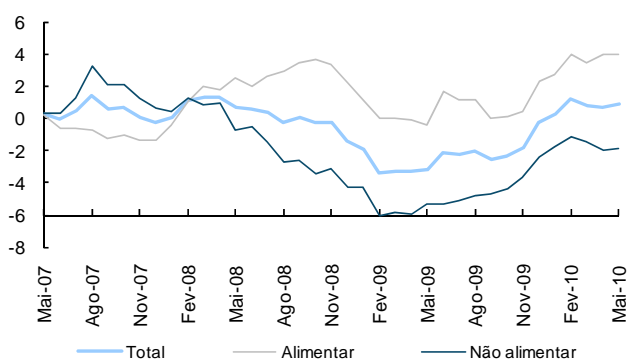
Quadro 2.1. Indicadores de Actividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010		2010			
				2T	3T	4T	1T	2T	Mar	Abr	Mai	Jun
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	-2,6	-3,1	-2,3	-1,0	1,8	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-1,8	-2,7	-1,2	-0,3	-0,6	0,0	-0,5	-0,2	0,0	0,1
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-24	-29	-20	-17	-14	-13	-13	-11	-13	-13
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-13	-17	-9	-7	-4	-2	-3	-2	-3	-2
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-17	-23	-13	-10	-7	-9	-6	-7	-9	-10
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-36	-35	-35	-35	-40	-41	-41	-43	-42	-39
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-9,9	-11,9	-7,2	-3,9	4,6	:	7,8	0,4	1,9	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-17,9	-22,0	-18,1	-6,7	10,7	:	16,6	9,9	12,6	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-11,8	-15,5	-10,6	-7,1	1,4	:	4,7	2,1	5,6	:

Consumo Privado

Em Maio o índice de volume de negócios no comércio a retalho (IVNCR) apresentou em termos homólogos um aumento de 0,9%, superior ao verificado em Março e Abril. De notar que, enquanto categoria dos bens alimentares apresentou um crescimento homólogo de 4%, igual ao que já havia sido verificado em Abril, na categoria de bens não alimentares verificou-se um decréscimo de 1,8%, mesmo assim menor que o decréscimo de 2% existente em Abril.

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)

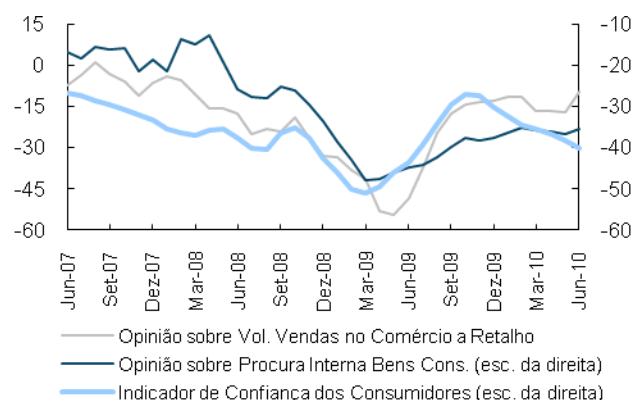


Fonte: INE.

Em Abril e Maio verificou-se uma tendência de crescimento no IVNCR.

Esta evolução é coerente com a melhoria do sentimento do sector empresarial verificada na opinião dos empresários em relação à avaliação do nível de actividade no sector do comércio a retalho e do comportamento da procura interna por bens de consumo produzidos pela indústria.

Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)

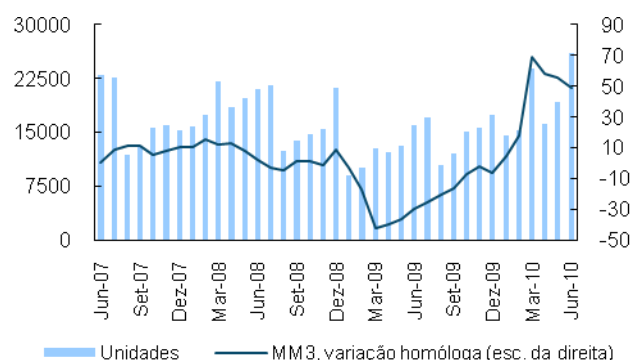


Fonte: INE.

No 2.º trimestre as vendas de automóveis cresceram em termos homólogos 48,8% (69,2% no 1.º trimestre). Sendo que, em Junho aumentaram 62,5% em termos homólogos, tendo sido vendidos mais de 26 mil veículos.

Esta situação dever-se-á em grande medida à antecipação da compra de automóvel por forma a evitar o aumento do IVA a partir de 1 de Julho.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010		2010			
				2T	3T	4T	1T	2T	Mar	Abr	Mai	Jun
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-1,0	-1,3	-1,2	0,2	2,7	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-39	-43	-29	-30	-35	-40	-37	-36	-42	-43
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-30	-48	-18	-13	-17	-9	-27	-9	-15	-4
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-2,0	-2,1	-2,5	-0,2	0,8	-	1,5	-0,1	1,2	-
Bens alimentares	VH	"	1,0	1,7	0,1	2,3	3,5	-	5,2	3,0	3,8	-
Bens não alimentares	VH	"	-4,6	-5,3	-4,7	-2,4	-1,4	-	-1,6	-2,7	-1,1	-
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-24,5	-30,2	-16,7	-6,0	69,2	48,8	87,0	32,9	46,7	62,5
Importações de bens de consumo***	VH	INE	0,3	-1,8	1,7	1,3	-0,5	-	-2,8	7,0	4,9	-

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; *** Exclui material de transporte.

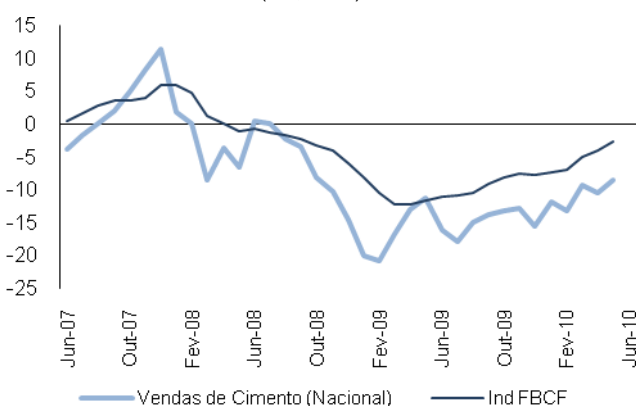
Investimento

Os dados disponíveis para o 2.º trimestre, bem como o indicador coincidente de investimento do INE (caiu menos em Maio do que nos meses precedentes), sugerem uma recuperação do investimento, ainda que se mantenha em terreno negativo, influenciada pela variação das componentes da construção e material de transporte. Neste período e em termos homólogos, verifica-se que:

- as vendas de cimento caíram 6,1%, o que constitui uma recuperação de 3,3 p.p. face ao 1.º trimestre;
- também as licenças de construção de fogos continuam a evidenciar uma tendência de recuperação.

Figura 2.7. Vendas de Cimento e Indicador de Investimento

(VH, MM3)

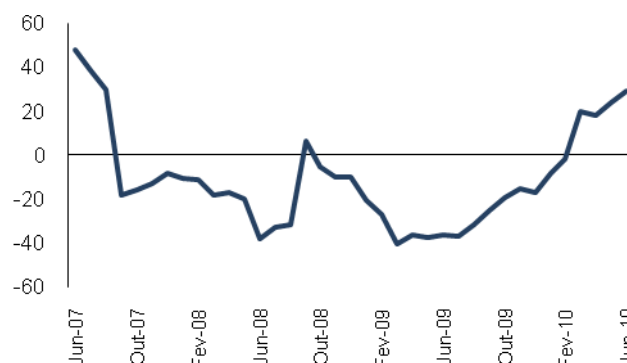


Fonte: INE.

- as vendas de veículos comerciais ligeiros cresceram significativamente (29%, mais 9.4 p.p. face ao 1.º trimestre), evidenciando também uma antecipação à subida do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

Figura 2.8. Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros

(VH, MM3)

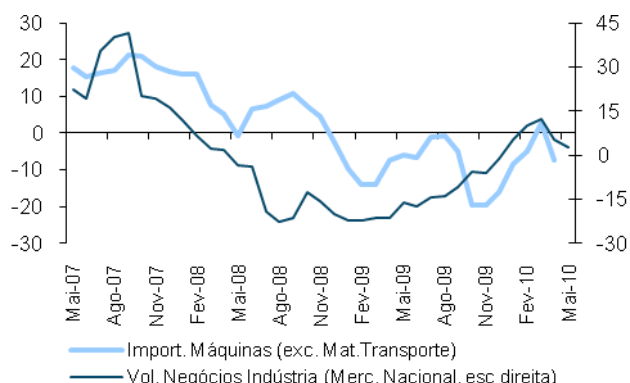


Fonte: INE.

- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso registaram um comportamento menos desfavorável face ao trimestre anterior.

Figura 2.9. Bens de Equipamento

(VH, MM3)



Fonte: INE

Nos meses de Abril e Maio, o índice de volume de negócios nas indústrias de bens de investimento para o mercado nacional registou, em termos homólogos, uma quebra de 0,4%.

No mês de Abril, as importações de Bens de Capital, excepto Material de Transporte, registaram uma quebra acentuada de 25,7% em termos homólogos.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

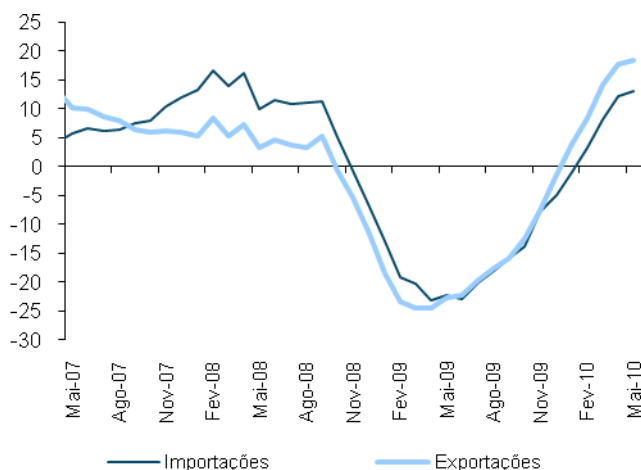
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010					
				2T	3T	4T	1T	2T	Mar	Abr	Mai	Jun
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	-11,9	-12,8	-8,7	-11,9	-2,3	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	SRE-VE	"	:	-11,2	-9,2	-7,9	-5,1	:	-2,7	-3,1	-2,2	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-15,6	-16,1	-13,8	-15,5	-9,4	-6,1	-11,6	-11,4	-2,2	-4,6
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-29,8	-36,5	-25,0	-16,8	19,6	29,0	20,5	20,0	30,5	37,0
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-39,4	-47,0	-23,3	-48,7	-36,0	-7,3	-28,7	-5,5	-13,0	-2,1
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-37	-43	-33	-27	-52	-22	-52	-37	-36	-22
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-38,9	-47,7	-38,8	-21,7	-18,7	:	-20,3	3,9	-11,7	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	:	-6,7	-5,0	-16,0	1,6	:	11,4	-25,7	:	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-12,7	-17,3	-11,0	-1,3	12,3	:	8,8	5,1	-5,2	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

Em Maio de 2010, os fluxos de comércio internacional continuam a apresentar um comportamento de recuperação face às quedas pronunciadas registadas no ano passado. Nos meses de Abril e Maio, e em termos médios homólogos, as exportações cresceram 15,4% e as importações 12,7%.

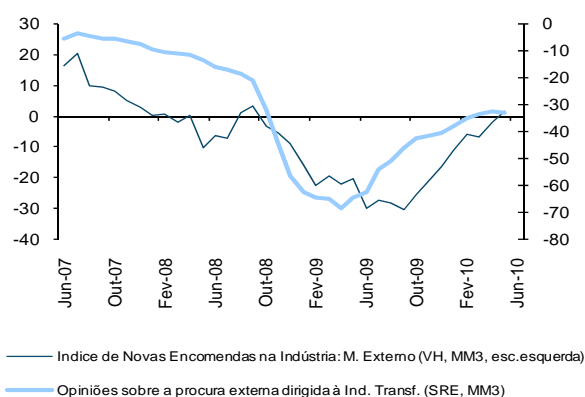
Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

A trajetória positiva das opiniões dos empresários sobre procura externa na indústria, a par da evolução favorável das novas encomendas (que no trimestre terminado em Maio, e pela 1.^a vez desde Setembro de 2008, assumem um valor positivo) à indústria do mercado externo, sugerem a continuidade da evolução ascendente da procura externa.

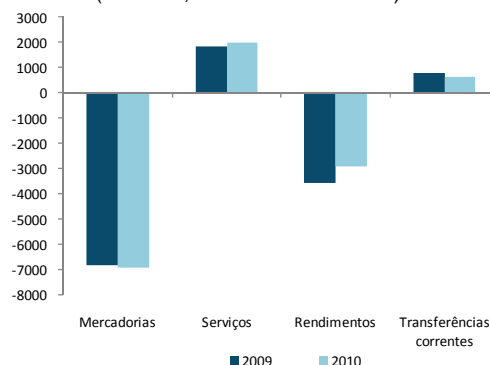
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até Maio de 2010, o défice acumulado da balança corrente foi de 6 766 milhões de euros, o que representa uma redução de 265 milhões de euros face a igual período de 2009.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(até Maio, em milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal.

Para este resultado contribuiu o aumento do excedente da balança de serviços em 146 milhões de euros, bem como a redução do défice da balança de rendimentos em 648 milhões de euros. A balança de transferências correntes registou uma redução do seu excedente de 137 milhões de euros, face a igual período do ano anterior.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

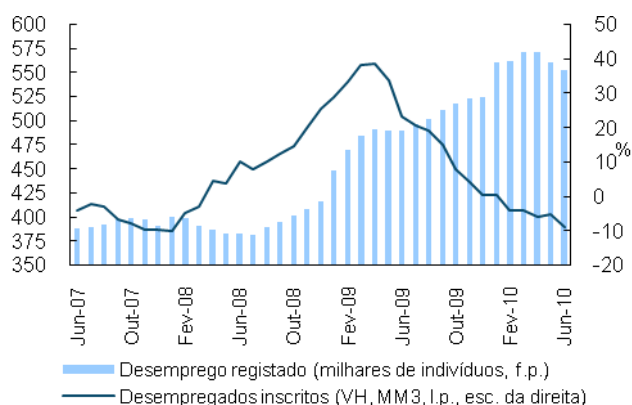
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009				2010	2010			
				1T	2T	3T	4T	1T	Fev	Mar	Abr	Mai
Exportações (B & S) - CN Trimestrais	VH real	INE	-11,8	-19,0	-15,5	-9,8	-2,0	8,5	:	:	:	:
Importações (B & S) - CN Trimestrais	VH real	"	-10,8	-15,1	-14,8	-8,7	-4,3	5,2	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	7,7	9,4	7,2	6,2	8,0	8,6	:	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	9,3	13,0	9,1	7,5	7,7	10,4	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	-16,6	-24,5	-22,3	-15,8	-13	14,2	12,4	24,2	15,8	15,1
Entradas de mercadorias	VH nom	"	-16,3	-20,2	-23,0	-15,9	-4,9	8,1	11,9	13,8	10,7	14,6

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009		2010		
				Mai	Jan-Mai	Mai	Jan-Mai	Var. A.c.
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-15869	-1470	-7 031	-1841	-6 766	265
Saldo Balança de Bens	"	"	-17496	-1239	-6 828	-1415	-6 897	-69
Saldo Balança de Serviços	"	"	5983	512	1826	589	1972	146
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7883	-849	-3 564	-1281	-2 916	648
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2135	79	775	50	638	-137

Mercado de Trabalho

De acordo com os dados do IEFP no 2.º trimestre de 2010 assistiu-se a uma gradual diminuição do n.º de desempregados inscritos. Assim, apesar de, em termos homólogos, em Junho se ter registado um aumento de 12,7%, face ao mês de Maio constata-se uma diminuição de 1,6% e comparando com o final do 1.º trimestre regista-se uma quebra de 3,5%.

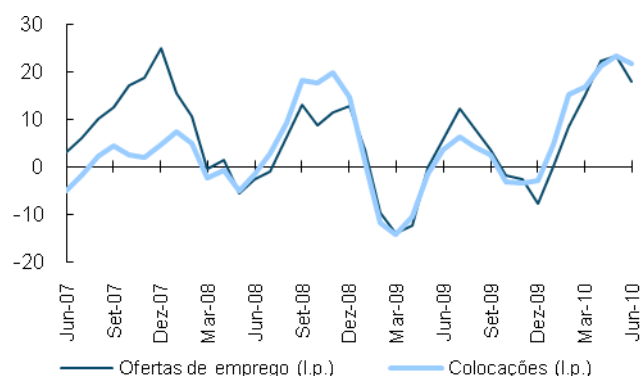
Figura 2.13. Desemprego
(%)



Fonte: IEFP.

Em valores absolutos constata-se então um aumento de 62 mil desempregados face a Junho de 2009, mas uma redução de 20 mil desempregados em relação a Março de 2010.

Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)

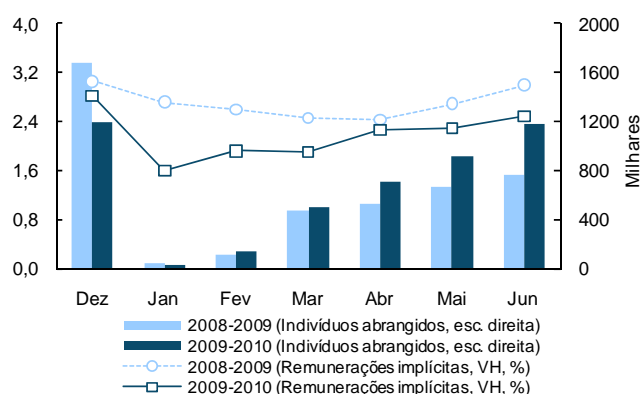


Fonte: IEFP.

Apesar de em Junho se ter verificado uma ligeira quebra no n.º de ofertas e colocações de emprego e evolução do mercado reflectiu alguma melhoria no decurso do 2.º trimestre de 2010.

Em 2010 as colocações têm crescido a um ritmo superior ao das ofertas de emprego, contudo, as colocações representam apenas aproximadamente 50% das ofertas de emprego efectuadas.

Figura 2.15. Contratação Colectiva



Fonte: MTSS.

Até ao final de Junho o número de trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação colectiva era de 1 175 mil, mais 308 mil que em igual período do ano passado e mais 672 mil que no final do 1.º trimestre de 2010.

Em 2010 tem-se verificado um crescendo no número dos trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação colectiva, quer em termos absolutos quer em termos de variação homóloga, indicando uma aposta nestes instrumentos por parte dos parceiros sociais.

Até ao final de Junho as remunerações implícitas nos mesmos registaram um crescimento homólogo de 2,5%. Parecendo um crescimento forte para o clima económico actual, verifica-se que mesmo assim é inferior ao crescimento homólogo verificado no ano transacto e deve-se sobretudo ao crescimento do salário mínimo nacional e o seu impacto nas remunerações do sector do vestuário e confecção.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

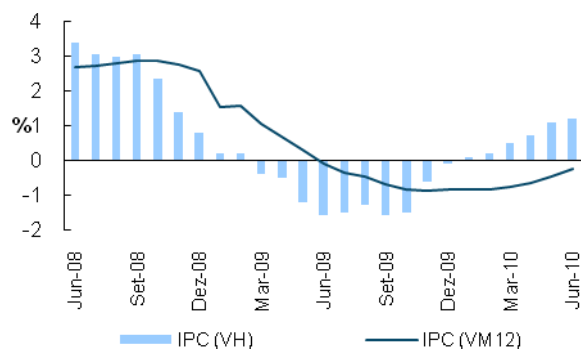
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2010				2010				
				2T	3T	4T	1T	2T	Mar	Abr	Mai	Jun
Taxa de Desemprego	%	INE	9,5	9,1	9,8	10,1	10,6	-	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-2,8	-2,9	-3,4	-3,0	-1,8	-	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	12,1	28,1	29,1	26,1	18,1	12,7	18,1	16,1	14,6	12,7
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	14,3	23,3	14,8	0,4	-3,9	-9,1	-2,1	-7,5	-7,3	-12,8
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	3,3	5,7	3,5	-7,7	15,4	18,1	10,4	34,3	25,8	-2,2
Contratação Colectiva	VHA	MTSS	2,8	3,0	2,8	2,8	1,9	2,5	1,9	2,3	2,3	2,5
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	4,1	4,8	5,0	2,9	0,2	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* – AE16	VH	Eurostat	3,4	3,3	2,7	1,7	2,1	-	-	-	-	-

* Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

Preços

Em Junho a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) foi de 1,2%, 0,1 p.p. acima do verificado no mês anterior. De notar que, foi o sexto mês consecutivo de crescimento no IPC, fazendo com que no fim do 2.º trimestre a variação média do IPC dos últimos 12 meses seja de apenas -0,2%, face a -0,8% no final de Dezembro de 2009.

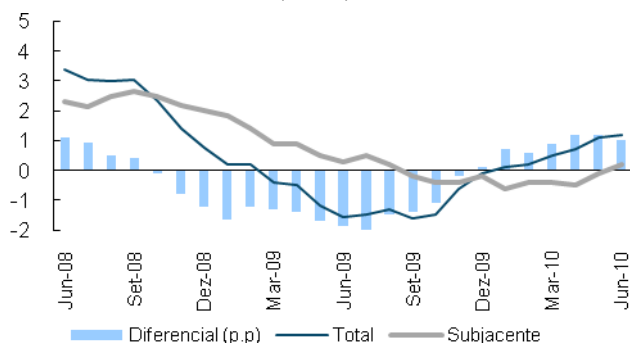
Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH, em %)



Fonte: INE.

Para este aumento na variação homóloga do IPC contribui sobretudo os aumentos, em termos homólogos, de 5,5% no preço dos transportes, de 4,7% no preço da habitação, água e electricidade e de 1% no preço de restaurantes e hotéis. Apenas os preços das comunicações e do calçado e vestuário apresentaram uma diminuição em termos homólogos de 0,9%, juntamente com a diminuição de 0,5% nos preços do lazer, recreação e cultura.

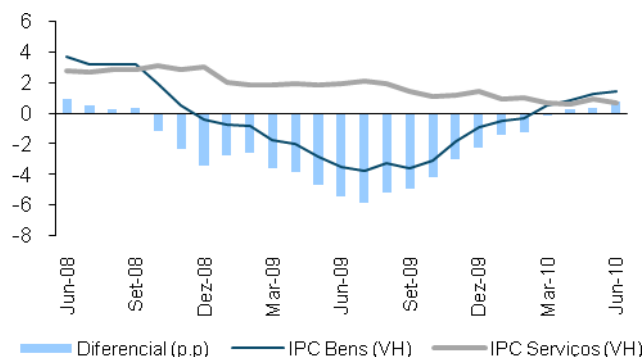
Figura 2.17. IPC Total e IPC Subjacente
(VH, %)



Fontes: INE.

A inflação subjacente (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) foi de 0,2%, reduzindo ligeiramente o diferencial face ao IPC total.

Figura 2.18. IPC Bens e IPC Serviços
(VH, %)

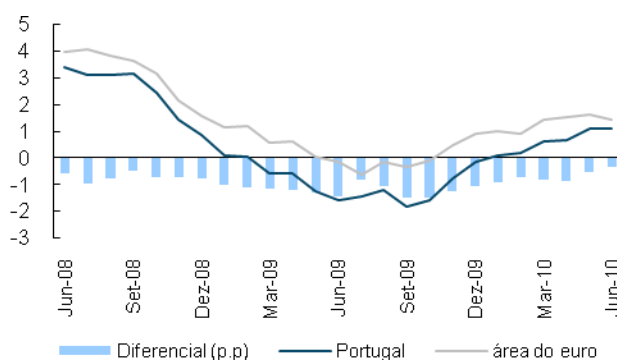


Fonte: INE.

No 2.º trimestre verifica-se que a taxa de variação homóloga do IPC de Bens tem superado sistematicamente a do IPC dos Serviços, contrariamente ao que se vinha a verificar anteriormente. Em Junho a taxa de variação homóloga do IPC de bens foi de 1,4%, face a 0,7% no IPC de Serviços, aumentando o diferencial para 0,7 p.p. (0,3 p.p. em Maio).

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor situou-se em 1,1% no mês de Junho, 0,3 p.p. abaixo da variação homóloga na área euro (1,4%). Verifica-se, contudo, uma tendência para a diminuição do diferencial e convergência de ambos os índices.

Figura 2.19. IHPC
(VH)



Fonte: Eurostat

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

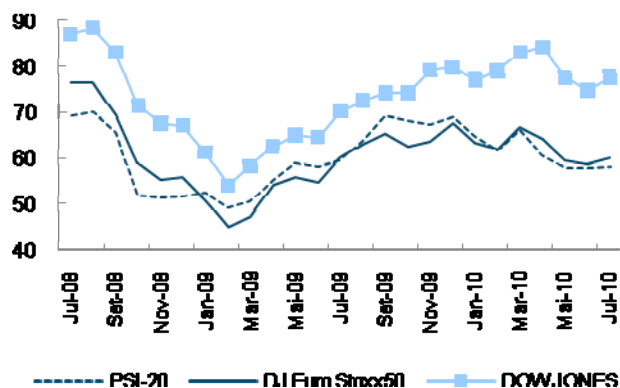
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010					
				Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	:	0,2	0,1	-0,5	0,1	1,1	0,4	0,2	0,2
Índice de Preços no Consumidor	VH	"	:	-15	-0,6	-0,1	0,1	0,2	0,5	0,7	1,1	1,2
Índice de Preços no Consumidor	VM 12	"	-0,8	-0,8	-0,9	-0,8	-0,8	-0,8	-0,8	-0,7	-0,5	-0,2
IPC – Bens	VH	"	2,4	-3,1	-1,8	-0,9	-0,5	-0,3	0,5	0,8	1,2	1,4
IPC – Serviços	"	"	1,7	1,1	1,2	1,4	0,9	1,0	0,7	0,6	0,9	0,7
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos	"	"	0,4	-0,4	-0,4	-0,2	-0,6	-0,4	-0,4	-0,5	-0,1	0,2
IHPC	"	"	-0,9	-1,6	-0,8	-0,1	0,1	0,2	0,6	0,7	1,1	1,1
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	1,1	-1,5	-1,3	-1,1	-0,9	-0,7	-0,8	-0,8	-0,5	-0,3

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Nos últimos meses a volatilidade dos índices bolsistas internacionais manteve-se elevada associada à persistência das preocupações relativas à dívida soberana de alguns países da área do euro e à incerteza quanto ao ritmo esperado de recuperação económica.

Assim, em termos médios e, até 19 de Julho, os índices *Dow Jones* e *DJ Euro Stoxx50* subiram 3,2% e 2,4%, respectivamente, face ao final do mês de Junho, mas continuaram a recuar em relação ao final de 2009.

Figura 2.20. Índices Bolsistas
(Abril 2007=100, fim do período)



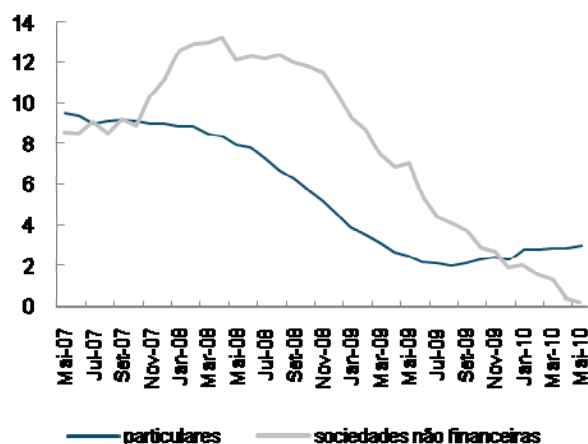
Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para Julho, o valor é do dia 19.

À semelhança dos índices europeus, o índice PSI-20 recuperou ligeiramente em Julho após ter evoluído negativamente no 2.º trimestre. Em termos médios e, até 19 de Julho, o índice PSI-20 subiu 2,3% face ao final do mês de Junho.

Em Maio de 2010, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro manteve-se em 1,8%, mas enquanto se assistiu a uma desaceleração do crédito destinado às empresas, o crédito destinado a particulares aumentou ligeiramente.

De facto, o crédito destinado aos particulares aumentou para 3% (2,9% em Abril), em virtude do reforço do crédito ao consumo para 2,7% (2,4% em Abril), dado que o aumento do crédito à habitação manteve-se em 3,1%.

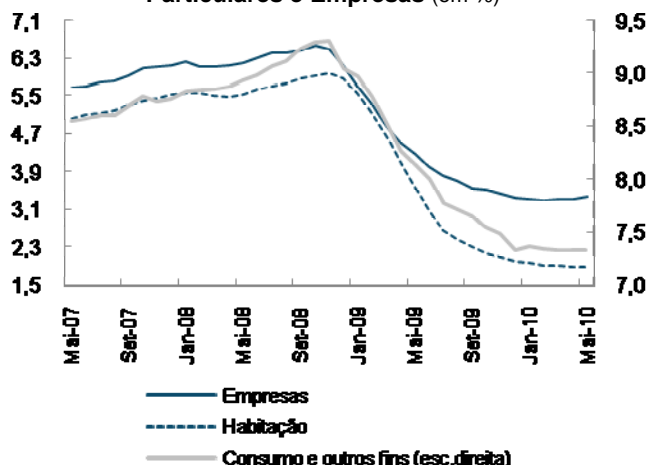
Figura 2.21. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram ligeiramente para os particulares devido à redução do crédito à habitação. Já em relação ao crédito destinado às empresas, verificou-se um aumento ténue para se situar em 3,4%.

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

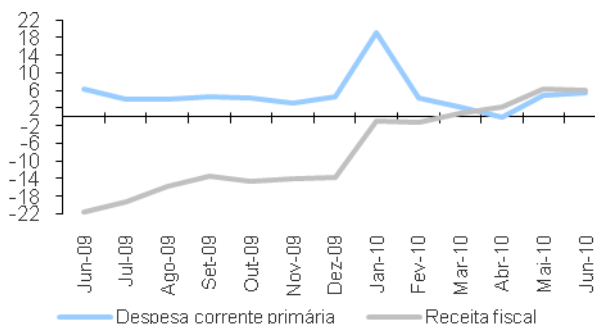
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010					
				Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	4,0	3,8	3,8	4,0	4,4	4,4	4,2	5,2	4,7	5,2
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	65	55	59	65	120	134	110	220	200	257
PSI20*	VC	CMVM	33,5	-16	-10	2,5	-6,3	-4,6	7,2	-8,6	-4,5	-0,1
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	2,6	2,5	2,5	2,6	2,9	2,9	3,0	3,1	3,1	:
- para consumo	va**	"	1,7	2,4	2,2	1,7	1,6	1,8	1,9	2,4	2,7	:
Empréstimos a empresas	va**	"	1,9	2,9	2,7	1,9	2,0	1,6	1,3	0,4	0,2	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	2,00	2,17	2,07	2,00	1,96	1,93	1,91	1,89	1,88	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	3,34	3,51	3,43	3,34	3,32	3,31	3,32	3,33	3,37	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transacções mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

No primeiro semestre de 2010, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 7763 milhões de euros, o que constitui um agravamento de 462 milhões de euros face ao período homólogo. O défice primário foi de 4782 milhões de euros, denotando um aumento de 398 milhões de euros quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Figura 2.23. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

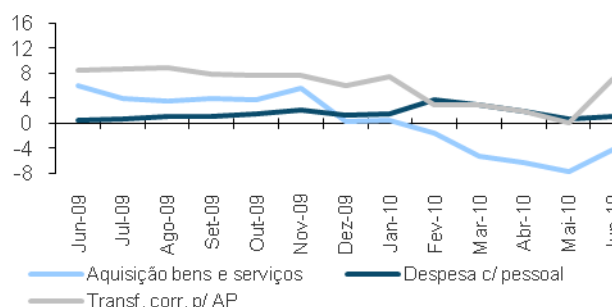
A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2009, caracterizou-se por:

- um crescimento da receita fiscal de 6,0%, justificado pelo acréscimo de 13,2% na receita dos impostos indirectos e uma diminuição dos impostos directos (-3,8%). A evolução negativa nos impostos directos é justificada pela diminuição de 13,5% da receita de IRS, devido à antecipação dos prazos de reembolso e ao diferente padrão intra-anual das transferências para os municípios, parte da qual foi compensada pelo acréscimo da receita de IRC (11,8%), resultante quer do bom desempenho da cobrança por via da autoliquidação quer da diminuição dos reembolsos e da derrama, cujas entregas passaram a ser concretizadas com a cobrança em 2010. No caso dos impostos indirectos, realçam-se os aumentos da receita do IVA em 16,3%, da receita de imposto sobre veículos (21,3%) e do imposto sobre o tabaco (59,7%), este último devido ao aumento da introdução ao consumo no final do ano passado. Contrariamente, observam-se diminuições na receita do imposto do selo (-7,8%), do imposto sobre os produtos petrolíferos (-0,8%) e do imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas (-1,3%);
- um decréscimo da receita não fiscal (-12,2%), em grande

medida justificada pela redução dos rendimentos de propriedade (dividendos), não obstante a recuperação verificada no mês de Junho, mas também das transferências correntes e das vendas; e

- um aumento da despesa total em 4,3%, em virtude do crescimento da generalidade das rubricas. As transferências correntes para as Administrações Públicas variaram 8,1%, o que reflecte, essencialmente, o acréscimo das transferências para a Segurança Social (11%), para o SNS (7,5%) e para a CGA (4,9%). Os encargos com juros aumentaram 2,2% e em aceleração ao valor registado em Maio de 2010 (-25,1%), as despesas com o pessoal apresentam um crescimento de 1,7%, em termos comparáveis¹ e os subsídios de 16,6%. Apenas a aquisição de bens e serviços diminuiu 4,3%.

Figura 2.24. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Nota: A despesa com o pessoal e transferências correntes para as AP encontram-se corrigidas da alteração metodológica referida.

Fontes: DGO e GPEARl.

No final de Junho, a dívida directa do Estado situou-se nos 142,6 mil milhões de euros, constatando-se um aumento de 2,3 mil milhões de euros face ao final do mês anterior. O aumento da dívida reflectiu, essencialmente, a emissão líquida de Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro, e as amortizações de Certificados de Aforro e CEDIC.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado
(milhões de euros)

	Jun-10				30-Jun-10
	31-Mai-10	Saldo	Emissões	Amortiz.	
Transaccionável	115 115	4 470	1 693	71	117 963
Bilhetes do Tesouro	16 623	1 290	0	0	17 913
Obrigações do Tesouro	94 351	2 661	0	43	97 055
Não Transaccionável	25 172	5 120	5 642	0	24 650
Certificados de Aforro	16 523	39	136	0	16 427
CEDIC	5 050	3 587	3 915	0	4 723
Total	140 287	9 590	7 335	71	142 614

Fonte: IGCP..

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2009		2010		2010			
	Jan a Jun		Jan a Jun		Mar	Abr	Mai	Jun
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)					
Receita Total	16110	16666	38,8	46,4	-0,4	0,2	1,3	3,5
Receita corrente	15822	16335	45,5	47,3	-0,9	0,3	1,4	3,2
Impostos directos	5872	5646	43,1	42,4	-10,0	-18,1	-6,4	-3,8
Impostos indirectos	7982	9040	46,2	51,0	7,6	15,5	16,0	13,2
Despesa Total	23411	24429	46,7	48,7	-0,4	-1,9	1,3	4,3
Despesa corrente primária	19163	20234	47,0	49,0	2,2	-0,1	4,8	5,6
Despesa corrente	22080	23215	48,2	49,6	0,2	-1,3	1,9	5,1
Despesa com pessoal	5547	5532	47,9	51,6	-0,4	-1,6	-1,1	-0,3
Aquisição bens e serviços	522	500	32,0	33,9	-5,2	-6,4	-7,8	-4,3
Subsídios	171	200	21,4	26,3	19,3	11,0	7,5	16,6
Juros	2917	2981	57,5	54,2	-44,2	-15,2	-25,1	2,2
Transferências corr. p/ AP	11296	12210	48,4	49,7	2,7	1,0	7,9	8,1
Saldo Global	-7301	-7763	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-4384	-4782	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional.

Fonte: DGO.

¹ Excluindo, em 2009, a componente referente ao pagamento de pensões da responsabilidade do Estado.

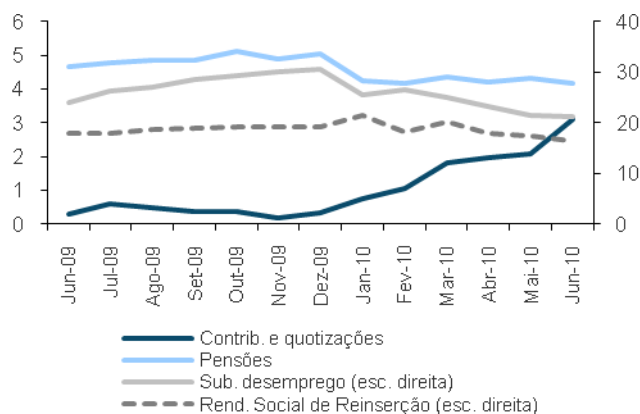
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

No primeiro semestre de 2010, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 948,2 milhões de euros, representando uma redução de 230,1 milhões de euros face ao mesmo período de 2009.

A execução orçamental da Segurança Social, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

- um aumento da receita corrente em 4,9%, resultado do aumento da receita de contribuições e quotizações (3,1%), das transferências correntes da Administração Central (10,7%) e, em sentido contrário, pela diminuição da receita das transferências do Fundo Social Europeu (-18,1%); e
- um aumento da despesa corrente em 8,1%, reflectindo, principalmente, o aumento da despesa em prestações sociais (7%), nomeadamente, pensões (4,2%), subsídio de desemprego e apoio ao emprego (21,2%), outras prestações (11,7%), rendimento de reinserção social (16,3%), subsídio familiar a crianças e jovens (6,8%) e, embora com menor peso, complemento solidário para idosos (20,5%). Destaca-se, no número de beneficiários, um aumento de 9,2% no subsídio de desemprego e social de desemprego e de 14,3% no subsídio de doença. As acções de formação profissional voltam a denotar um forte crescimento (67,0%), com o aumento de 92,1% nas acções suportadas pelo Fundo Social Europeu.

Figura 2.25. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



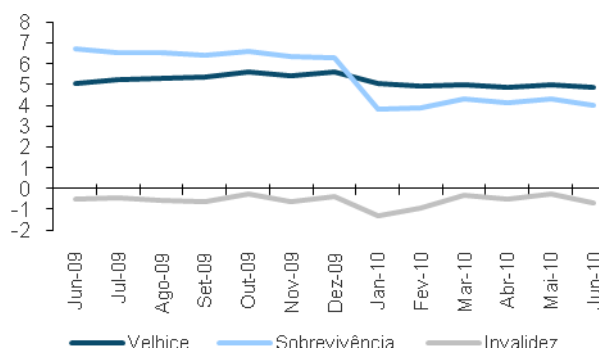
Fonte: DGO.

Quadro 2.10. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social						Caixa Geral de Aposentações					
	2009		2010		2009		2010		2009		2010	
	Jan a Jun		Jan a Jun		Jan a Jun		Jan a Jun		Jan a Jun		Jan a Jun	
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)
Receita Total	10933	11484	5,0	40,0	39,4	3463	3698	6,8	42,8	38,7		
Contribuições e quotizações	6284	6479	3,1	40,0	39,8	1548	1698	9,7	40,2	34,5		
Transferências correntes da Adm. Central	3562	3942	10,7	41,2	41,5	1878	1969	4,8	44,3	49,0		
Despesa Total	9755	10536	8,0	36,0	39,6	3489	3637	4,3	42,5	43,1		
Pensões	5723	5962	4,2	35,3	35,7	3465	3617	4,4	42,4	36,8		
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	960	1164	21,2	38,7	43,5	-	-	-	-	-		
Prestações e acção social	2154	2328	8,1	52,3	48,7	-	-	-	-	-		
Saldo Global	1178	948	-	-	-	-26	61	-	-	-		

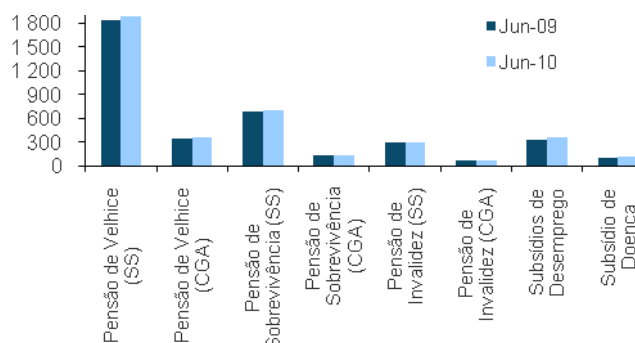
Fontes: DGO e GPEARl.

Figura 2.26. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.27. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

No primeiro semestre de 2010, o saldo da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 61,1 milhões de euros, o qual compara com um défice de 26,0 milhões de euros no período homólogo. A receita corrente cresceu 6,8%, devido aos aumentos de 4,7% e 9,7% das transferências correntes e das contribuições, respectivamente, estas últimas influenciadas pela alteração da taxa de contribuição dos serviços da administração directa do Estado, de 7,5% para 15%, por força da Lei do Orçamento do Estado para 2010. A despesa corrente aumentou 4,3%, reflectindo, principalmente, os aumentos da despesa em pensões (4,5%).

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP

No primeiro semestre de 2010, e na óptica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) foi de 842,8 milhões de euros, o que constitui uma melhoria de 116,1 milhões de euros face a idêntico período de 2009. Chama-se a atenção para o facto de que a comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afectada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, as quais se reflectem nas taxas de variação apresentadas².

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- uma diminuição na receita de 5,1%, explicada principalmente pelo decréscimo da receita de capital em 48,9%, devido à redução das transferências da União Europeia. A receita corrente também evoluiu desfavoravelmente (-1,2%), em resultado da variação de -37,6% nas taxas, multas e outras penalidades, de -23,4% nas outras receitas correntes, de -69,6% nas transferências correntes da União Europeia e de -15,9% nos impostos directos; e
- uma redução da despesa em 6,5%, com a despesa corrente e de capital a registarem reduções de 2,6% e 48%, respectivamente. Para a redução da despesa corrente contribuíram as despesas com o pessoal (-15,9%), os subsídios (-34,6%), as outras despesas correntes (-10,1%) e as transferências correntes (-4,2%). Em sentido contrário, verificou-se um aumento na rubrica de aquisição de bens e serviços (8,4%). A despesa de capital apresenta diminuições nas transferências de capital (-54,9%) e no investimento (-24,8%), enquanto que as outras despesas de capital aumentam 42,7%.

Serviço Nacional de Saúde

No primeiro semestre de 2010, o excedente global provisório do SNS, na componente integrada nos serviços da administração pública e na óptica da contabilidade pública, situou-se em 424,3 milhões de euros, registando um aumento de 100,4 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior.

A execução orçamental, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

- um aumento de 6,6% na receita devido ao crescimento das transferências correntes em 7,4%. Em sentido contrário, registaram-se diminuições nas outras receitas correntes (-18,4%) e nas taxas, multas e outras penalidades (-25,1%) e
- um aumento da despesa em 4,5%, justificado pelo acréscimo da aquisição de bens e serviços em 12,1%, enquanto que as despesas com o pessoal diminuíram 30,2%. Refira-se, no entanto, que o comportamento da despesa reflecte, em parte, os efeitos das alterações de universo consideradas, nomeadamente as operações de empresarialização de hospitais ocorridas durante o ano de 2009, as quais se consubstanciam principalmente numa diminuição da despesa com o pessoal e num aumento da aquisição de bens e serviços por parte do Serviço Nacional de Saúde. As transferências correntes, as outras despesas correntes e a despesa de capital reduziram-se 52,8%, 15,9% e 31,2%, respectivamente.

Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (inclui SNS)						Serviço Nacional de Saúde			
	2009	2010	1901	1902	2010		2009	2010	2010	
	Jan a Jun		Jan a Jun		Mai	Jun	Jan a Jun		Mai	Jun
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Total	11603	11012	40,1	42,8	-5,1	-5,1	4 211	4 487	6,3	6,6
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	1653	1700	43,3	41,5	-2,0	2,9	-	-	-	-
Transferências correntes da Adm. Central	7 182	7 644	45,5	47,7	4,9	6,4	4 044	4 349	7,4	7,5
Despesa Total	10 876	10 169	37,4	40,3	-7,1	-6,5	3 887	4 063	-0,4	4,5
Despesa com pessoal	1426	1200	39,6	35,1	-23,0	-15,9	432	302	-32,2	-30,2
Aquisição de bens e serviços	3 628	3 933	40,7	45,5	4,1	8,4	3 191	3 577	6,6	12,1
Transferências correntes	4 349	4 165	41,	39,8	-10	-4,2	86	41	-49,3	-52,8
Saldo Global	727	843	-	-	-	-	324	424	-	-

Fonte: DGO.

² Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 17 do Relatório do Orçamento do Estado para 2010.

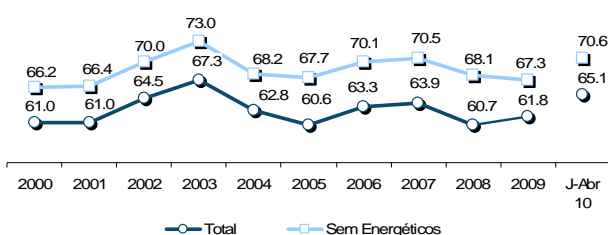
3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, no período de *Janeiro a Abril de 2010* as saídas^[3] de mercadorias (comércio Intra + Extra UE) aumentaram 14,6%, tendo as entradas crescido 8,8%, em termos homólogos (Quadro 3.1).

Excluindo os produtos energéticos, verifica-se que no mesmo período as saídas cresceram 10,1% e que as entradas 5,2%.

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)



Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial

Intra + Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Abril			TVH	
	2009	2010	TVH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Saídas (fob)	10 062	11 534	14.6	17.6	-6.1
Entradas (cif)	16 297	17 724	8.8	12.2	-10.2
(fob)	15 529	16 890	8.8	12.2	-10.2
Saldo (fob-cif)	- 6 235	- 6 191	-0.7	3.3	-16.5
(fob-fob)	- 5 468	- 5 356	-2.1	2.0	-17.3
Cobertura (fob/cif)	61.7	65.1	-	-	-
(fob/fob)	64.8	68.3	-	-	-
Sem energéticos:					
Saídas (fob)	9 724	10 706	10.1	12.8	-7.1
Entradas (cif)	14 409	15 155	5.2	7.4	-9.0
(fob)	13 731	14 441	5.2	7.4	-9.0
Saldo (fob-cif)	- 4 685	- 4 449	-5.0	-3.8	-12.8
(fob-fob)	- 4 006	- 3 735	-6.8	-5.7	-13.5
Cobertura (fob/cif)	67.5	70.6	-	-	-
(fob/fob)	70.8	74.1	-	-	-
Extra UE					
(milhões de Euros)					
Exportações (fob)	2 996	3 557	18.7	26.0	-6.7
Importações (cif)	4 134	5 496	32.9	30.7	-6.8
(fob)	3 939	5 237	32.9	30.7	-6.8
Saldo (fob-cif)	- 1 138	- 1 939	70.4	41.6	-7.1
(fob-fob)	- 943	- 1 680	78.1	43.6	-7.1
Cobertura (fob/cif)	72.5	64.7	-	-	-
(fob/fob)	76.1	67.9	-	-	-

Nota 1: Os dados do comércio Extra-UE, implícitos no Comércio Internacional na parte superior do quadro, para o período de Janeiro a Abril, são distintos dos implícitos no período de Janeiro a Maio, na base do quadro, já disponíveis em versão preliminar.

Nota 2: Factor de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009 e 2010: 0.9529

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (nova série 1993-2009 e versões preliminares).

[1] Informação mais desagregada encontra-se disponível no "site" do GEE na publicação "Síntese Estatística do Comércio Internacional" nº 7/2010: www.gee.min-economia.pt

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra + Extra-UE) divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o período de Janeiro a Abril de 2010 e os do comércio extra-comunitário para o período de Janeiro a Maio de 2010, correspondem a versões preliminares. No que respeita ao comércio intracomunitário estão incluídas estimativas do INE do valor abaixo dos limiares de assimilação (limiar anual abaixo do qual os operadores intracomunitários estão dispensados de declaração *Intrastat*, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 300 mil euros para as chegadas, em 2010, e 250 mil para as expedições, bem como estimativas das não-respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação). Por outro lado, a metodologia agora utilizada toma também em consideração, para além do confronto regular entre as declarações *Intrastat* e os dados declarados pelas empresas ao IVA, a comparação dos dados com a Informação Empresarial Simplificada (IES), quando disponível.

[3] A designação "saídas" traduz o somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "exportações" para os Países Terceiros. Paralelamente, "entradas" corresponde à acumulação das "chegadas" com origem nos países comunitários, com as "importações" provenientes dos Países Terceiros.

Neste período a taxa de cobertura (Fob/Cif) das entradas pelas saídas de mercadorias foi de 64,9% (69,9% excluindo os produtos energéticos) (Figura 3.1).

Nos últimos 12 meses (Maio de 2009 a Abril de 2010), excluindo os produtos energéticos, as saídas acusaram a quebra face ao período homólogo anterior (-7,1%), tendo as entradas registado também um decréscimo (-9,0%).

Dados preliminares do comércio extracomunitário, disponíveis para o período de Janeiro a Maio de 2010, reflectem aumentos de 18,7% nas exportações e de 32,9% nas importações (Quadro 3.1).

Uma estimativa rápida de dados agregados para o mês de Maio de 2010 do comércio intracomunitário, aponta para taxas de variação homólogas do comércio global (Intra+Extra) positivas no período de *Janeiro a Maio*, de 14,7% nas saídas e de 9,9% nas entradas, com o défice (Fob-Cif) a aumentar 1,9% (Quadro 3.2).

Quadro 3.2. Balança Comercial de Janeiro a Maio (estimativa rápida)

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Maio		
	2009	2010	TVH
Saídas (fob)	12 634	14 495	14.7
Entradas (cif)	20 268	22 275	9.9
Saldo (fob-cif)	-7 634	-7 779	1.9
Cobertura (fob/cif)	62.3	65.1	-

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE.

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SAÍDA (Fob)		
	2009	2010	TVH	2009	2010	TVH
Janeiro	4 085	4 020	-1.6	2 475	2 608	5.4
Fevereiro	3 792	4 242	11.9	2 419	2 719	12.4
Março	4 439	5 053	13.8	2 650	3 292	24.2
Abril	3 982	4 409	10.7	2 518	2 915	15.8
Maio	3 971			2 573		
Junho	4 387			2 698		
Julho	4 694			3 115		
Agosto	3 569			2 030		
Setembro	4 708			2 837		
Outubro	4 684			2 954		
Novembro	4 691			2 893		
Dezembro	4 207			2 487		
1º Trimestre	12 315	13 315	8.1	7 544	8 619	14.2
2º Trimestre	12 340			7 789		
3º Trimestre	12 971			7 982		
4º Trimestre	13 582			8 334		

Com estimativa rápida do mês de Maio no comércio Intra:

Maio	3 971	4 550	14.6	2 573	2 961	15.1
------	-------	-------	------	-------	-------	------

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (nova série 1993-2009 e versões preliminares).

Saídas de Mercadorias

No período de *Janeiro a Abril*, as saídas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, um aumento de 14,6% (Quadro 3.4).

À excepção do "Vestuário e Calçado" (-4,1%) e dos "Agro-alimentares" (-0,6%), todos os grupos de produtos apresentaram crescimentos positivos neste período.

As maiores taxas de crescimento ocorreram nos grupos de produtos "Energéticos" (+145,7%), "Químicos" (+24,8%), "Minérios e Metais" (+21,1%), "Madeira, Cortiça e Papel" (+19,8%), e "Material de Transporte" (+17,2%).

Seguiram-se os grupos das "Peles, Couros e Têxteis" (+6,8%), das "Máquinas" (+6,3%), e dos "Produtos Acabados Diversos" (+4,6%).

Para o vigoroso aumento verificado nas saídas de "Energéticos" nos quatro primeiros meses de 2010, contribuiu a paralisação da refinaria de Sines na 2ª quinzena de Janeiro de 2009 até ao final de Fevereiro, na sequência de um incêndio ocorrido na central eléctrica.

As saídas do grupo "Vestuário e Calçado" reflectiram descidas de 4,2% na componente "calçado", e de 7,7% no "vestuário de malha", com as saídas de "vestuário excepto de malha" a aumentarem 3,3%.

Ponderando os pesos no total, foram os seguintes os contributos positivos para a taxa de crescimento das saídas de mercadorias nos quatro primeiros meses de 2010, por grupos de produtos (Quadro 3.4):

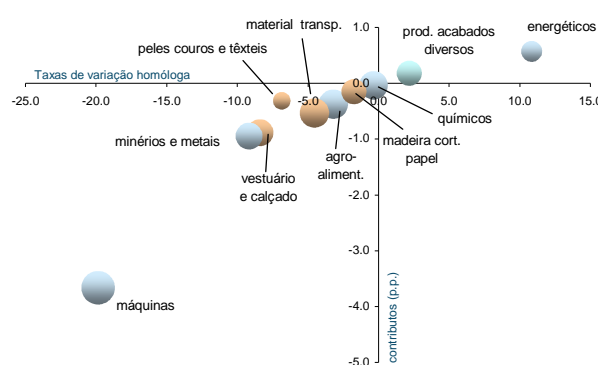
"Energéticos" (+4,9 p.p.), "Químicos" (+2,7 p.p.), "Material de Transporte" (+2,1 p.p.), "Minérios e Metais" (+2,0 p.p. cada), "Madeira, Cortiça e Papel" (+1,7%), "Máquinas" (+1,1 p.p.) "Produtos Acabados Diversos" (+0,4%) e "Peles, Couros e Têxteis" (+0,3 p.p.).

O "Vestuário e Calçado" e os "Agro-alimentares" contribuíram negativamente (-0,5 p.p. e -0,1 p.p. respectivamente).

Na Figura 3.2 estão representados os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das saídas nos últimos 12 meses.

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em Abril de 2010 (Total: -6.1 p.p.)



Nota: A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (nova série 1993-2009 e versões preliminares).

Quadro 3.4. Saídas * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)		Tax. variação e contributos			
	Jan-Abr		Jan-Abr		últimos 12 meses		Jan-Abr	
	2009	2010	2009	2010	VH	contrib. p.p.[1]	TVH	contrib. p.p.[1]
Total das Saídas	10 062	11 534	100.0	100.0	-6.1	-6.1	14.6	14.6
000 Agro-Alimentares	1 259	1 251	12.5	10.9	-3.2	-0.4	-0.6	-0.1
100 Energéticos	337	828	3.4	7.2	10.9	0.6	145.7	4.9
200 Químicos	1 082	1 349	10.7	11.7	-0.4	0.0	24.8	2.7
300 Madeira, Cortiça e Papel	877	1 051	8.7	9.1	-1.7	-0.1	19.8	1.7
400 Peles, Couros e Têxteis	484	516	4.8	4.5	-6.9	-0.3	6.8	0.3
500 Vestuário e Calçado	1 195	1 146	11.9	9.9	-8.4	-0.9	-4.1	-0.5
600 Minérios e Metais	970	1 174	9.6	10.2	-9.2	-0.9	21.1	2.0
700 Máquinas	1 677	1 784	16.7	15.5	-19.8	-3.7	6.3	1.1
800 Material de Transporte	1 214	1 423	12.1	12.3	-4.5	-0.5	17.2	2.1
900 Produtos Acabados Diversos	967	1 011	9.6	8.8	2.2	0.2	4.6	0.4
Por memória:								
Total sem energéticos	9 724	10 706	96.6	92.8	-7.1	-6.7	10.1	9.8

* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros

** O ano de 2009 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2003.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: TVH x peso no período homólogo anterior ÷ 100

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (nova série 1993-2009 e versões preliminares).

No período em análise as expedições para o *mercado comunitário* cresceram 13,3%, cabendo aumentos de 12,9% aos países da UE-15 e de 23,1% aos 12 Países do Alargamento. Por sua vez, as exportações para os Países Terceiros aumentaram 19,0% (Quadro 3.5).

Destacam-se crescimentos de 15,4% nas expedições para Espanha, o principal mercado de destino das mercadorias portuguesas, de 18,9% para o Reino Unido, de 32,9% para os Países Baixos, de 28,7% para a Bélgica e de 21,8% para a Polónia. As expedições para a Alemanha cresceram 7,6% e para França 8,9% (Figura 3.3).

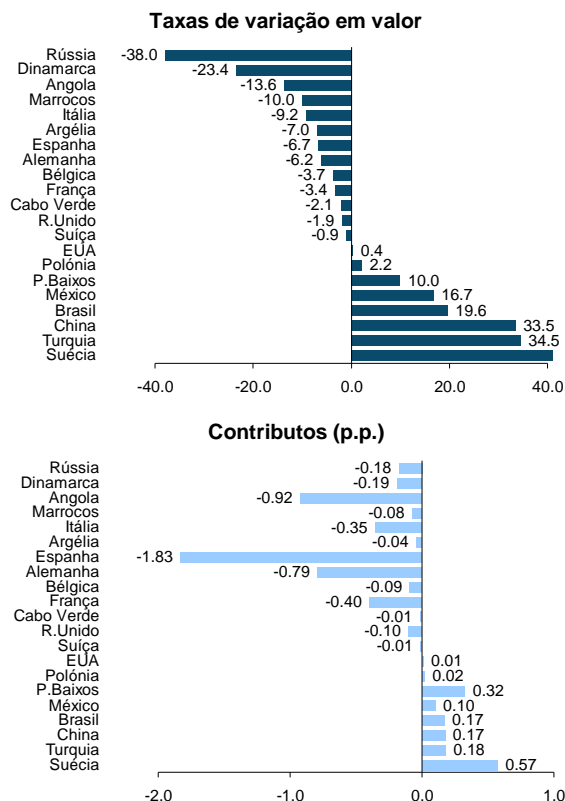
No mesmo período, as exportações para os Países Terceiros aumentaram 19,0%. De assinalar o incremento das exportações para os EUA (+52,6%), Brasil (+104,1%), China (+39,3%), México (+135,0%) e Turquia (+95,8%), entre outros.

Ponderando os pesos no total, os maiores contributos para a taxa de crescimento das saídas de mercadorias (+14,6%), em termos de mercados de destino, couberam a Espanha (+4,1 p.p.), EUA (+1,5 p.p.), França (+1,2 p.p.), Países Baixos (+1,1 p.p.), Alemanha e Reino Unido (+1,0 p.p. cada). O contributo de Angola neste 1º trimestre foi negativo (-1,8%) (Quadro 3.5).

Na Figura 3.3 encontram-se representadas as taxas de variação em valor e os contributos dos diversos mercados para o crescimento das saídas nos últimos 12 meses.

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em Abril de 2010



Quadro 3.5. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)		Taxas de variação e contributos [2]			
	Jan-Abr		Jan-Abr		12 meses [1]		Jan-Abr	
	2009	2010	2009	2010	VH	contrib. p.p.[2]	TVH	contrib. p.p.[2]
TOTAL	10 062	11 534	100.0	100.0	-6.1	-6.1	14.6	14.6
Intra UE-27	7 694	8 717	76.5	75.6	-4.7	-3.5	13.3	10.2
dos quais:								
UE-15	7 413	8 372	73.7	72.6	-4.3	-3.0	12.9	9.5
Espanha	2 707	3 123	26.9	27.1	-6.7	-1.8	15.4	4.1
Alemanha	1 388	1 493	13.8	12.9	-6.2	-0.8	7.6	1.0
França	1 313	1 430	13.0	12.4	-3.4	-0.4	8.9	1.2
R.Unido	538	639	5.3	5.5	-1.9	-0.1	18.9	1.0
Itália	412	449	4.1	3.9	-9.2	-0.4	9.0	0.4
P.Baixos	326	433	3.2	3.8	10.0	0.3	32.9	1.1
Bélgica	257	331	2.6	2.9	-3.7	-0.1	28.7	0.7
Suécia	138	116	1.4	1.0	132.9	0.6	-16.1	-0.2
Dinamarca	91	75	0.9	0.6	-23.4	-0.2	-17.5	-0.2
Alargamento	280	345	2.8	3.0	-13.9	-0.4	23.1	0.6
Polónia	83	101	0.8	0.9	2.2	0.0	21.8	0.2
Extra UE-27	2 368	2 817	23.5	24.4	-10.2	-2.7	19.0	4.5
dos quais:								
Angola	758	581	7.5	5.0	-13.6	-0.9	-23.4	-1.8
EUA	292	445	2.9	3.9	0.4	0.0	52.6	1.5
Brasil	63	129	0.6	1.1	19.6	0.2	104.1	0.7
Suíça	98	108	1.0	0.9	-0.9	0.0	10.0	0.1
Cabo Verde	70	88	0.7	0.8	-2.1	0.0	25.2	0.2
China	52	73	0.5	0.6	33.5	0.2	39.3	0.2
Marrocos	62	85	0.6	0.7	-10.0	-0.1	36.5	0.2
México	38	89	0.4	0.8	16.7	0.1	135.0	0.5
Turquia	45	88	0.4	0.8	34.5	0.2	95.8	0.4
Argélia	74	71	0.7	0.6	-7.0	0.0	-5.2	0.0
Por memória:								
Rússia	36	42	0.4	0.4	-38.0	-0.2	16.6	0.1
PALOP	882	731	8.8	6.3	-10.9	-0.9	-17.1	-1.5
EFTA	132	139	1.3	1.2	-5.9	-0.1	5.2	0.1

[1] (Mai 09-Abr 10) / (Mai 08-Abr 09) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2009.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (nova série 1993-2009 e versões preliminares).

Entradas de Mercadorias

No período de Janeiro a Abril de 2010, as entradas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, um aumento de 8,8% (Quadro 3.6).

Ponderando os pesos no total das entradas, à excepção das "Máquinas" (-1,7 p.p.), todos os restantes grupos de produtos contribuíram positivamente para o resultado global: "Energéticos" (+4,2 p.p.), "Material de Transporte" (+2,4 p.p.), "Químicos" e "Minérios e Metais" (+1,4 p.p. cada), "Produtos Acabados Diversos" e "Peles, Madeira, Cortiça e Papel" (+0,4 p.p. cada), "Agro-alimentares" (+0,2 p.p.) e "Têxteis, Vestuário e Calçado" (+0,1 p.p.).

Neste período a UE-27 foi a origem de 75,7% das entradas de mercadorias, cabendo 73,4% aos países da UE-15 e 2,3% aos Países do Alargamento (Quadro 3.6). Destacaram-se, pelo seu peso, as entradas provenientes de Espanha (31,3% do total), da Alemanha (12,0%) e de França (7,8%). Seguiram-se as de Itália (6,2%) e dos Países Baixos (5,6%).

Entre os Países Terceiros (24,3% do total), assinalam-se as importações provenientes da China (2,6% do total), do Brasil (2,1%), da Nigéria (1,8%), dos EUA (1,6%), da Noruega (1,4%) e da Líbia (1,2%). As importações com origem nos países da OPEP, onde se inclui Angola, representaram 6,5% do total das entradas.

Quadro 3.6. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)		Taxas variação e contributos			
	Jan-Abr		Jan-Abr		12 meses [1]		Jan-Abr	
	2009	2010	2009	2010	VH	contrib. p.p.[2]	TVH	contrib. p.p.[2]
TOTAL DAS ENTRADAS	16 297	17 724	100.0	100.0	-10.2	-10.2	8.8	8.8
Grupos de Produtos								
000-Agro-Alimentares	2 350	2 380	14.4	13.4	-5.7	-0.8	1.3	0.2
100-Energéticos	1 888	2 570	11.6	14.5	-17.4	-2.6	36.1	4.2
200-Químicos	2 532	2 765	15.5	15.6	-0.7	-0.1	9.2	1.4
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	766	831	4.7	4.7	-7.0	-0.3	8.5	0.4
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	1 215	1 228	7.5	6.9	-4.9	-0.3	1.1	0.1
500-Minérios e Metais	1 316	1 544	8.1	8.7	-19.0	-1.8	17.4	1.4
600-Máquinas [3]	3 174	2 893	19.5	16.3	-19.5	-3.9	-8.9	-1.7
700-Material de Transporte [4]	1 983	2 370	12.2	13.4	-2.9	-0.3	19.5	2.4
800-Prod. Acabados Diversos	1 073	1 143	6.6	6.4	-5.5	-0.3	6.5	0.4
Total sem energéticos	14 409	15 155	88.4	85.5	-9.0	-7.6	5.2	4.6
Mercados de origem								
Intra UE-27	12 997	13 424	79.8	75.7	-8.9	-6.8	3.3	2.6
dos quais:								
UE-15	12 631	13 013	77.5	73.4	-9.2	-6.8	3.0	2.3
Espanha	5 261	5 521	32.3	31.1	-8.1	-2.5	4.9	1.6
Alemanha	2 348	2 136	14.4	12.0	-18.2	-2.5	-9.0	-1.3
França	1 391	1 388	8.5	7.8	-6.9	-0.5	-0.3	0.0
Itália	942	1 107	5.8	6.2	-3.0	-0.2	17.5	1.0
P. Baixos	938	994	5.8	5.6	-5.6	-0.3	6.0	0.3
R. Unido	532	692	3.3	3.9	-3.4	-0.1	29.9	1.0
Bélgica	489	519	3.0	2.9	-11.7	-0.3	6.0	0.2
Suécia	194	206	1.2	1.2	-6.8	-0.1	6.4	0.1
Irlanda	153	151	0.9	0.9	-1.4	0.0	-1.4	0.0
Alargamento	366	411	2.2	2.3	3.3	0.1	12.2	0.3
Extra UE-27	3 300	4 300	20.2	24.3	-14.5	-3.5	30.3	6.1
dos quais:								
Nigéria	227	313	1.4	1.8	2.7	0.1	37.8	0.5
China	351	455	2.2	2.6	-8.3	-0.2	29.6	0.6
Brasil	219	377	1.3	2.1	-0.7	0.0	72.4	1.0
EUA	290	287	1.8	1.6	-8.4	-0.1	-1.1	0.0
Noruega	222	250	1.4	1.4	-18.1	-0.2	12.9	0.2
Rússia	106	89	0.7	0.5	52.3	0.3	-16.1	-0.1
Arábia Saud.	129	150	0.8	0.8	-31.2	-0.3	16.3	0.1
Líbia	116	221	0.7	1.2	-39.2	-0.5	90.6	0.6
Suíça	101	115	0.6	0.7	0.1	0.0	14.1	0.1
Japão	127	108	0.8	0.6	-49.8	-0.5	-14.8	-0.1
Turquia	96	102	0.6	0.6	-14.2	-0.1	5.6	0.0
Coreia SL	116	84	0.7	0.5	-30.7	-0.2	-27.5	-0.2
Argélia	114	129	0.7	0.7	-51.9	-0.5	13.3	0.1
Índia	95	128	0.6	0.7	-24.1	-0.2	35.8	0.2
OPEP[5]	707	1 147	4.3	6.5	-21.0	-1.5	62.2	2.7
EFTA	330	370	2.0	2.1	-13.0	-0.2	12.2	0.2
PALOP	49	219	0.3	1.2	-2.2	0.0	346.4	1.0

* Somatório das "Chegadas" de mercadorias provenientes da UE com as "Importações" de Países Terceiros.

** O ano de 2009 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2004.

[2] Contributos p/ taxa de crescimento das entradas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[3] Inclui Angola.

[3] Não inclui tractores agrícolas.

[4] Inclui tractores agrícolas.

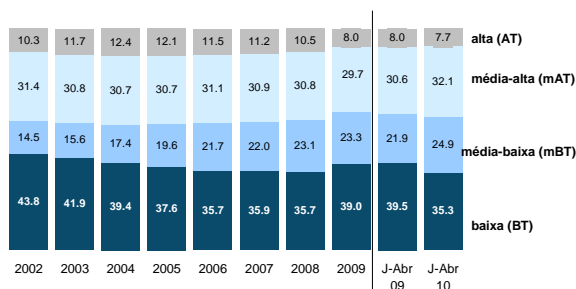
Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (nova série 1993-2009 e versões preliminares).

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

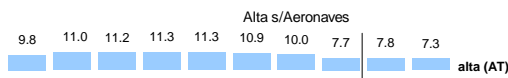
De acordo com *dados de base declarados* do INE, que não incluem estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio Intra-UE, no período de *Janeiro a Abril* registou-se, em termos homólogos, um acréscimo do peso das saídas dos produtos de *média intensidade tecnológica* (média baixa + média alta), de 52,5% para 57,0% (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

Os dados anuais constantes do gráfico, foram extraídos da nova série do comércio internacional (1993-2009), que inclui as referidas estimativas.

Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Alta tecnologia excluindo "Aeronaves e aeroespacial":



Nota - Os dados de AT em 2004 e 2005 não são comparáveis. A partir de 1/1/2005 as reparações e manutenção de aeronaves da UE passaram a ser incluídas na Balança de Serviços. O mesmo sucede aos dados de 2005 e 2006, por o mesmo tratamento ter sido aplicado às aeronaves dos países terceiros, a partir de 1/1/2006.

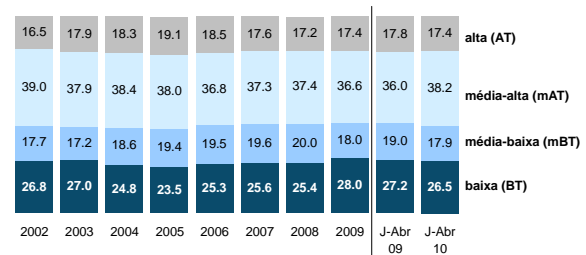
Fonte: GEE a partir de dados de base do INE (2001 a 2009 - nova série 1993-2009 - inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas no comércio intracomunitário; Período de 2009 e período de 2010 - dados declarados - estimativas não incluídas).

O peso das saídas de produtos de *alta intensidade tecnológica* desceu de 8,0% para 7,7%.

Por sua vez, o peso das saídas dos produtos de *baixa intensidade tecnológica*, no conjunto das saídas de produtos industriais transformados, desceu de 39,5% para 35,3%.

Na Figura 3.5 encontra-se representado o peso relativo das entradas dos produtos industriais transformados, por grau de intensidade tecnológica, desde 2002.

Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: GEE a partir de dados de base do INE (2001 a 2009 - nova série 1993-2009 - inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas no comércio intracomunitário; Período de 2009 e período de 2010 - dados declarados - estimativas não incluídas).

Nota: Os dados do período de Janeiro a Abril de 2009 e 2010 são dados declarados, por não se dispor de estimativas com a desagregação apresentada, para o período de Jan-Abr 2010.

Quadro 3.7. Saídas e Entradas * de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em 1000 Euros

Intensidade Tecnológica	2009	Janeiro a Abril		Taxas variação (%)			% do total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)	
		2009	2010	média 2004-09	2009/08	Jan-Abr 2010/09	2008	2009	Jan-Abr		2009	Jan-Abr 2010
									2009	2010		
SÁIDAS*												
Total dos prod. indust. transformados	29 899 642	8 968 144	10 160 564	0.2	-18.4	13.3	100.0	100.0	100.0	100.0	-18.4	13.3
Alta tecnologia	2 380 866	720 604	782 581	-8.3	-38.0	8.6	10.5	8.0	8.0	7.7	-4.0	0.7
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	2 291 391	694 124	742 440	-6.8	-36.9	7.0	10.0	7.7	7.8	7.3	-3.7	0.5
Média-alta tecnologia	8 865 297	2 748 014	3 259 356	-0.6	-21.4	18.6	30.8	29.7	30.6	32.1	-6.6	5.7
Média-baixa tecnologia	6 978 352	1 960 104	2 533 225	6.2	-17.6	29.2	23.1	23.3	21.9	24.9	-4.1	6.4
Baixa tecnologia	11 675 128	3 539 422	3 585 402	0.0	-10.7	1.3	35.7	39.0	39.5	35.3	-3.8	0.5
<i>Por memória:</i>												
Total das Saídas	31 647 682	9 408 600	10 742 985	0.5	-18.7	14.2	100.0	100.0	100.0	100.0	-18.7	14.2
Residual	1 748 040	440 456	582 421	6.8	-23.7	32.2	5.9	5.5	4.7	5.4	-1.4	1.5
ENTRADAS*												
Total dos prod. indust. transformados	43 319 368	12 704 340	12 970 728	1.1	-16.9	2.1	100.0	100.0	100.0	100.0	-16.9	2.1
Alta tecnologia	7 556 073	2 260 315	2 255 320	0.2	-15.7	-0.2	17.2	17.4	17.8	17.4	-2.7	0.0
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	6 877 513	2 128 601	2 065 619	0.2	-16.3	-3.0	16.0	16.1	16.9	16.2	-2.6	-0.5
Média-alta tecnologia	15 857 246	4 575 843	4 952 794	0.1	-18.8	8.2	37.4	36.6	36.0	38.2	-7.0	3.0
Média-baixa tecnologia	7 778 669	2 408 861	2 319 452	0.4	-25.3	-3.7	20.0	18.0	19.0	17.9	-5.0	-0.7
Baixa tecnologia	12 127 380	3 459 322	3 443 163	3.6	-8.4	-0.5	25.4	28.0	27.2	26.5	-2.1	-0.1
<i>Por memória:</i>												
Total das Entradas	51 208 121	14 919 143	15 939 124	0.8	-20.2	6.8	100.0	100.0	100.0	100.0	-20.2	6.8
Residual	7 888 753	2 214 803	2 968 396	-0.9	-34.6	34.0	18.8	15.4	14.8	18.6	-6.5	5.1

* Saídas de mercadorias correspondentes ao somatório das Expedições, no comércio Intracomunitário, com as Exportações para Países Terceiros. Entradas correspondem ao somatório das Chegadas, no comércio Intracomunitário, com as Importações, originárias de Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais - análise shift share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT em 2004 e 2005 não são exactamente comparáveis uma vez que a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede aos dados de 2005 e 2006, por o mesmo tratamento ter sido aplicado agora às aeronaves provenientes dos países terceiros, a partir de 1 de Janeiro de 2006.

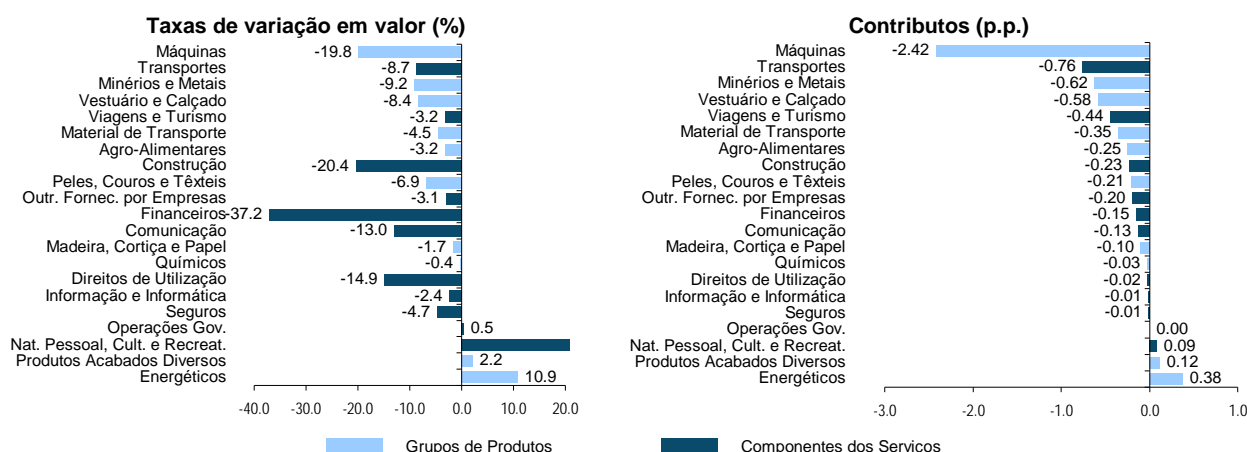
Fonte: GEE a partir de dados de base do INE (2001 a 2009 - nova série 1993-2009 - inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas no comércio intracomunitário; Período de 2009 e período de 2010 - dados declarados - estimativas não incluídas).

Comércio Internacional de Bens e Serviços

Dados da Balança de Pagamentos divulgados pelo Banco de Portugal para o período de *Janeiro a Abril de 2010*, revelam que o peso dos Serviços no total dos Bens e Serviços foi de 29,5% do lado das “exportações” (crédito), e de 16,9% na vertente das “importações” (débito). Neste período, as “exportações” de Bens e Serviços aumentaram 10,6% em termos homólogos, resultado para o qual contribuíram os Bens (+10,0 p.p.), a par de um contributo positivo mas de menor amplitude por parte dos Serviços (+0,6% p.p.) (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços nos últimos 12 meses, com base em dados do INE para as “exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “exportações” de Bens e Serviços. A distribuição do contributo das “exportações” de Bens pelos Grupos de Produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Últimos 12 meses a terminar em Abril de 2010



Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de euros

	Janeiro a Abril		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [1]				
			Anual		Jan-Abr		média anual 04-09	12 meses [2]		Jan-Abr	
	2009	2010	2004	2009	2009	2010		TVH	contrib. p.p.[1]	TVH	contrib. p.p.[1]
CRÉDITO ("Exportações")											
Bens e Serviços	14 917	16 494	100.0	100.0	100.0	100.0	2.4	-5.9	-5.9	10.6	10.6
Bens	10 138	11 628	72.4	66.2	68.0	70.5	0.6	-6.0	-4.1	14.7	10.0
Serviços	4 779	4 865	27.6	33.8	32.0	29.5	6.6	-5.7	-1.9	1.8	0.6
Transportes	1 329	1 374	5.3	8.6	8.9	8.3	12.6	-8.7	-0.8	3.4	0.3
Viagens e Turismo	1 691	1 780	14.5	14.4	11.3	10.8	2.2	-3.2	-0.4	5.3	0.6
Comunicação	162	147	0.8	1.0	1.1	0.9	6.1	-13.0	-0.1	-9.5	-0.1
Construção	165	136	0.8	1.1	1.1	0.8	7.9	-20.4	-0.2	-17.5	-0.2
Seguros	41	33	0.3	0.2	0.3	0.2	-0.7	-4.7	0.0	-19.2	-0.1
Financeiros	62	44	0.4	0.3	0.4	0.3	-3.1	-37.2	-0.2	-28.4	-0.1
Informação e Informática	88	88	0.3	0.5	0.6	0.5	17.9	-2.4	0.0	-0.1	0.0
Direitos de Utilização	50	10	0.1	0.2	0.3	0.1	37.8	-14.9	0.0	-79.5	-0.3
Outr. Fornec. por Empresas	1 069	1 103	4.4	6.7	7.2	6.7	11.2	-3.1	-0.2	3.2	0.2
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	67	88	0.4	0.5	0.4	0.5	7.8	23.3	0.1	31.8	0.1
Operações Governamentais	56	61	0.4	0.3	0.4	0.4	1.5	0.5	0.0	9.4	0.0
DÉBITO ("Importações" Fob)											
Bens e Serviços	19 192	20 615	100.0	100.0	100.0	100.0	1.6	-10.0	-10.0	7.4	7.4
Bens	15 727	17 131	85.9	82.7	81.9	83.1	0.9	-10.6	-8.9	8.9	7.3
Serviços	3 466	3 484	14.1	17.3	18.1	16.9	5.8	-7.0	-1.1	0.5	0.1
Transportes	965	994	4.5	5.1	5.0	4.8	4.2	-8.9	-0.4	3.0	0.2
Viagens e Turismo	903	941	4.0	4.5	4.7	4.6	4.0	-5.5	-0.2	4.1	0.2
Comunicação	158	144	0.5	0.7	0.8	0.7	8.3	-13.8	-0.1	-8.5	-0.1
Construção	53	31	0.2	0.2	0.3	0.2	-1.3	-29.6	-0.1	-40.1	-0.1
Seguros	62	88	0.4	0.3	0.3	0.4	-0.6	12.5	0.0	42.6	0.1
Financeiros	67	76	0.3	0.3	0.3	0.4	4.8	-27.6	-0.1	13.3	0.0
Informação e Informática	125	108	0.3	0.6	0.6	0.5	17.1	1.4	0.0	-13.2	-0.1
Direitos de Utilização	125	149	0.5	0.6	0.6	0.7	5.2	12.6	0.1	19.6	0.1
Outr. Fornec. por Empresas	809	760	2.6	3.9	4.2	3.7	9.9	-8.4	-0.3	-6.1	-0.3
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	158	152	0.5	0.8	0.8	0.7	10.8	7.0	0.0	-3.8	0.0
Operações Governamentais	42	41	0.3	0.2	0.2	0.2	-2.6	-22.2	-0.1	-2.6	0.0

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção do crescimento das "importações" de bens e serviços atribuível a cada categoria especificada.

Fonte: GEE, com base em dados do Banco de Portugal (Bal. Pagamentos) para o total dos Bens e para as categorias dos Serviços. A distribuição do contributo das exportações de Bens pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.

Destques

Base 2006 das Contas Nacionais Portuguesas: Principais Resultados

O Instituto Nacional de Estatística publicou, no passado mês de Junho, a nova série das Contas Nacionais Portuguesas, substituindo a anterior Base 2000 pela Base 2006, tomando este último como ano de referência.

Na origem da implementação da nova base das Contas Nacionais estiveram duas motivações: a principal foi a incorporação de novas fontes estatísticas e de resultados mais actualizados para fontes já existentes; mas existiram também alterações e melhoramentos metodológicos recorrentes nos habituais processos de mudança de base.

Relativamente às fontes estatísticas, as principais alterações foram:

- Adopção da Informação Empresarial Simplificada (IES) como principal fonte estatística, em substituição do Inquérito à Empresa Harmonizado (IEH).
- Consideração da informação proveniente das declarações do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) relativa ao Comércio Internacional de Bens e respectivo confronto com os dados do Intrastat.
- Incorporação dos resultados do Inquérito às Despesas das Famílias, que é realizado quinquenalmente e permite actualizar estruturas de consumo final das famílias e garantir a consistência entre as Contas Nacionais e o Índice de Preços no Consumidor (IPC).
- Consideração dos resultados do Inquérito aos Gastos Turísticos Internacionais, particularmente relevante na divisão entre viagens por motivos de negócios e de lazer.
- Reclassificações sectoriais de entidades em função da natureza mercantil/não mercantil da sua actividade, por existir mais informação de base.
- Alargamento a um maior conjunto de entidades da Administração Central, Local e Regional da apropriação de informação de base numa óptica de especialização do exercício.

No que se refere a aspectos metodológicos, as alterações a salientar foram:

- Adopção da nomenclatura de Actividades Económicas CAE Rev.3, que substitui a anterior CAE Rev.2.1.
- Reflexo nas Contas Nacionais do encerramento da Caixa Geral de Aposentações (CGA) a novos subscritores em 2006. A partir desse ano, com as diminuições do número de subscritores no activo e aumento do número de pensionistas, a contribuição do Estado para o financiamento da CGA deixa de ser registado em despesas com o pessoal. Definiu-se a taxa de contribuição das Administrações Públicas para a CGA de 28,4% (dada pela relação entre remunerações e benefícios em 2005 – último ano em que a CGA esteve aberta a novos subscritores), passando o restante financiamento a ser registado como transferência do Estado para a CGA.
- Repartição dos SIFIM (Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos) por ramo de actividade em função da estrutura de depósitos e empréstimos fornecida pela IES, em substituição do anterior método baseado na estrutura do VAB (Valor Acrescentado Bruto).
- Aumento do saldo de rendimentos e diminuição do saldo de transferências na Conta do Resto do Mundo, por via da eliminação da intermediação das Administrações Públicas nos subsídios recebidos da União Europeia. Esta alteração está em linha com as orientações do Eurostat.

Estas alterações conduziram a uma revisão em alta do PIB para o ano de 2006 em 3,1%, o que se traduziu em mais 4 827 milhões de euros, situando-se agora nos 160 273 milhões de euros.

Quadro .1. PIB e necessidade de financiamento para o ano de 2006

Agregados macroeconómicos	Valores 2006		Unid: milhões euros	Unid: p.p.
	B00	B06	Revisão	Contributos p/ o PIB
PIB	155 446	160 273	4 827	
Óptica da Produção				
VAB	133 055	137 828	4 773	3,1
Agr. Silv. e Pesca	3 756	3 761	5	0,0
Indústria e Energia	23 503	25 034	1 531	1,0
Construção	8 789	10 034	1 245	0,8
Serviços	97 007	99 000	1 992	1,3
Impostos Líq. de Subsídios sobre os produtos	22 391	22 446	55	0,0
Óptica da Despesa				
Despesa de Consumo Final	133 732	137 168	3 436	2,2
das Famílias e ISFLSF	101 599	104 747	3 147	2,0
das Administrações Públicas	32 133	32 421	289	0,2
Formação Bruta de Capital	34 481	37 078	2 597	1,7
Exportações	48 204	49 713	1 508	1,0
Importações	60 971	63 685	2 714	-1,7
Óptica do Rendimento				
Remunerações	77 773	79 640	1 867	1,2
Excedente/Rendimento Misto	56 255	59 129	2 875	1,8
Impostos Líq. de Subsídios	21 419	21 505	86	0,1
Necessidade de Financiamento da Economia	-14 388	-15 213	-825	

Fonte: INE. O total pode não corresponder à soma das partes por causa de arredondamentos.

Valor Acrescentado Bruto

Do lado da oferta, houve uma reavaliação generalizada do VAB dos vários ramos de actividade em resultado da maior cobertura da IES face ao IEH. Ainda que tenham sido os serviços quem mais contribuiu para a reavaliação do PIB, (tendo-se verificado e um aumento do peso dos serviços e, em simultâneo, uma redução do peso da agricultura e indústria), a comparação entre bases, ao nível dos ramos de actividade, não é directa, uma vez que a Base 2006 tem subjacente CAE Rev.2.1 enquanto que a Base 2006 segue a CAE Rev.3.

Essa diferença de nomenclatura justifica, em grande medida, a reavaliação do VAB da construção em 1 245 milhões de euros, uma vez que na Base 2006 a construção inclui a promoção imobiliária que na Base 2000 estava classificada na actividade de serviços.

Despesa e Contas Externas

Do lado da despesa, o Consumo Final foi reavaliado em mais 3 436 milhões de euros face à Base anterior, tendo contribuído 2.2 p.p para a revisão do PIB. A parcela que mais contribuiu para este aumento foi o Consumo Final das Famílias, influenciado pela inclusão dos resultados do Inquérito às Despesas das Famílias realizado em 2006.

Avaliando o Consumo Final das Famílias no Território por Função Consumo, verifica-se que os produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, que eram já os produtos com maior peso no Consumo das Famílias ganham, com este inquérito, ainda maior relevância. Uma outra alteração de estrutura é a diminuição do peso do vestuário e calçado, que na anterior base era mais relevante do que o lazer, recreação e cultura e que agora desce na estrutura de consumo das famílias.

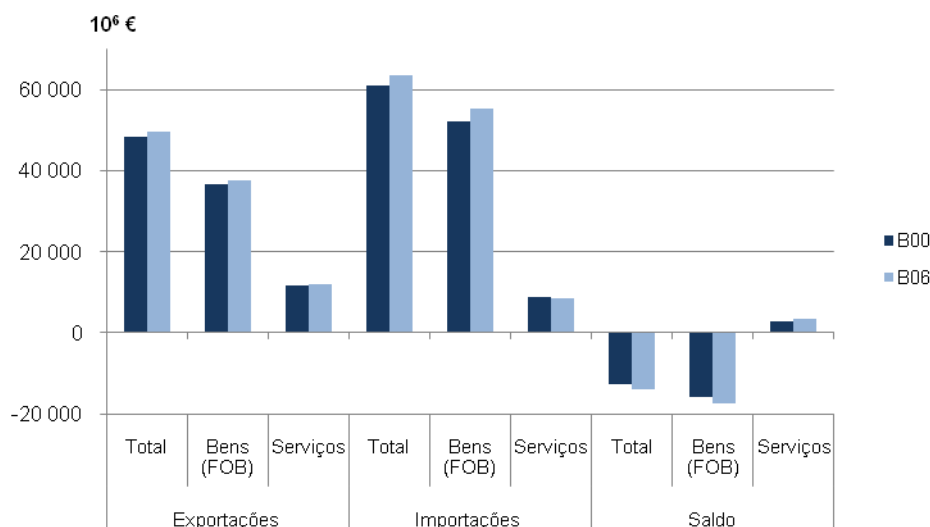
Quadro 2. Consumo final das famílias no território, por função consumo

	Unid.: milhões de euros			Unid.: %	
	Valores 2006			Estrutura	
	B00	B06	Revisão (%)	B00	B06
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	16 428	17 339	5,5	16,0	16,4
Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos	3 730	3 741	0,3	3,6	3,5
Vestuário e calçado	7 073	6 330	-10,5	6,9	6,0
Habituação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	14 477	15 084	4,2	14,1	14,3
Acess. p/ o lar, equip. doméstico e manut. corrente da habitação	6 743	6 779	0,5	6,6	6,4
Saúde	5 745	5 329	-7,2	5,6	5,0
Transportes	14 371	15 234	6,0	14,0	14,4
Comunicações	2 783	3 374	21,2	2,7	3,2
Lazer, recreação e cultura	6 930	7 981	15,2	6,8	7,5
Educação	1 225	1 216	-0,7	1,2	1,1
Restaurantes e hotéis	10 635	11 602	9,1	10,4	11,0
Bens e serviços diversos	12 332	11 788	-4,4	12,0	11,1
Total no território	102 470	105 797	3,2	100,0	100,0

Fonte: INE.

Nas relações com o exterior, existiu uma revisão em baixa da procura externa líquida, de 1 206 milhões de euros, uma vez que a revisão das importações foi maior do que das exportações. Esta revisão das importações, em conjunto com a da produção, conduziu a uma revisão em alta da procura interna que contribuiu 3.9 p.p. para a revisão do PIB.

O gráfico seguinte mostra que esta revisão em baixa da procura externa líquida se deu nos bens, uma vez que, do lado dos serviços, assistiu-se mesmo a uma revisão em baixa das importações.

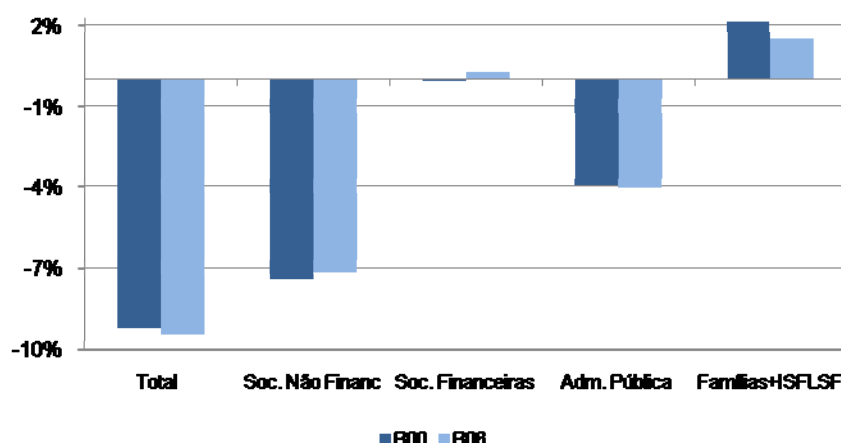
Gráfico 1. Exportações e importações de bens e serviços para o ano de 2006

Fonte: INE

O agravamento das contas externas conduz, na Base 2006, a uma maior necessidade de financiamento da economia que ascende a 9,5% do PIB (em vez de 9,3% na Base anterior), o que corresponde a um agravamento de 5,7% (num total de 825 milhões de euros).

Por sector institucional, este agravamento fica a dever-se ao sector das Famílias que vêm a sua capacidade de financiamento revista em baixa. Nas Sociedades Não Financeiras verifica-se uma diminuição da necessidade de financiamento e um agravamento quase simétrico por parte das Administrações Públicas.

Gráfico 2. Necessidade de financiamento por sector institucional em % do PIB para o ano de 2006



Emprego, Remunerações e Produtividade

Também as Remunerações foram revistas positivamente, em 2,4%, face à Base anterior, à semelhança do emprego remunerado medido em ETC (Equivalente a Tempo Completo) que tem agora mais peso, já que o emprego remunerado foi reavaliado em 5,3% enquanto que o total apenas em 1,7%.

Tendo em conta a reavaliação do VAB e do emprego medido em ETC, a produtividade em valor foi revista em alta em 1,9%. Mais uma vez, a comparação por ramo de actividade não é directa devido a alterações de nomenclaturas entre bases, o que explica nomeadamente a forte reavaliação na construção.

Quadro 3. Emprego e produtividade: comparação entre bases

	Unid: milhares		Unid: %
	Valores 2006		Revisão
	B00	B06	
Emprego (ETC)	4 909	4 990	1,7
Agr. Silv. e Pesca	458	452	-1,3
Indústria e Energia	934	917	-1,8
Construção	519	537	3,5
Serviços	2 999	3 084	2,8
Emprego Remunerado (ETC)	4 052	4 265	5,3
Agr. Silv. e Pesca	82	98	19,5
Indústria e Energia	873	884	1,3
Construção	424	494	16,5
Serviços	2 673	2 788	4,3
Produtividade do Trabalho (10³ €)	27,1	27,6	1,9
Agr. Silv. e Pesca	8,2	8,3	1,5
Indústria e Energia	25,2	27,3	8,5
Construção	16,9	18,7	10,3
Serviços	32,3	32,1	-0,8

Fonte: INE. O total pode não corresponder à soma das partes por causa de arredondamentos.

Em termos globais, a Base 2006 não constitui uma ruptura ao nível dos procedimentos seguidos na compilação das Contas Nacionais Portuguesas. Em suma, a incorporação de nova informação de base é a principal responsável quer pela revisão em alta do PIB, por via da incorporação dos dados da IES, quer do agravamento das Necessidades de Financiamento da Economia, por via do agravamento das contas externas dado pela nova série do Comércio Internacional de bens.

Relatório de Orientação da Política Orçamental

No dia 2 de Julho, foi entregue, na Assembleia da República, o Relatório de Orientação da Política Orçamental (ROPO) de 2010, que apresenta o novo cenário macroeconómico, bem como as novas metas orçamentais, para o horizonte 2010 – 2013, decorrentes da antecipação e aceleração do processo de consolidação orçamental.

Deste modo, em linha com o pacote de medidas adicionais de consolidação orçamental anunciadas a 13 de Maio, as novas metas para o défice público são de 7,3% do PIB, em 2010, 4,6% em 2011, 3,0%, em 2012 e 2,0% em 2013 (Quadro 1).

Quadro 1. Principais indicadores orçamentais
(em % do PIB)

	2009	2010	2011	2012	2013
Receita total	38,8	40,6	42,1	42,8	43,0
Despesa total	48,0	47,9	46,6	45,8	45,1
Despesa corrente primária	41,7	41,7	40,3	39,3	38,4
Saldo orçamental	-9,3	-7,3	-4,6	-3,0	-2,0
Saldo primário	-6,4	-4,1	-0,8	0,8	1,9
Dívida pública	76,3	83,5	85,9	85,9	84,8

Fontes: INE e MFAP.

Estes valores representam um esforço adicional de consolidação, face aos objectivos inscritos na actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para 2010-2013, de 1 e 2 p.p., em 2010 e 2011, respectivamente, permitindo o cumprimento do limite do défice orçamental do Pacto de Estabilidade e Crescimento um ano antes do previsto.

Depois de, em 2009, se ter registado um défice orçamental de 9,3% do PIB, antevê-se, com a implementação do programa de medidas anunciado, retomar uma trajectória de consolidação orçamental, por via do aumento da receita, mas também pelo controlo e diminuição da despesa pública.

O impacto conjunto esperado das medidas preconizadas no Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, bem como das medidas adicionais anunciadas a 13 de Maio, é sintetizado no quadro seguinte:

Quadro 2. Principais impactos das medidas de consolidação orçamental

	2010	2011	2012	2013
	Em % do PIB efeitos directos por comparação com cenário de ausência de medidas			
DIMINUIÇÃO DE DESPESA CORRENTE	0,31	1,29	1,72	2,20
Despesas com Pessoal	0,11	0,36	0,58	0,84
Despesas Sociais	0,08	0,52	0,79	0,99
Despesas de Consumo Intermédio	0,07	0,30	0,19	0,20
Subsídios	0,05	0,08	0,08	0,08
Despesa com Juros	0,00	0,03	0,07	0,10
DIMINUIÇÃO DE DESPESA DE CAPITAL	0,22	0,71	1,02	1,21
AUMENTO DE RECEITA	0,63	1,95	2,02	2,07
Redução de deduções e benefícios fiscais (despesa fiscal)	0,00	0,45	0,46	0,46
Outras medidas de reforço da receita fiscal e contributiva	0,63	1,50	1,56	1,61
Outras medidas de reforço da receita	0,00	0,11	0,11	0,11
TOTAL DA POUPANÇA ORÇAMENTAL (atribuível a estas medidas)	1,16	3,95	4,75	5,49

Fonte: MFAP.

No que respeita à evolução da dívida pública, espera-se uma estabilização do rácio em percentagem do PIB já em 2012 e uma redução em 2013, atingindo o valor de 84,8% do PIB. O saldo primário deverá contribuir positivamente para a redução da dívida pública a partir de 2012, enquanto o impacto do programa de privatizações previsto no PEC 2010-2013 deverá iniciar-se em 2011 (Quadro 3).

Quadro 3. Evolução da dívida pública

	2009	2010	2011	2012	2013
Dívida pública consolidada (% PIB)	76,3	83,5	85,9	85,9	84,8
Variação em p.p. do PIB	11,0	7,2	2,4	0,0	-1,1
Efeito saldo primário	6,4	4,1	0,8	-0,8	-1,9
Efeito dinâmico	4,5	2,0	1,9	1,3	1,2
Outros	0,0	1,1	-0,4	-0,5	-0,5

Fontes: Banco de Portugal, INE e MFAP.

No que se refere ao cenário macroeconómico, e num contexto de incerteza quanto às condições prevalentes na economia portuguesa, as previsões revestem-se de alguma prudência. Espera-se que a procura externa relevante para Portugal seja a principal fonte do dinamismo da actividade económica, o que, conjuntamente com o ajustamento da procura interna, conduzirá a uma melhoria gradual das necessidades externas de financiamento da economia (Quadro 4).

Quadro 4. Cenário macroeconómico

	2009	2010	2011	2012	2013
PIB (t.v.h.)	-2,6	0,7	0,5	1,1	1,7
Contributos para o crescimento do PIB (p.p.)					
Procura interna	-3,3	0,3	-0,4	0,1	0,6
Procura externa líquida	0,8	0,4	0,9	1,0	1,0
IPC (%)	-0,8	1,1	2,0	2,0	2,0
Taxa de desemprego (%)	9,5	9,8	10,1	9,8	9,6
Necessidades líquidas de financiamento da economia (% do PIB)	-9,3	-8,7	-7,8	-7,3	-6,8

Fontes: INE e MFAP.

Face ao cenário apresentado na actualização do PEC 2010-2013, estas previsões incorporam a revisão de base das Contas Nacionais Portuguesas do Instituto Nacional de Estatística, bem como o impacto dos esforços de consolidação orçamental levados a cabo, não só em Portugal, como nos seus principais parceiros comerciais, o que conduziu a uma revisão em baixa do crescimento previsto para 2011.

Evolução Recente das Exportações¹ Portuguesas por Agrupamentos de Bens

Janeiro a Abril de 2009 e 2010

Walter Anatole Marques²

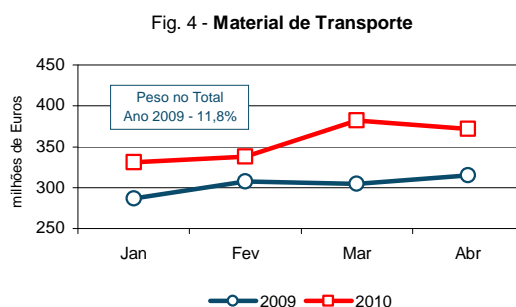
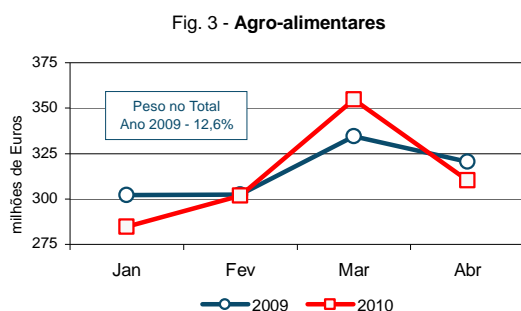
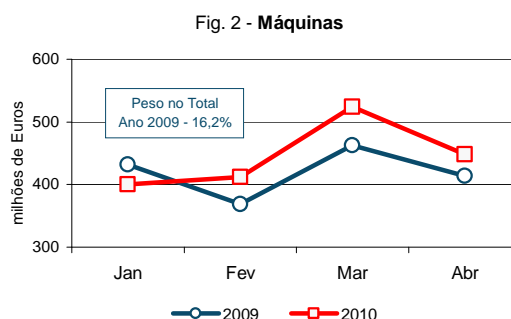
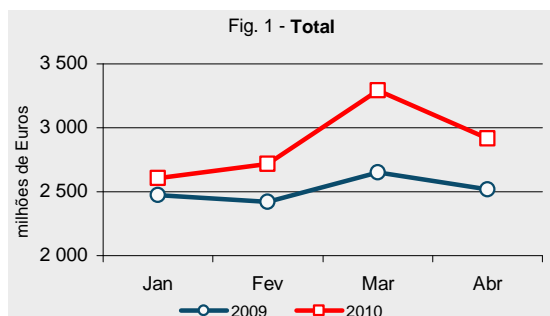
Através do conjunto de figuras que se segue pretende-se analisar, sinteticamente, a evolução mensal recente das exportações portuguesas de mercadorias por agrupamentos de bens.

Os bens foram agrupadas em 13 conjuntos³, sendo dominantes os agrupamentos “Máquinas” (16,2% do total em 2009), “Agro-alimentares” (12,6%), “Material de transporte” (11,8%), “Químicos” (11,1%), “Minérios e metais” (9,8%), “Produtos acabados diversos”, onde se inserem os produtos da cerâmica e do vidro e os aparelhos de precisão, entre outros (9,4%), e “Madeira, cortiça e papel” (8,6%). Seguiram-se os agrupamentos do “Vestuário” (6,8%), dos “Energéticos” (5,0%), dos “Têxteis” (4,3%), e o do “Calçado” (4,0%). Os agrupamentos residuais das “Peles e couros” e dos “Acessórios de vestuário” representaram respectivamente apenas 0,3% e 0,1% do total das exportações em 2009.

Após um descida acentuada do valor do conjunto das exportações nos últimos meses de 2008, e alguma estabilização nos primeiros meses de 2009, assistiu-se nos quatro primeiros meses de 2010 a um acréscimo mensal homólogo na grande maioria dos agrupamentos de bens não residuais, excepção feita aos agrupamentos dos produtos “Agro-alimentares”, do “Vestuário” e do “Calçado”, que apresentam alguma tendência de estabilização.

Evolução mensal do valor das 'exportações' de bens (não acumulado)

(Janeiro a Abril de 2009 e 2010)



¹ Exportações aqui entendidas como o somatório das expedições para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

² Assessor Principal do GEE (AP). O conteúdo deste trabalho é da exclusiva responsabilidade do autor.

³ Agro-alimentares (Capº 01 a 24 da Nomenclatura Combinada), Energéticos (Capº 27), Químicos (Capº 28 a 40) Madeira, cortiça e papel (Capº 44 a 49), Peles e couros (Capº 41 a 43), Têxteis (Capº 50 a 60 e 63), Vestuário (Capº 61 e 62), Calçado (Capº 64), Acessórios de vestuário (Capº 65 a 67), Minérios e metais (Capº 25, 26 e 71 a 83), Máquinas (Capº 84 e 85), Material de transporte (Capº 86 a 89) e Produtos acabados diversos (Capº 68 a 70 e 90 a 99).

Fig. 5 - Químicos

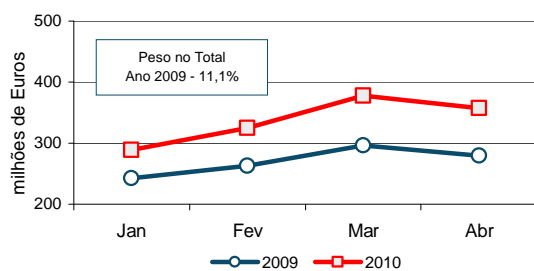


Fig. 6 - Minérios e Metais

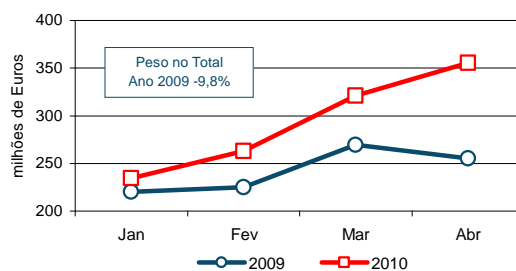


Fig. 7 - Produtos acabados diversos

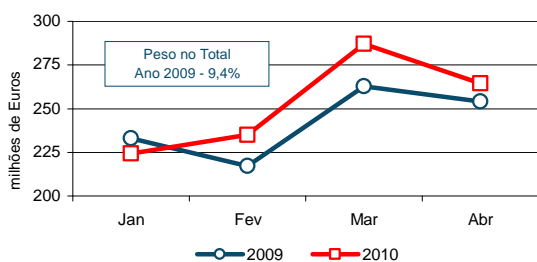


Fig. 8 - Madeira, Cortiça e Papel

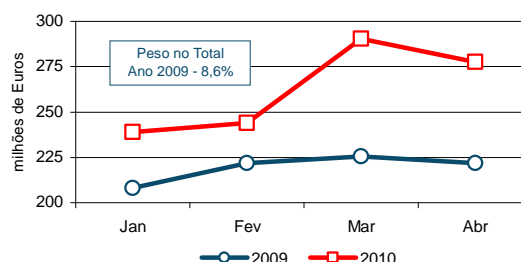


Fig. 9 - Vestuário

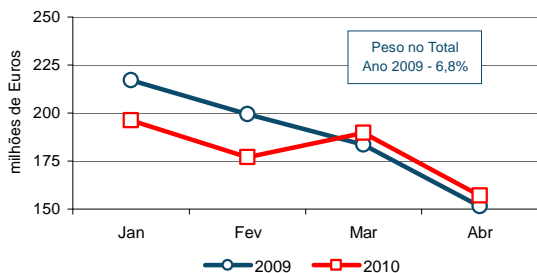


Fig. 10 - Energéticos

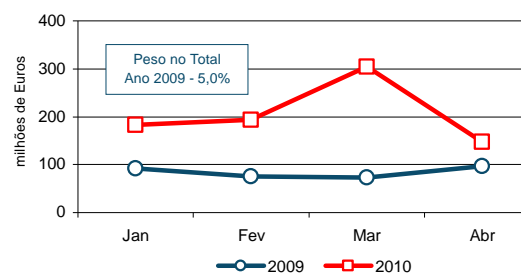


Fig. 11 - Têxteis

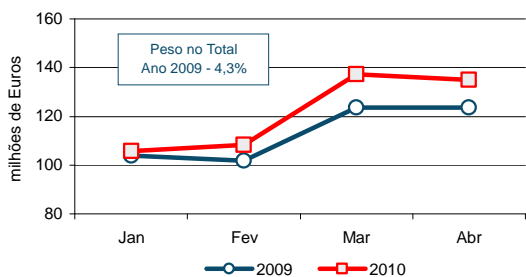


Fig. 12 - Calçado

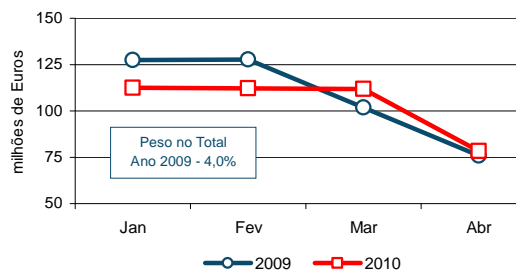


Fig. 1.11 - Peles e couros

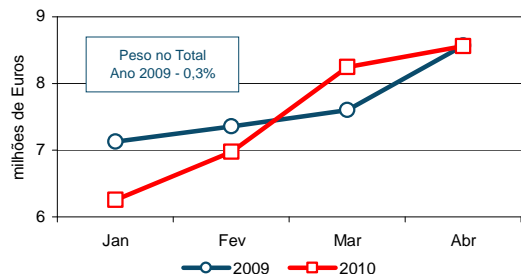
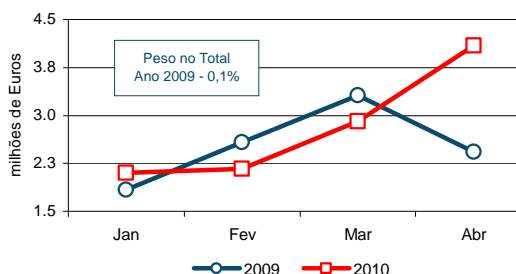


Fig. 1.9 - Acessórios de vestuário



Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas no comércio intracomunitário).

Artigos

Criação de Empresas em Portugal e Espanha: Análise Comparativa com Base nos Dados do Banco Mundial¹

Elsa de Morais Sarmento²
Alcina Nunes³

Do Inquérito ao Empreendedorismo do Banco Mundial (WBGES 2008) resultou uma extensa base de dados de cerca de uma centena de países, baseada em dados dos registos notariais. Com base nesta fonte de informação, exploram-se as trajectórias de evolução do registo de empresas entre 2000 e 2007 entre Portugal e Espanha, e destes países relativamente à União Europeia e à OCDE, bem como a outros países e fontes de informação.

1. Introdução

Desde meados dos anos 80, que o empreendedorismo tem vindo a ser alvo de interesse, não apenas em termos académicos, mas também como ferramenta de intervenção na promoção do crescimento económico e da inovação, independentemente do nível de desenvolvimento do país (Acs et al., 2008). Este foi um dos objectivos que assistiu à sistematização de informação sobre o registo de empresas por parte do Banco Mundial. Do inquérito ao empreendedorismo, intitulado *World Bank Entrepreneurship Survey* (WBGES), efectuado pelo Banco Mundial, que surgiu da combinação de esforços empreendidos pelo Departamento de Investigação do Banco Mundial (BM), pelo Institute Finance Corporation (IFC) e pela Fundação Kauffman, resultou uma extensa base de dados em painel sobre a criação de empresas, considerada a mais exhaustiva compilada até hoje. Esta base de dados apresenta um potencial de caracterização e de comparação da actividade empresarial entre mais de 100 países industrializados e em desenvolvimento, ao longo do período compreendido entre 2000 e 2007. Esta tem como objectivo acompanhar os desenvolvimentos do sector privado e aferir o impacto do empreendedorismo no crescimento económico, procurando simultaneamente monitorizar e avaliar o impacto de reformas, nomeadamente a nível de regulação, alterações institucionais e de política económica (Klapper et al., 2009; Klapper 2008a e 2006; Banco Mundial, 2008). Outro dos objectivos que assiste à criação desta base de dados é o de melhorar o conhecimento sobre os mecanismos de transição de empresas do sector informal para o formal, tanto em países desenvolvidos, como em vias de desenvolvimento, de forma a delinear as medidas e os incentivos mais adequados para acelerar o processo de transição de empresas para a economia formal.

São já conhecidas algumas das características diferenciadoras da dinâmica empresarial entre Portugal e Espanha, que apontam para taxas de natalidade (mas também de mortalidade) das empresas portuguesas superiores às das empresas espanholas (OCDE, 2008 e 2009; Lopez-Garcia e Puente, 2007; Cabral, 2007; Consejo Superior de Cámaras de Comercio en España, 2003; Nunes e Sarmento, 2010a e 2010b). Existe evidência de que as empresas espanholas apresentam maiores taxas de sobrevivência do que as empresas portuguesas (Lopez-Garcia and Puente, 2007; Nunes e Sarmento, 2010), o que se traduz num maior número de empresas espanholas que conseguem permanecer em actividade no mercado, sendo este um dos factores responsáveis pela elevada densidade empresarial existente em Espanha, acima da média da União Europeia (UE), já identificado em análises anteriores (Eurostat, 2004).

¹ As autoras gostariam de agradecer ao Banco Mundial e ao Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Segurança Social pela cedência dos dados. Este trabalho reflecte unicamente as opiniões das suas autoras.

² Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação; Departamento de Economia e Gestão, DEGEI, Universidade de Aveiro, Portugal.

³ Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança.

No entanto, os dados WBGES do Banco Mundial apenas contemplam a criação de empresas e não o ciclo completo de nascimentos e mortes de empresas. Tendo esta restrição em consideração, este estudo pretende comparar, a partir dos registos de empresas do WBGES 2008 do Banco Mundial e recorrendo a comparações internacionais intra e extra-UE, a performance relativa do empreendedorismo em Portugal e Espanha, ao longo do período compreendido entre 2000 e 2007, bem como fundamentar essas conclusões através da comparação com outras fontes de informação. Pretende-se portanto efectuar uma dinâmica empresarial comparada do registo de empresas entre os dois países, e entre estes e um conjunto de blocos económicos e de países em diferentes estágios de desenvolvimento, recorrendo a uma nova fonte de informação.

3. World Bank Entrepreneurship Survey 2008 (WBGES)

3.1. Metodologia

No seu terceiro ano de existência, o inquérito efectuado pelo Banco Mundial tem vindo a incorporar mais países, mais dimensões de análise e melhorias a nível da metodologia empregue. Dos cerca de 84 países na segunda edição, incluem-se agora no WBGES de 2008, dados para mais de 100 países, referentes ao total e a novas empresas formalmente registadas, para o período de 2000 a 2007. O WBGES tem vindo a incluir um número cada vez maior de empresas privadas em todos os sectores económicos, incluindo uma fracção significativa de novas e pequenas empresas.

O WBGES utiliza como fontes primárias os registos empresariais oficiais nacionais dos países considerados, que representam o primeiro passo para a entrada de novas empresas na economia formal. No caso da não existência ou não disponibilização desta informação, estes são substituídos ou complementados com dados fornecidos por instituições estatísticas, fiscais e laborais, bem como por agências privadas. O processo também envolve entrevistas telefónicas e troca de correspondência através de fax e e-mail. O inquérito foi realizado inicialmente em 120 países, dos quais apenas se obteve resposta para 112. No entanto, apenas 101 países foram incluídos no ano de 2008 no WBGES. No caso de Portugal, o WBGES baseia-se em dados do Instituto de Registo e Notariado do Ministério da Justiça.

Foi uma preocupação central do Banco Mundial, o desenvolvimento de uma metodologia que procedesse à harmonização da recolha deste tipo de informação para uma grande variedade de países. Foi essa a motivação que assistiu ao desenvolvimento de conceitos que pudessem ser aplicados uniformemente, num universo bastante diversificado e heterogéneo de países. Os conceitos relativos ao processo de criação de empresas, seguem o padrão estabelecido na literatura de referência do Banco Mundial relativo ao empreendedorismo. Seguindo essa tradição, decorrente da necessidade de harmonização e com o intuito de estabelecer uma base internacionalmente comparável, no âmbito do trabalho já desenvolvido, o conceito de empreendedorismo adoptado pelo Banco Mundial é o seguinte: empreendedorismo é a “actividade de um indivíduo ou um grupo de indivíduos, destinado a iniciar uma actividade comercial no sector formal, sob uma forma empresarial legal” (Klapper et al., 2008).

As actividades empreendedoras são em geral levadas a cabo sob a forma de uma “empresa”. Devido à ausência de um único conceito, aceite universalmente, sob o que se pode considerar efectivamente uma “empresa”, o Banco Mundial recorreu a um conceito que pode ser aplicado em diferentes enquadramentos jurídicos. Uma empresa é então considerada como “qualquer unidade económica pertencente ao sector formal da economia, com uma existência legal, registada no registo notarial oficial, capaz de exercer o seu pleno direito de incorrer em responsabilidades financeiras e de encetar actividades económicas e financeiras com outras entidades” (Klapper and Delgado, 2007).

A medição da actividade empreendedora no WBGES 2008 considera todas as sociedades, independentemente da sua dimensão, bem como todos os proprietários em nome individual que efectuem o registo de uma empresa.

O universo de empresas considerado pertence ao sector formal da economia dos diferentes países. Este factor apresenta vantagens não só de homogeneidade de universos, como de maior comparabilidade entre países, uma vez que esta representa uma parte substancial da economia, que é regulada por

sistema económico e político e judicial identificável (patente no acesso a um conjunto de serviços, como o acesso ao crédito a partir de instituições bancárias e à capacidade de providenciar contratos formais de trabalho e benefícios sociais como a segurança social e o acesso a mercados mais diversificados, como o mercado externo), estando também mais salvaguardado de factores externos, como a corrupção (Klapper e tal., 2008).

Adicionalmente, os dados do Banco Mundial também apresentam informação sobre o funcionamento dos registos notariais e sobre a distribuição das empresas e das novas empresas criadas por sector de actividade.

3.2. Indicadores utilizados no WBGES 2008

O Banco Mundial propõe cinco indicadores, que permitem efectuar comparações entre diferentes países, independentemente do seu grau de desenvolvimento industrial, cada um ilustrando uma dimensão própria de empreendedorismo:

Total de empresas: número de empresas que se encontram registadas, em cada país, no final do ano.

Novas empresas: número de novas empresas registadas durante o ano.

Densidade empresarial: proporção do total de empresas registadas (aquelas existentes no início do ano) no total da população activa entre os 18 e os 65 anos (rácio das empresas registadas sobre a população activa em milhares de habitantes).

Densidade empresarial de novas empresas: proporção do número de novas empresas registadas no total da população activa entre os 18 e os 65 anos (rácio de novas empresas/população activa em milhares de habitantes). É uma medida também utilizada para calcular o número de novas empresas registadas per capita.

Taxa de entrada de novas empresas: proporção de novas empresas registadas no total de empresas registadas (rácio de novas empresas/total de empresas). É utilizada para medir o número de novas empresas face ao número total de empresas.

4. Análise Comparativa entre Portugal e Espanha

A Tabela 1 apresenta o número total de unidades económicas apenas para Portugal (dado não existirem dados para Espanha no WBGES 2008) e o número total de “empresas” e de novas “empresas” para os dois países. Serão estes dois últimos, os considerados neste estudo.

Tabela 1. Número total de unidades económicas e de empresas do WBGES 2008

	Portugal				Espanha				
	Nº total de unidades económicas		Total de "empresas"		Novas "empresas"		Total de "empresas"	Novas "empresas"	
	Nº	Tx crescimento (%)	Nº	% do total de unidades económicas	Nº	% do total de unidades económicas	Nº	Nº	% do total de unidades económicas
2000	1.089.697		267.192	25	18.748	7	1.481.848	115.870	8
2001	1.110.490	1,9	308.681	27,8	41.648	13,5	1.606.066	111.648	7,0
2002	1.085.004	-2,3	312.000	28,8	20.143	6,5	1.724.992	118.021	6,8
2003	1.103.198	1,7	347.683	31,5	20.984	6,0	1.851.350	123.612	6,7
2004	1.221.555	10,7	363.412	29,7	24.774	6,8	1.985.360	132.178	6,7
2005	1.190.032	-2,6	404.224	34,0	25.779	6,4	2.126.949	138.333	6,5
2006	1.132.364	-4,8	416.369	36,8	28.284	6,8	2.286.543	148.648	6,5
2007	1.101.979	-2,7	423.719	38,5	30.934	7,3	2.435.689	145.593	6,0

Fonte: Cálculos próprios com base nos dados disponíveis no *World Bank Entrepreneurship Survey* (WBGES) do Banco Mundial.

Nota: Não existem dados para o total de unidades económicas para Espanha, no WBGES 2008.

São apresentados de seguida os valores para o total e para as novas entidades registadas nos dois países ibéricos, Portugal e Espanha, bem como para o grupo de países que constituem a União Europeia (UE) e a OCDE (Tabela 2).

Em 2007, foram registadas 30.934 novas empresas em Portugal e 145.593 em Espanha, sendo a média da UE de 62.894 e a da OCDE de 82.111 novas empresas. Em Portugal, durante o período de 2000 a

2007, verificou-se um aumento gradual do número total de empresas registadas (267.192 em 2000 e 423.719 em 2007), que correspondem a uma taxa de crescimento médio anual de 6,8% para o total de empresas e de 7,4% para o registo de novas empresas. Espanha registou uma taxa de crescimento médio anual superior para o total de empresas (7,4%), correspondendo a um aumento de 953.841 registos de empresas, mas inferior no que diz respeito ao registo de novas empresas (3,3%). Portugal e Espanha apresentam ambos valores de crescimento anual médio de empresas registadas superiores à UE e à OCDE (Tabela 3). No entanto, se for considerado o período 2000 a 2006, Portugal apresenta as mais elevadas taxas de crescimento médio de registo de empresas (7,7%) e de registo de novas empresas (7,1%).

Tabela 2. Indicadores de empreendedorismo para Portugal, Espanha, UE e OCDE

País	Ano	Total de Empresas Registadas	Taxa de Crescimento	Novas Empresas Registadas	Taxa de Crescimento	Densidade Empresarial	Densidade Empresarial Novas Empresas Registadas	Tx. de Criação de Novas Empresas
		Milhares	%	Milhares	%	Nº Empresas / mil trabalhadores	Nº Novas Empresas / mil trabalhadores	%
Portugal	2000	267,2		18,7		38,6	2,7	7,0
	2001	308,7	15,5	41,6	122,1	44,5	6,0	13,5
	2002	312,0	1,1	20,1	-51,6	44,9	2,9	6,5
	2003	347,7	11,4	21,0	4,2	49,9	3,0	6,0
	2004	363,4	4,5	24,8	18,1	52,0	3,5	6,8
	2005	404,2	11,2	25,8	4,1	57,7	3,7	6,4
	2006	416,4	3,0	28,3	9,7	59,2	4,0	6,8
	2007	423,7	1,8	30,9	9,4	60,1	4,4	7,3
Espanha	2000	1481,8		115,9		54,2	4,2	7,8
	2001	1606,1	8,4	111,6	-3,6	58,8	4,1	7,0
	2002	1725,0	7,4	118,0	5,7	63,1	4,3	6,8
	2003	1851,4	7,3	123,6	4,7	67,7	4,5	6,7
	2004	1985,4	7,2	132,2	6,9	72,5	4,8	6,7
	2005	2126,9	7,1	138,3	4,7	77,5	5,0	6,5
	2006	2286,5	7,5	148,6	7,5	83,4	5,4	6,5
	2007	2435,7	6,5	145,6	-2,1	88,8	5,3	6,0
União Europeia	2000	418,6		38,5		30,8	2,9	8,5
	2001	364,4	-13,0	34,6	-10,3	33,5	3,2	8,3
	2002	393,9	8,1	37,3	7,9	35,3	3,1	8,5
	2003	414,4	5,2	41,0	9,8	36,5	3,2	8,7
	2004	441,3	6,5	47,2	15,2	38,5	3,8	9,4
	2005	487,0	10,3	48,5	2,7	41,9	4,2	9,6
	2006	524,5	7,7	52,6	8,6	40,0	4,3	10,1
	2007	571,3	8,9	62,9	19,5	45,4	5,4	11,4
OCDE	2000	508,2		49,0		34,5	4,2	9,9
	2001	440,9	-13,25	43,7	-10,93	39,0	4,5	9,6
	2002	567,9	28,80	46,9	7,36	41,4	4,4	9,2
	2003	750,0	32,07	71,9	53,37	42,7	4,4	8,9
	2004	780,1	4,01	80,9	12,47	44,7	5,0	9,9
	2005	957,0	22,68	92,2	14,05	48,8	5,3	9,8
	2006	622,1	-35,00	68,5	-25,76	49,6	6,0	10,5
	2007	728,4	17,09	82,1	19,90	57,5	7,5	11,1

Fonte: Cálculos próprios com base nos dados disponíveis no *World Bank Entrepreneurship Survey* (WBGES) do Banco Mundial.

Nota: Consideram-se valores médios para a OCDE e UE. A OCDE é formada por 29 países, com exceção da Coreia do Sul. A União Europeia inclui 26 países, excluindo a Estónia. Nem sempre existe informação por país para todos os anos.

Tabela 3. Taxas de crescimento médio do total de empresas e das novas empresas registadas, 2000-2007

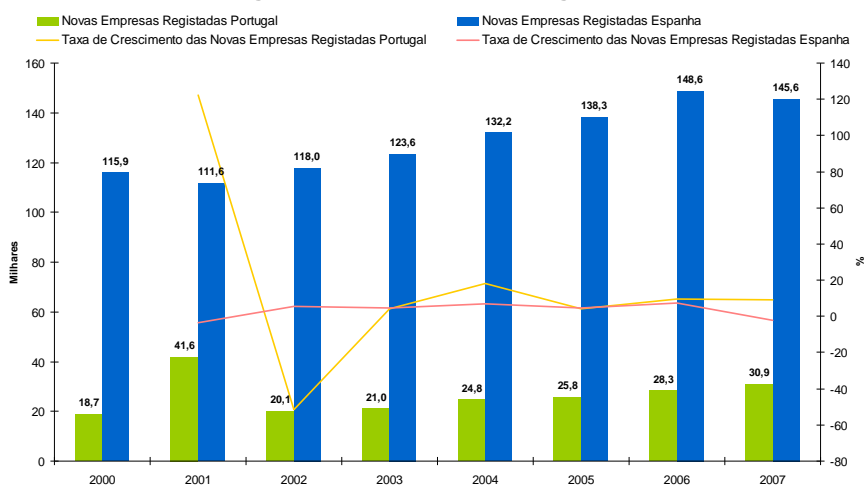
	Total de Empresas Registadas	Novas Empresas Registadas
Portugal	6,8	7,4
Espanha	7,4	3,3
União Europeia	4,5	7,2
OCDE	5,3	7,4

Fonte: Cálculos próprios com base nos dados disponíveis no *World Bank Entrepreneurship Survey* (WBGES) do Banco Mundial.

Em Portugal, o crescimento anual mais significativo, registou-se de 2000 para 2001, com uma taxa de crescimento de 15,5%, para o total de empresas e de 122,1% para as novas empresas, seguindo-se uma desaceleração em 2002 (1,1% para o total e de -51,6% para as novas empresas registadas), a mais significativa no período. Em Espanha, a evolução das taxas de crescimento apresentam uma maior estabilidade, sendo o ano de 2001 o que apresenta taxas de registo de empresas mais elevado no período (8,4%). Portugal apresenta maior instabilidade nas taxas de crescimento do total de empresas registadas. Esta instabilidade está igualmente patente noutras fontes de informação, nomeadamente nos Quadros de Pessoal (GEE, 2010; Sarmiento e Nunes, 2010b e 2010c).

A evolução do registo de novas empresas apresenta comportamentos distintos nos dois países, particularmente no período compreendido entre 2000 e 2002. Em 2001, é visível uma diminuição da criação de novas empresas em Espanha, mas um aumento substancial em Portugal (Figuras 1 e 4).

Figura 1. Novas empresas registadas

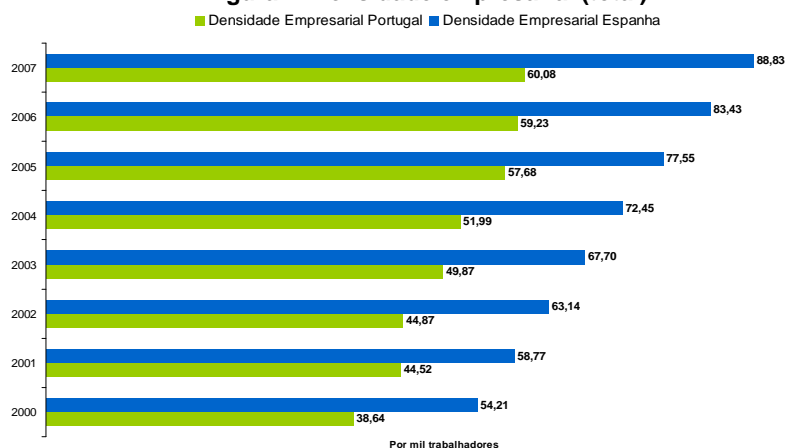


Fonte: Cálculos próprios com base nos dados disponíveis no *World Bank Entrepreneurship Survey* (WBGES) do Banco Mundial.

Uma medida alternativa da taxa de criação de empresas é a densidade empresarial. Esta é um indicador relativo, que permite comparar mais facilmente países de diferentes dimensões populacionais. As densidades empresariais medidas para a totalidade de empresas (Figura 2) e para as novas empresas registadas (Figura 3), em relação ao total da população activa, apontam para um aumento da densidade, de 2000 para 2007 para os dois países, reflectindo o que já tinha sido revelado através da análise dos valores absolutos.

A densidade empresarial em Espanha é elevada e superior à de Portugal, sendo visível um diferencial crescente ao longo do tempo. Em 2007, Portugal registou uma densidade empresarial de 60,1 empresas por mil indivíduos activos (38,6 em 2000) e Espanha 88,8 empresas por mil indivíduos activos (54,2 em 2000). Em 2007, foram criadas em Portugal 4,4 novas empresas por mil habitantes, valor inferior ao ocorrido em Espanha (5,3) e à da média dos países da UE (5,4) e da OCDE (7,5 por mil habitantes). Espanha era já apontada em 2001 pelo Eurostat (2004) como um dos dois países com maior densidade empresarial.

Figura 2. Densidade empresarial (total)



Fonte: World Bank Entrepreneurship Survey (WBGES) do Banco Mundial.

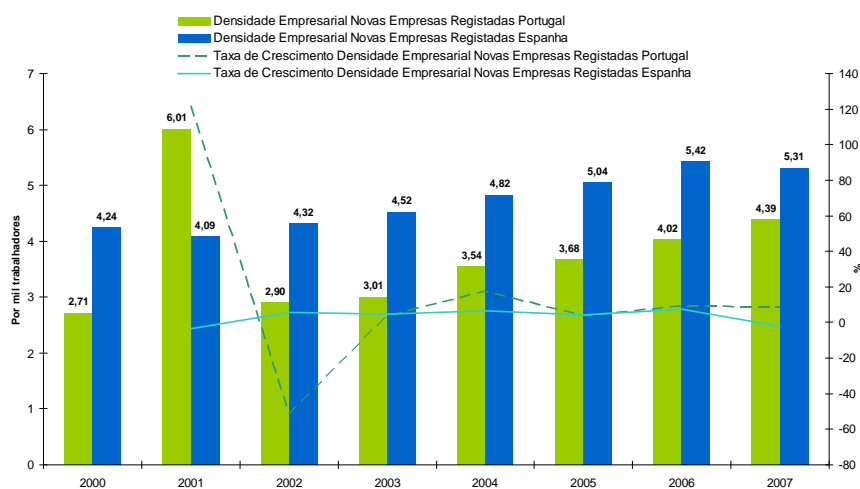
Nota: A densidade empresarial representa a proporção do total de empresas registadas, no total da população activa entre os 18 e os 65 anos.

Observando os valores da densidade empresarial de novas empresas, ou seja, a proporção de novas empresas registadas no total de indivíduos em idade activa em cada ano nos dois países, verifica-se, mais uma vez, que os valores registados em Portugal foram menos estáveis que os registados em

Espanha (Figura 3). Em 2000, a densidade registada em Espanha é de 4,2 novas empresas por mil indivíduos activos e em Portugal aproxima-se dos 2,7. Em 2001, verificou-se um aumento súbito na densidade empresarial portuguesa, ultrapassando os valores espanhóis (6,01 em Portugal e 4,09 em Espanha). Esta situação reverteu-se nos anos seguintes, continuando Espanha a apresentar uma densidade de novas empresas superior à de Portugal.

De seguida, analisa-se a taxa de criação de novas empresas, sendo que são estas as que alimentam e regeneram a população de empresas. Há evidências diversas na literatura de que a criação de empresas está associada a um número importante de contribuições para a economia, nomeadamente através da criação líquida de postos de trabalho, do contributo para o valor acrescentado e também indirectamente para a produtividade e para o aumento da capacidade de inovação de uma economia (Audretsch, 1995). Portugal e Espanha verificam taxas de criação de empresas inferiores à média da UE ao longo de todo o período (com excepção de Portugal em 2001). A taxa de criação de empresas é sempre ligeiramente superior em Espanha, com excepção dos anos de 2001, 2006 e 2007 (Figura 4).

Figura 3. Densidade empresarial referente ao registo de novas empresas



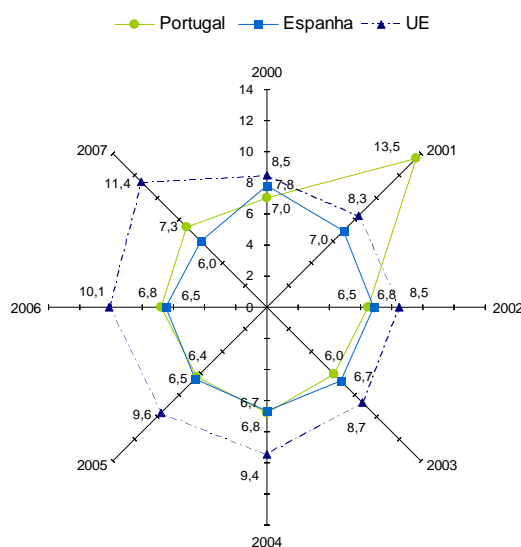
Fonte: Cálculos próprios com base nos dados disponíveis no World Bank Entrepreneurship Survey (WBGES) do Banco Mundial.

Nota: A densidade empresarial de novas empresas representa a proporção do número de novas empresas registadas no total da população activa entre os 18 e os 65 anos.

Na Figura 4 é possível verificar que em Portugal, a taxa de criação de novas empresas quase duplica de 2000 para 2001, o mesmo não acontecendo nem em Espanha, nem na média da União Europeia, assistindo-se a uma diminuição para quase metade do seu valor no ano seguinte. Em Portugal, após 2001, este indicador registou valores relativamente constantes⁴, na ordem dos 6% a 7% (sendo a média no período de 7%). Assim sendo, o projecto Empresa na Hora, que teve início em 2005, parece não ter tido um impacto substancial a nível do registo de novas empresas, considerando a evolução ao longo deste período.

⁴ Quando comparada a taxa de entrada de novas empresas dos dados do Banco Mundial relativamente à taxa de criação de empresas desfasada, com um *lag* de um ano face ao número total de empresas no ano anterior, a evolução é relativamente idêntica.

Figura 4. Taxa de criação de novas empresas (%)



Fonte: *World Bank Entrepreneurship Survey (WBGES)* do Banco Mundial.
A taxa de entrada de novas empresas é a proporção de novas empresas no total de empresas registadas.

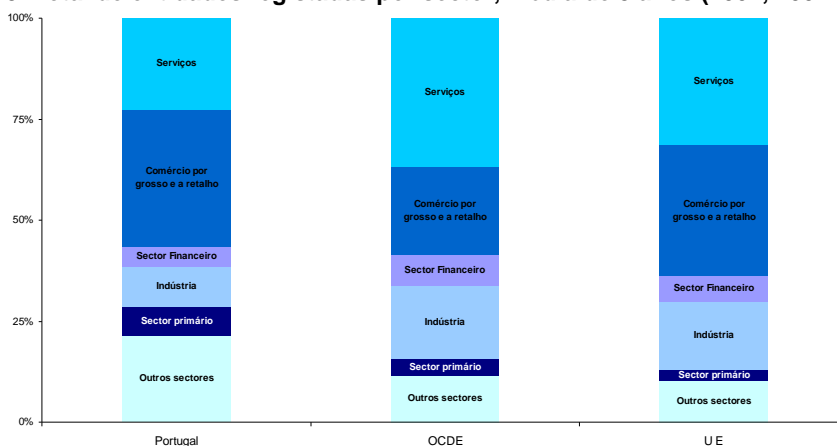
4.1. Comparação sectorial

A comparação a nível sectorial é apenas feita para Portugal relativamente aos países da União Europeia e da OCDE para os quais é disponibilizada informação, dado não existirem dados desagregados sectorialmente para Espanha no WBGES 2008 (Figuras 5 e 6).

No total de empresas registadas, prevalece o registo no sector do comércio (34% do total de empresas em 2002 e 2004 e 32% em 2006), seguindo-se o sector dos serviços (21% em 2002, 23% em 2004 e 24% em 2006), os “Outros Sectores” (21% em 2006), a Indústria (10% em 2006), o sector financeiro (6% em 2006) e finalmente o sector primário (com 7% em 2006). Os novos registos de empresas no sector (restrito) dos serviços apresentam um peso no total relativamente maior em 2006 (35% face a 31% em 2002), enquanto que o comércio evidencia uma diminuição do seu peso ao longo do período (27% em 2006), acompanhado pela rubrica “Outros Sectores” (17% em 2006 face a 23% em 2002).

Portugal apresenta um número relativamente maior de registos de novas empresas no sector dos serviços e no comércio por grosso e a retalho que a média dos países da UE⁵ e da OCDE considerados, onde está portanto patente a influência crescente dos serviços na economia portuguesa (Sarmiento e Nunes, 2010a, 2010b e 2010c) também ao nível do registo de empresas.

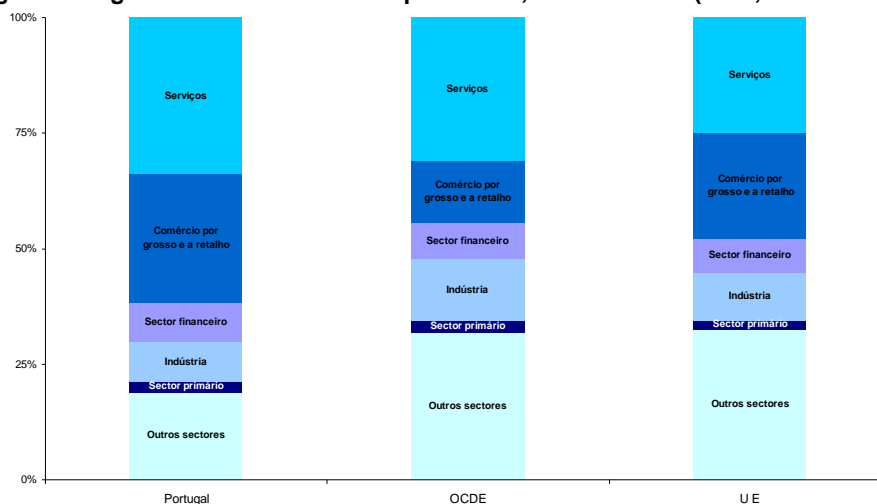
⁵ O sector dos serviços tem vindo progressivamente a dominar a economia de diversos países. Já em 2001, se encontravam no sector dos serviços, quase três quartos das empresas activas na União Europeia (Eurostat, 2004).

Figura 5. Total de entidades registadas por sector, média de 3 anos (2002, 2004 e 2006)

Fonte: *World Bank Entrepreneurship Survey (WBGES)* do Banco Mundial.

Nota: Não existe informação sectorial para Espanha.

União Europeia constituída apenas por Portugal, Polónia, Eslováquia, Itália, Grécia (Atenas), Hungria, Finlândia, Estónia e República Checa. OCDE representada apenas por Portugal, Suíça, Itália, Grécia (Atenas), Finlândia e Canadá. Consideram-se valores médios para a UE e para a OCDE.

Figura 6. Registo de novas entidades por sector, média 3 anos (2002, 2004 e 2006)

Fonte: *World Bank Entrepreneurship Survey (WBGES)* do Banco Mundial.

Nota: Não existe informação sectorial para Espanha.

União Europeia constituída apenas por Portugal, Polónia, Eslováquia, Itália, Grécia (Atenas), Hungria, Finlândia, Estónia e República Checa. OCDE representada apenas por Portugal, Suíça, Itália, Grécia (Atenas), Finlândia e Canadá. Consideram-se valores médios para a UE e para a OCDE.

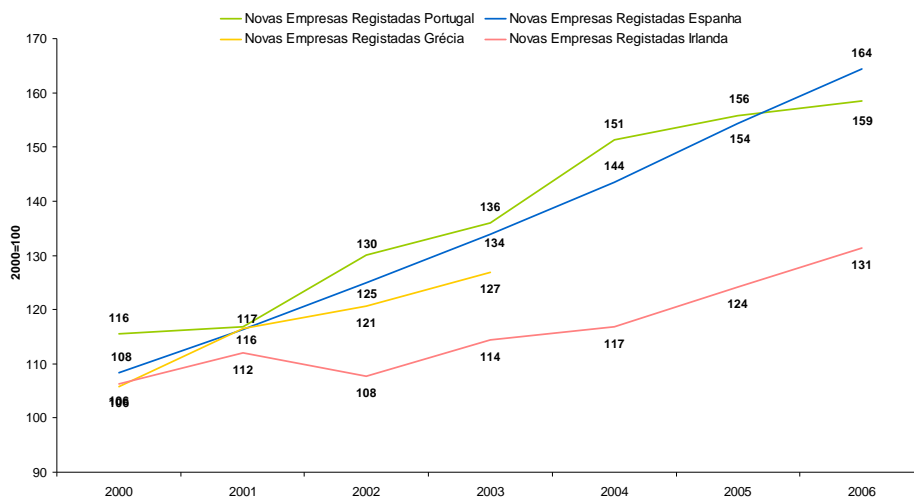
5. Comparações Internacionais

5.1. Comparações entre Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda (ex-países da Coesão)

Nesta secção, compara-se a evolução de Portugal e Espanha, com os restantes países beneficiários do Fundo de Coesão, na procura de padrões de evolução comuns. Espanha é, naturalmente o país com o maior número de empresas registadas, sendo seguida por Portugal e pela Irlanda. Tomando o ano 2000 com base, a Irlanda apresenta um padrão de crescimento de registo de empresas inferior a todos os países, com excepção da Grécia, enquanto que Portugal apresenta o maior ritmo de crescimento, o qual abranda em 2006 (Figura 7 e Tabela 4).

Em relação ao número absoluto de novas empresas registadas anualmente, Espanha regista naturalmente os valores mais elevados. Em 2007, foram registadas 145.593 novas empresas em Espanha, 30.934 em Portugal e 18.704 na Irlanda ⁶.

Figura 7. Total de empresas registadas, Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda (2000=100)



Fonte: Cálculos próprios com base nos dados disponíveis no *World Bank Entrepreneurship Survey* (WBGES 2008) do Banco Mundial. A Grécia apenas apresenta valores entre 2000 e 2003.

A taxa de crescimento médio para o total de empresas registadas de 2000 a 2007, em Espanha (7,4%) e Portugal (6,8%), são superiores à da Irlanda (4%). No que diz respeito à taxa de crescimento médio de registo de novas empresas, Portugal continua a apresentar os valores mais expressivos (Tabela 4).

Tabela 4. Taxas de crescimento médio para o total e para as novas empresas registadas, 2000-2007

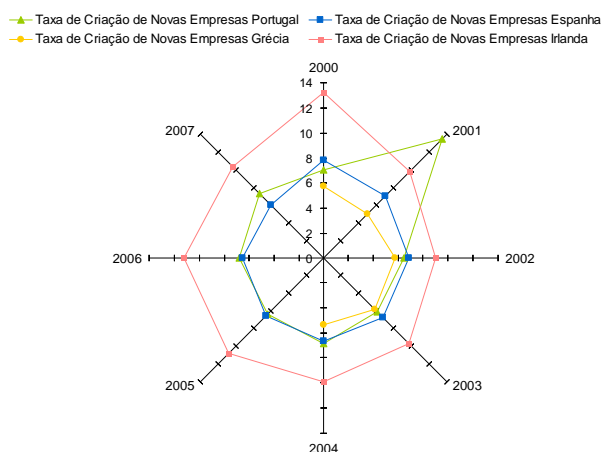
	Total de Empresas Registadas	Novas Empresas Registadas
Portugal	6,8	7,4
Espanha	7,4	3,3
Irlanda	4,0	0,4

Fonte: Cálculos próprios com base nos dados disponíveis no *World Bank Entrepreneurship Survey* (WBGES 2008) do Banco Mundial.

Nota: Não são disponibilizados os dados para a Grécia a partir de 2003.

Por último, é observada a taxa de registo de novas empresas em cada um destes quatro países (Figura 8). Verifica-se que a Irlanda apresenta um maior dinamismo na taxa de registo de novas empresas, acima dos 10%, embora se tenha observado em Portugal um aumento substancial em 2001, sem paralelo em qualquer dos restantes três países, apontando para um fenómeno com causas específicas em Portugal.

⁶ Não foi feita a comparação em termos absolutos para a Grécia por não se encontrarem disponíveis dados a partir de 2004.

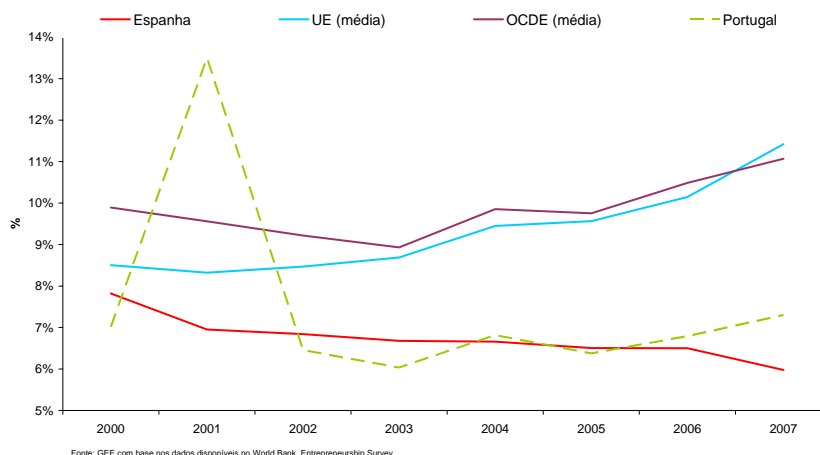
Figura 8. Taxa de criação de novas empresas (%)

Fonte: World Bank Entrepreneurship Survey (WBGES 2008) do Banco Mundial.

5.2. Comparações adicionais com a União Europeia (UE) e a OCDE

O acréscimo de empresas registadas no ano de 2001 representa um fenómeno isolado e específico para Portugal. Mesmo comparando com ex-países do Fundo de Coesão, como a Irlanda e a Grécia, torna-se evidente a maior instabilidade apresentada pela taxa de criação de empresas em Portugal ao longo do período, e o “pico” de criação de empresas em 2001, superior quer à média quer da UE e da OCDE (Figura 9), quer dos registos de empresas espanhóis, gregos e italianos (Figura 8).

O terceiro Quadro Comunitário (QCA III) entrou em operação em 2000, embora com atrasos significativos. Uma análise feita para a criação de empresas empregadoras com pelo menos um trabalhador remunerado, com base nos Quadros de Pessoal (Sarmiento e Nunes, 2010b e 2010c), revela que em 2000, foram criadas e reactivadas um grande número de empresas. De acordo com a informação dos Quadros de Pessoal, o ano de 2000 representa um dos três “picos” na criação de empresas entre 1985 e 2007. Embora não se disponha de informação relativa a 1999 no WBGES, torna-se patente o acréscimo de registos de empresas de 2000 para 2001. Avançamos com a hipótese de que empresas que não apareciam nos Quadros de Pessoal, pois estavam abaixo do limiar de um trabalhador remunerado, de acordo com a metodologia aplicada do Eurostat/OCDE (2007), foram imediatamente reactivadas em 2000, após o anúncio da entrada em funcionamento do QCA III. Posteriormente, em 2001, foram criadas novas empresas, sendo conseqüentemente registadas no WBGES e sendo também detectadas nos registos dos Quadros de Pessoal (GEE, 2010; Sarmiento e Nunes, 2010c).

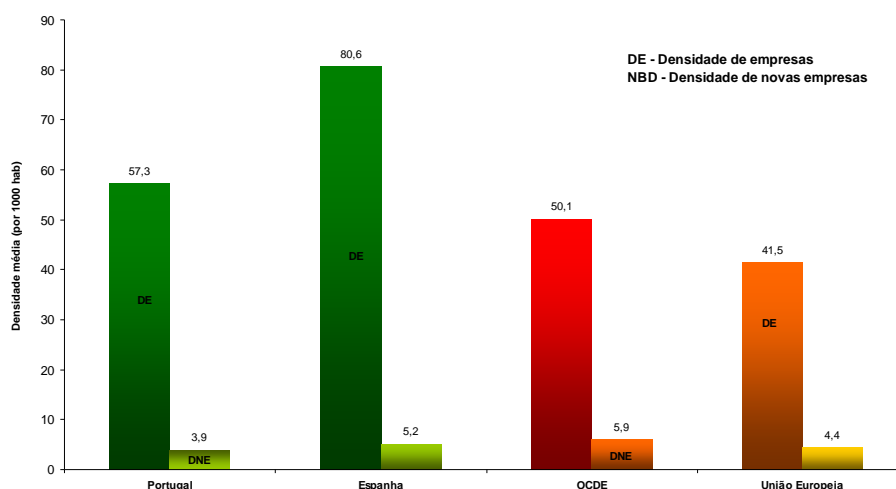
Figura 9. Taxas de entrada de empresas em Portugal, Espanha, União Europeia e OCDE, 2000-2007

Fonte: WBGES 2008 do Banco Mundial.

De acordo com os dados do WBGES, Portugal e Espanha revelam no entanto uma densidade média de empresas considerável e superior às médias da UE e da OCDE (Figura 10), com Espanha a apresentar

valores substancialmente mais elevados que Portugal (80,6 empresas por 1000 habitantes) entre 2004 e 2007. Espanha apresenta ainda uma densidade substancial de novas empresas, superior à média quer da EU, quer de Portugal.

Figura 10. Densidade média para o total e para novas empresas, 2004 a 2007



Fonte: WBGES 2008 do Banco Mundial.

5.3. Comparação com outras fontes de informação

Uma comparação com outras fontes de informação, para o mesmo indicador de criação de empresas, traduz valores e evoluções distintas das obtidas através do WBGES 2008. Em Espanha, os dados do Directório Central de Empresas (DIRCE) apresentam as taxas de criação de empresas mais elevadas, quando comparadas com as do Eurostat, com as do *Structural Demographic Statistics* (SDBS) da OCDE e também com os dados do WBGES 2008 (Tabela 5). À semelhança de Espanha, também Portugal regista taxas de criação de empresas, calculadas a partir do WBGES 2008, bastante inferiores às das restantes fontes de informação. Naturalmente, este facto deve-se à existência de um maior número de empresas registadas do que o número de empresas economicamente activas, considerada no denominador do rácio da criação de empresas dos cálculos dos indicadores baseados no WBGES.

Integrando todas estas fontes de informação (Tabela 5), é possível verificar que efectivamente Portugal apresenta taxas de criação de empresas superiores às espanholas.

Tabela 5. Taxas de criação de empresas em Espanha e Portugal, de acordo com diferentes fontes de informação

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Espanha													
DIRCE			13,5	13,3	13,0	12,1	12,2	12,4	12,2	13,1	12,8	12,0	10,0
Eurostat		9,7	9,6	9,7	9,1	9,3	9,8	9,7	10,4	10,4			
SDBS (OCDE)									12,3	11,8			
WBGES 2008				7,8	7,0	6,8	6,7	6,7	6,5	6,5	6,0		
Portugal													
Quadros de Pessoal (Eurostat/OCDE, 2007)	16,4	16,4	15,9	19,5	19,1	18,2	13,5	12,7	16,1	12,8	12,6		
Empresas em Portugal (SCIE, INE)									14,3	15,7	15,2		
Eurostat		9,5	8,0		7,5	6,0		13,7	13,3	14,2			
SDBS (OCDE)									14,7	16,1	15,5		
WBGES 2008				0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	14,9	16,2	0,0		

Fontes: Para Espanha: Directório Central de Empresas (DIRCE) do Instituto Nacional de Estatística de Espanha, *Structural Business Statistics* do Eurostat, *Structural Demographic Statistics* (SDBS) da OCDE e WBGES 2008. Para Portugal: Quadros de Pessoal de acordo com a metodologia do Eurostat e da OCDE (2007), dados do INE do Sistema Integrado de Contas patentes na publicação "Empresas em Portugal", *Structural Business Statistics* do Eurostat, WBGES do Banco Mundial e *Structural Demographic Statistics* (SDBS) da OCDE.

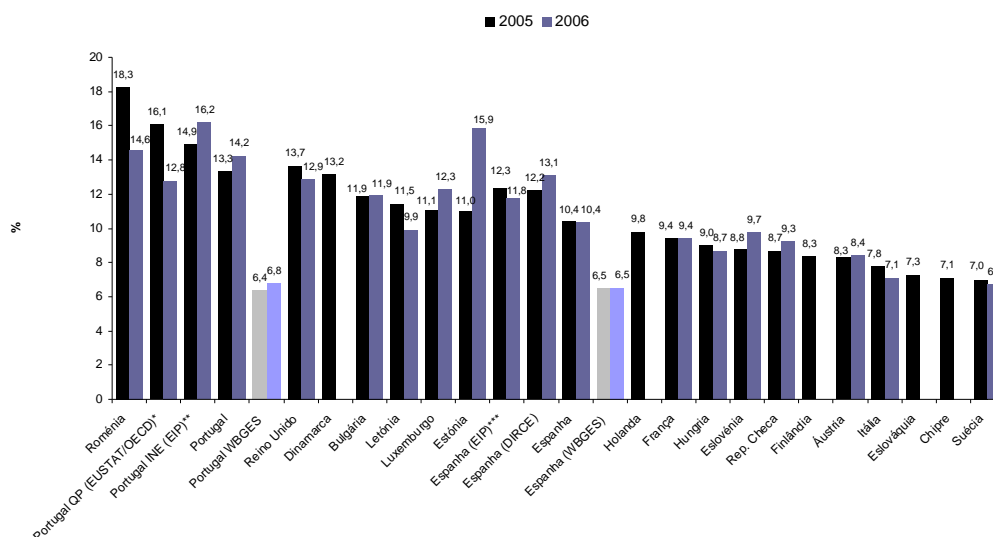
O *ranking* de comparação com outros países, utilizando o mesmo indicador de criação de empresas, apresenta também resultados diferenciados consoante a fonte de informação utilizada. As estatísticas estruturais do Eurostat (*Structural Business Statistics*, 2009) mostram que em 2005, Portugal possuía a

segunda maior taxa de criação de empresas dos países da UE considerados (Figura 11). Este *ranking* não se altera se considerarmos fontes de informação alternativas, nomeadamente a taxa de criação de empresas obtida a partir dos Quadros de Pessoal (Sarmiento e Nunes, 2010c) ou das do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2009), calculada para empresas que empregam mais que um trabalhador. Em 2006, entre um painel de 16 países, Portugal aparece em terceiro lugar, depois da Estónia e da Roménia (INE, 2009) e estaria posicionado em segundo lugar de acordo com as outras duas fontes de informação mencionadas anteriormente.

Espanha encontra-se em nono lugar em 2005, ainda que fossem utilizados os dados do DIRCE, que considera empresas economicamente activas.

Se apenas os dados da WBGES fossem utilizados, considerando o universo de empresas legalmente activas, verificar-se-ia que o posicionamento relativo entre estes países seria alterado, nomeadamente com Espanha a apresentar uma taxa de criação de empresas superior à de Portugal em 2005.

Figura 11. Taxa de criação de empresas, de acordo com os dados estruturais do Eurostat (*Business Demography Statistics*) para os países da UE, para Portugal ainda segundo o WBGES, INE segundo o EIP (metodologia do Eurostat/OCDE, 2007) e para Espanha ainda segundo o WBGES, EIP e DIRCE



Fontes: Eurostat (dados preliminares para o ano de 2005 para a Bulgária, Roménia, Portugal e Eslovénia).

Adicionalmente para Portugal: INE, cálculos próprios com base nos Quadros de Pessoal GEP, MTSS e WBGES 2008. Adicionalmente para Espanha: DIRCE do Instituto Nacional de Estatística Espanhol, SDBS *Business Demography Indicators* da OECD (EIP, Entrepreneurship Indicators Programme) e WBGES 2008.

Nota:

* Empresas empregadoras com mais de um trabalhador remunerado, de acordo com a metodologia do Eurostat/OCDE, baseado nos Quadros de Pessoal.

** INE, para empresas com mais de um trabalhador remunerado ("employer enterprises"), metodologia idêntica aos dados SDBS da OCDE.

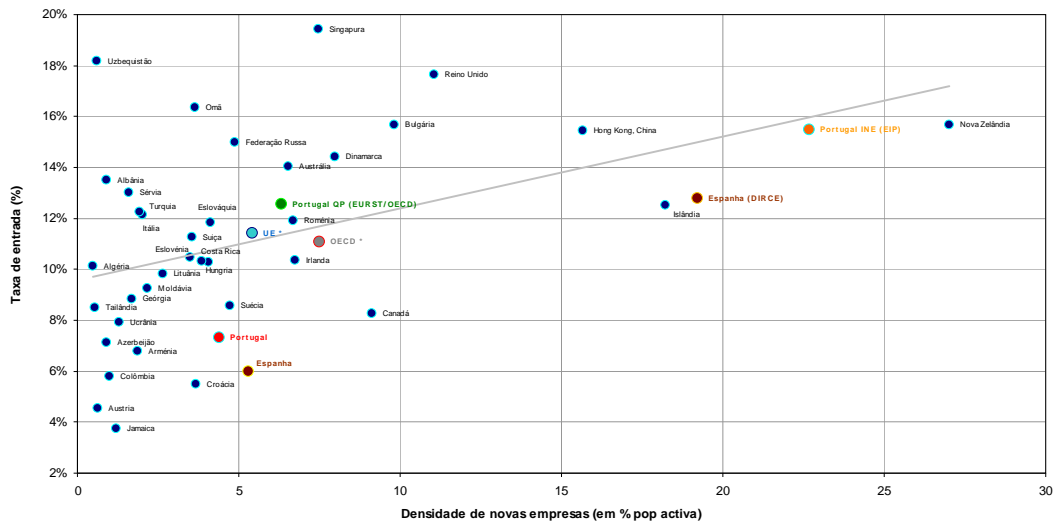
*** Indicadores demográficos para empresas com mais de um trabalhador remunerado (SDBS *Business Demography Indicators*), OECD.

Se considerarmos o *ranking* internacional de Portugal, de acordo com as taxas de registo de empresas do WBGES 2008, observamos que está posicionado em 32º lugar entre 39 países em 2007 e em 41º entre 53 em 2006. Este posicionamento relativo não está de acordo com o resultado obtido se fossem consideradas outras fontes de informação, onde estão representadas apenas as empresas economicamente activas, o mesmo acontecendo para Espanha.

Por outro lado, na Figura 12, de acordo com a recta de tendência, Portugal detém maior taxa de criação de empresas (WBGES) que Espanha. As correlações para 2007, entre a taxa de registo de empresas e a densidade de novas empresas e entre a primeira e a densidade de empresas (Figura 13) são positivas e estatisticamente significativas. Seria portanto de esperar que um país que apresentasse uma maior taxa de criação de empresas possuísse também uma maior densidade de novas empresas. Assim sendo, esperar-se-ia que Portugal estivesse posicionado num quadrante superior a Espanha, apresentando uma

densidade de empresas relativamente mais elevada, o que não acontece. A elevada correlação entre a taxa de natalidade e mortalidade em Portugal (Sarmiento e Nunes, 2010b) e as elevadas taxas de mortalidade de empresas verificadas em Portugal (GEE, 2010), relativamente a Espanha (Lopez-Garcia, 2006), traduzem-se numa diminuição relativa da densidade de empresas existente em Portugal (Figura 13).

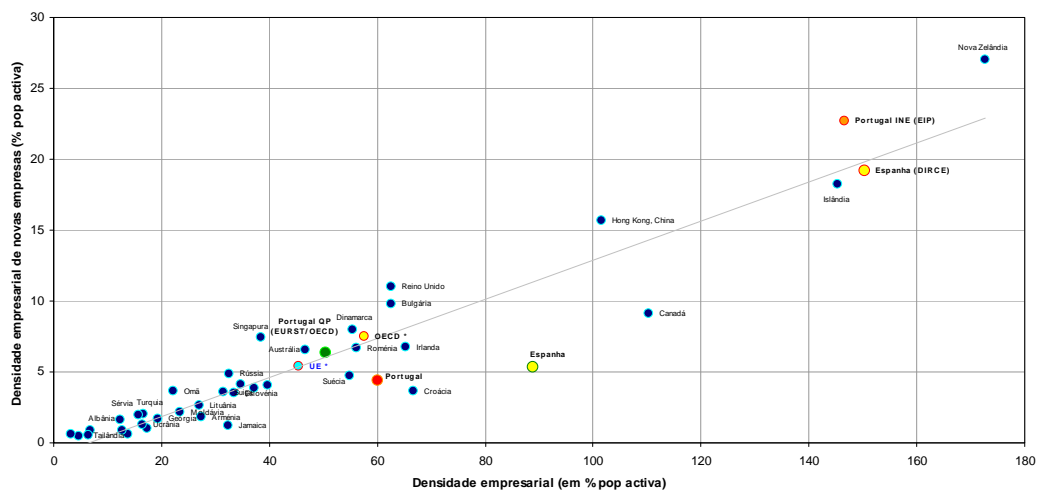
Figura 12. Densidade de novas empresas e taxas de criação de empresas para os países considerados no WBGES 2008, média para a União Europeia e OCDE, para Portugal dados adicionais do INE (de acordo com o EIP) e Quadros de Pessoal (Eurostat/OECD, 2007) e para Espanha de acordo com DIRCE, 2007



Fontes: WBGES 2008 do Banco Mundial. Adicionalmente, para Espanha, DIRCE e para Portugal dados do INE e Quadros de Pessoal (de acordo com a metodologia Eurostat/OECD, 2007).

Nota: Apenas países para os quais existem ambos os indicadores em 2007 estão representados. Médias para a UE e para a OCDE.

Figura 13. Densidade empresarial e densidade de novas empresas para os países considerados no WBGES, para Portugal de acordo com o INE (EIP) e com os Quadros de Pessoal (Eurostat/OECD) e para Espanha de acordo com DIRCE, 2007



Fonte: WBGES 2008. Adicionalmente, para Portugal: cálculos próprios para os Quadros de Pessoal (de acordo com a metodologia do Eurostat/OECD) baseados em dados do GEP, MTSS. Adicionalmente para Espanha, DIRCE do Instituto Nacional de Estatística espanhol.

Nota: Consideram-se médias para a UE e para a OECD. Apenas países para os quais existem os dois indicadores para 2007 estão representados no gráfico. O nome de alguns foi apagado do canto inferior esquerdo do gráfico, porque não se tornavam legíveis, embora os pontos representem todos os países.

Em 2007, a densidade de novas empresas (representadas para todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, patentes no WBGES 2008, para os quais existem dados em 2007), Espanha está entre os países com maior densidade de empresas e de novas empresas (Figura 13). Apenas quatro países

apresentam maior densidade empresarial que Espanha e sete no que diz respeito à densidade de novas empresas registadas. Espanha apresenta portanto uma densidade de registo de empresas bastante elevada, não só quando comparada com países da UE e da OCDE, mas com o universo de países constantes no WBGES 2008 - Portugal está posicionado em 10º lugar entre 42 países no que diz respeito à densidade empresarial e em 16º quanto à densidade de novas empresas, entre 52 países (Figura 13).

6. Comentários Finais

A informação relativa à dinâmica empresarial, com base noutras fontes de informação oficiais, aponta para taxas de criação de empresas em Portugal superiores às existentes em Espanha. A comparação de indicadores de empreendedorismo apresentadas nestes estudo, baseadas no WBGES 2008, permite validar essas conclusões. Porém, Portugal detém uma maior instabilidade nas taxas de crescimento do total e de novas empresas registadas e na taxa de criação de novas empresas relativamente a Espanha, mas também relativamente aos antigos países europeus da coesão ou a blocos económicos, como a UE ou a OCDE.

Em Espanha, a taxa de criação de novas empresas apresenta o valor mais elevado em 2000, sendo 2001 o ano no qual se verificam taxas de crescimento do registo de empresas mais elevadas do período. Espanha apresenta uma densidade empresarial bastante elevada, quando comparada com Portugal, mas sobretudo com a UE e a OCDE e com o universo de países constantes no WBGES 2008. Esta apreciável densidade empresarial, do total de empresas registadas, mas também do registo de novas empresas, indicia, a par das conclusões de estudos anteriores, maiores taxas de sobrevivência empresarial em Espanha do que as existentes em Portugal.

Em Portugal, o crescimento anual mais significativo do registo de empresas, ocorreu entre 2000 e 2001, com uma taxa de crescimento de 15,5%, para o total de empresas e de 122,1% para as novas empresas. Em 2001, o elevado acréscimo no registo de novas empresas representa um fenómeno isolado e específico para Portugal, não havendo paralelo nem na Irlanda ou Grécia, nem ao nível da média da União Europeia. A entrada em vigor do terceiro Quadro Comunitário (QCA III), anunciado para 2000, pode ser apontado como um eventual factor explicativo preponderante. Uma análise feita para a criação de empresas empregadoras em Portugal com pelo menos um trabalhador remunerado, com base nos Quadros de Pessoal, revela que em 2000 ocorreu a reactivação de um grande número de empresas com mais de um trabalhador remunerado. Avançamos com a hipótese de que empresas que não apareciam nos Quadros de Pessoal, pois estavam abaixo do limiar de um trabalhador remunerado, foram imediatamente “reactivadas” em 2000, após o anúncio da abertura das candidaturas ao QCA III. Posteriormente, no ano seguinte, criou-se um número avultado de novas empresas, que aparecem consequentemente nos registos do WBGES em 2001. O projecto “Empresa na Hora”, implementado em 2005, não teve um impacto substancial nos anos imediatamente subsequentes, a nível de grandes acréscimos no registo de novas empresas, considerando a evolução ao longo deste período.

No entanto, de acordo com os dados dos registos de criação de empresas, apesar de Portugal e Espanha apresentarem densidades empresariais superiores à média da União Europeia e da OCDE, as taxas de registo de novas empresas são inferiores à média da UE ao longo de todo o período (com excepção de Portugal em 2001), o que leva a concluir por uma relativa menor dinâmica do registo de novas empresas a nível ibérico.

Finalmente, a comparação entre diferentes fontes de informação a nível da criação de empresas, revela que existem discrepâncias substanciais de análise, quando são consideradas empresas juridicamente activas ou empresas economicamente activas, não só a nível de posicionamento relativo dos mesmos indicadores para um determinado país, como também utilizando os mesmos indicadores para comparar entre diferentes países. A utilização dos dados do WBGES 2008, traduz-se em taxas de criação de empresas em geral mais baixas do que as taxas de criação de empresas obtidas a partir da população de empresas economicamente activas, pois a população total de empresas registadas formalmente é naturalmente maior do que o número de empresas economicamente activas. Este facto indica que análises comparativas de empreendedorismo entre países não devem considerar apenas o registo de

empresas, devendo ser complementadas com outras fontes de informação onde esteja representado o universo relevante de empresas efectivamente em actividade.

BIBLIOGRAFIA

- Acs, Z., S. Desai and L. Klapper (2008), "What does "Entrepreneurship" data really show?, a comparison of the Global Entrepreneurship Monitor and the World Bank Group Datasets", World Bank, Policy Research Working Paper Series 4467.
- Audretsch, D. (1995) "Innovation, Growth and Survival", International Journal of Industrial Organization, n. 13, p. 441-457.
- Banco Mundial (2008), "Doing Business", The World Bank: Washington, D.C..
- Cabral, L. (2007), "Small firms in Portugal: A selective Survey of Stylized Facts, Economic Analysis and Policy Implementation", Portuguese Economic Journal, vol. 6 (1), p. 65-88.
- Consejo Superior de Cámaras de Comercio, Industria y Navegación de España, (2003) "Creación y consolidación de empresas. Políticas de apoyo", Servicio de Estudios.
- Eurostat (2004), "Business demography in Europe, results for 10 member states and Norway", joint work with the European Commission.
- Eurostat/OECD (2007), "Eurostat/OECD Manual on Business Demography Statistics".
- Gabinete de Estratégia e Estudos (2010), "Síntese Estatística da Dinâmica Empresarial", Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.
- Instituto Nacional de Estatística (2009), "Demografia de Empresas 2004-2007, O Empreendedorismo em Portugal - Indicadores sobre a Demografia das Empresas", Destaque..
- Klapper, Leora, A. Lewin and J. M.Q. Delgado (2009) "The impact of business environment on the business creation process", The World Bank Policy Research Working Paper Series 4937.
- Klapper, Leora (2008a), "Entrepreneurship and Economic Development, an overview of the 2008 World Bank Entrepreneurship Survey (WBGES)", Presentation, The World Bank Group.
- Klapper, L., R. Amit and M. Guillén (2008b), "Entrepreneurship and firm formation across countries" The World Bank Policy Research Working Paper Series 4313.
- Klapper, L. F. and Juan Manuel Quesada Delgado (2007), "World Bank Group Entrepreneurship Survey: Data Overview", 2007 Kauffman Symposium on Entrepreneurship and Innovation Data, World Bank 2007.
- Klapper, L. (2006), "Entrepreneurship: How Much Does the Business Environment Matter?" Viewpoint series, Note 313. World Bank Group, Financial and Private Sector Development Vice Presidency, Washington, D.C.
- López-García, P. and Sergio Puente (2009), "Employment generation by small firms in Spain", Documentos de Trabajo nº 903, Banco de España.
- Nunes, A. e E. de Morais Sarmiento (2010a), "Business demography dynamics in Portugal: a non-parametric survival analysis", Working Papers do Grupo de Estudos Monetários e Financeiros, nº 10/2010, Universidade de Coimbra (2010).
- Nunes, A. e E. de Morais Sarmiento (2010b) "Business demography dynamics in Portugal: a semi-parametric survival analysis", Working Papers do Grupo de Estudos Monetários e Financeiros, nº 9/2010, Universidade de Coimbra (2010).
- OECD/Eurostat (2009), "Measuring Entrepreneurship, A Collection of Indicators, 2009 Edition", OECD-Eurostat Entrepreneurship Indicators Programme.

OECD/Eurostat (2008), "Measuring Entrepreneurship: A digest of indicators", OECD-Eurostat Entrepreneurship Indicators Programme.

Sarmiento, E. de Morais e A. Nunes (2010a) "Getting smaller: size dynamics of employer enterprises in Portugal" in "Cadernos Sociedade e Trabalho", Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (*forthcoming*).

Sarmiento, E. de Morais and A. Nunes (2010b), "Entrepreneurship performance indicators for active employer enterprises in Portugal", Temas Económicos nº 9, Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

Sarmiento, E. de Morais e A. Nunes (2010c), " Entrepreneurship in Portugal: Comparison between the World Bank Data and Quadros de Pessoal", Temas Económicos nº 10, Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

A Evolução do Valor Acrescentado Bruto e do Excedente Bruto de Exploração dos Ramos de Actividade entre 2000 e 2007

João Carlos Fonseca⁷

A recente publicação das contas nacionais anuais em base 2006 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) permite avaliar a evolução da taxa de crescimento do valor acrescentado bruto (VAB) e do excedente bruto de exploração/rendimento misto bruto (EBE)⁸, em preços correntes, em 13 ramos de actividade da economia portuguesa no período de 2000 a 2007.

O Produto Interno Bruto é normalmente analisado do ponto de vista da Despesa (consumo, investimento e exportações líquidas). Quando considerado na óptica do Produto, o VAB é a variável económica relevante. A conjugação entre a evolução da Produção e do Consumo Intermédio, de onde resulta o VAB, permite aferir a evolução do custo em consumos intermédios por cada unidade do valor da produção. Analogamente, da conjugação entre a evolução das Remunerações e do VAB conseguimos obter um retrato da evolução do custo da primeira variável por unidade da segunda (ver caixa).

De acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC₉₅), o VAB faz parte da conta de Produção e é igual à diferença entre a Produção e o Consumo Intermédio de um ramo de actividade ou de um sector institucional. A Produção é constituída pelos produtos (bens e serviços) criados durante o período contabilístico. O Consumo Intermédio consiste no valor dos bens e serviços consumidos como elementos de um processo de produção, excluindo os activos fixos, cujo consumo é registado como consumo de capital fixo.

O EBE faz parte da conta de exploração e constitui o excedente (ou o défice) resultante das actividades produtivas, antes de serem tidos em consideração os juros, as rendas ou encargos que a unidade produtiva:

- a) Deve pagar pelos activos financeiros ou pelos activos corpóreos não produzidos que obteve por empréstimo ou locação;
- b) Deve receber pelos activos financeiros ou pelos activos corpóreos não produzidos de que é proprietária.

O excedente de exploração corresponde ao rendimento que as próprias unidades obtêm com a utilização dos seus activos produtivos e é obtido pela diferença entre o VAB, as Remunerações e os Impostos Líquidos de Subsídios à Produção.

No caso de empresas não constituídas em sociedades do sector das famílias, o saldo da conta de exploração contém implicitamente um elemento de remuneração do trabalho efectuado pelo proprietário ou membros da sua família, que não pode distinguir-se do seu lucro enquanto empresário. É o que se designa por «rendimento misto» e é parte do EBE gerado pela actividade económica.

1	Produção
2	Consumo Intermédio
3=1-2	Valor Acrescentado Bruto
4	Remunerações
5	Impostos Líquidos de Subsídios à Produção
6=3-4-5	Excedente Bruto de Exploração

1. A Evolução do VAB

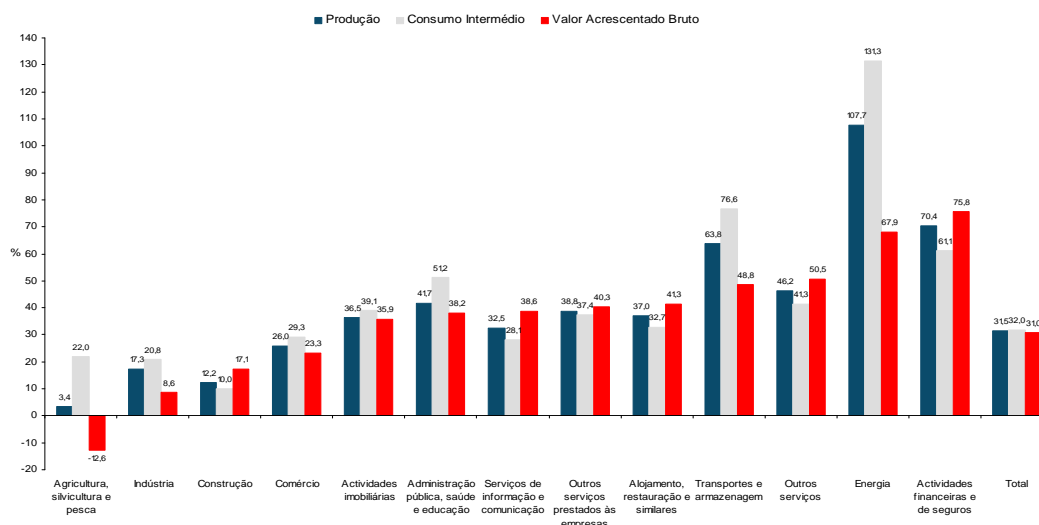
A Figura 1 mostra que, no período considerado, a Agricultura, silvicultura e pesca foi o único ramo de actividade que viu diminuir o seu VAB em termos nominais (-12,6%). Os ramos que registaram um menor crescimento, ainda que positivo, foram a Indústria e a Construção (8,6% e 17,1%, respectivamente). Os sectores de serviços, por sua vez, foram aqueles em que o VAB mais cresceu em termos acumulados,

⁷ Técnico Superior na Direcção de Serviços de Análise Económica e Previsão do Gabinete de Estratégia e Estudos. O conteúdo deste trabalho é da exclusiva responsabilidade do autor.

⁸ Por uma questão de simplificação, daqui em diante utilizaremos apenas a designação excedente bruto de exploração.

destacando-se as Actividades financeiras e seguros (75,8%), Outros serviços⁹ (50,5%) e Transportes e armazenagem (48,8%).

Figura 1. Taxa de crescimento do VAB por ramo de actividade em preços correntes (2000-07)



Fonte: INE

Esta continuação da tendência de “terciarização” da economia portuguesa é confirmada na Tabela 1 pelo aumento do peso no PIB dos ramos dos serviços face aos sectores primário e secundário e à Construção. O comércio é o único sector de serviços em que o peso na actividade económica se reduziu.

Tabela 1. Evolução do peso do VAB por ramo de actividade em preços correntes (2000-07)

Ramo de Actividade	2000		2007		Diferença 2007-00	
	M€	%	M€	%	M€	p.p.
Agricultura, silvicultura e pesca	4.022	3,6	3.515	2,4	-507	-1,2
Indústria	19.654	17,7	21.343	14,6	1.690	-3,0
Energia	2.972	2,7	4.990	3,4	2.019	0,8
Construção	9.136	8,2	10.700	7,3	1.564	-0,9
Comércio	16.011	14,4	19.738	13,5	3.727	-0,8
Transportes e armazenagem	4.489	4,0	6.679	4,6	2.190	0,5
Alojamento, restauração e similares	4.974	4,5	7.026	4,8	2.052	0,4
Serviços de informação e comunicação	3.970	3,6	5.505	3,8	1.534	0,2
Actividades financeiras e de seguros	6.265	5,6	11.014	7,6	4.749	1,9
Actividades imobiliárias	8.709	7,8	11.836	8,1	3.126	0,3
Outros serviços prestados às empresas	6.498	5,8	9.120	6,3	2.622	0,4
Administração pública, saúde e educação	22.077	19,8	30.506	20,9	8.429	1,1
Outros serviços	2.476	2,2	3.727	2,6	1.251	0,3
Total VAB preços base	111.252	100,0	145.698	100,0	34.445	
Por memória:						
VAB preços base	111.252	87,6	145.698	86,3	34.445	-1,2
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	15.755	12,4	23.039	13,7	7.284	1,2
Produto Interno Bruto	127.007	100,0	168.737	100,0	41.730	0,0

Fonte: INE

Considerando agora a evolução das variáveis Produção e Consumo Intermédio, verifica-se que foram vários os ramos em que o valor dos consumos intermédios cresceu mais do que o valor da produção, revelando um aumento do custo em consumos intermédios por cada unidade do valor da produção entre 2000 e 2007. Os casos mais salientes são a Agricultura, silvicultura e pesca (em que o Consumo Intermédio cresceu 22% e a Produção cresceu apenas 3,4%), Energia (Consumo intermédio – 131,3%; Produção – 107,7%) e Transportes e Armazenagem (Consumo intermédio – 76,6%; Produção – 63,8%). A Figura 1 mostra ainda os sectores em que a variação da Produção foi superior à dos consumos intermédios: Actividades financeiras e de seguros; Outros serviços; Alojamento, restauração e similares; Outros serviços prestados às empresas; Serviços de informação e comunicação; Construção.

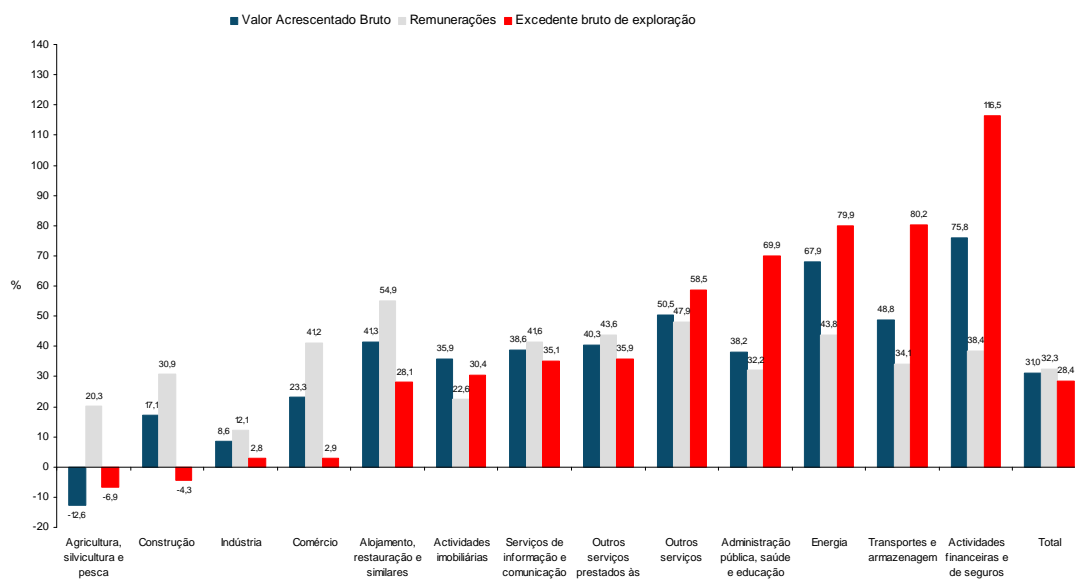
⁹ Artes, entretenimento e recreação, Outras actividades de serviços, Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e de produção de bens e serviços para uso próprio e Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais

Por último, refira-se que, em termos globais, o VAB do total da economia cresceu menos do que a Produção, o que significa que, entre 2000 e 2007, houve um maior aumento de utilização de consumos intermédios, em valor, para assegurar o crescimento do valor de produção.

2. A Evolução do EBE

Relativamente ao EBE, a Figura 2 mostra que Agricultura, silvicultura e pescas e Construção registaram uma evolução negativa no período 2000-2007 (-6,9% e -4,3%, respectivamente), tendo a Indústria e o Comércio crescido apenas residualmente (2,8% e 2,9%, respectivamente). Inversamente, os ramos Actividades financeiras e de seguros (116,5%), Transportes e armazenagem (80,2%) e Energia (79,9%) foram aqueles em que o EBE mais cresceu.

Figura 2. Taxa de crescimento do EBE em preços correntes (2000-07)



Fonte: INE

Com base na evolução verificada, os ramos cujo contributo para o total do EBE na economia mais cresceu foram Actividades financeiras e de seguros, Administração pública, saúde e educação, Energia e Transportes e Armazenagem (Tabela 2). Os ramos que registaram as maiores reduções do peso no total de EBE foram Indústria, Comércio, Agricultura, silvicultura e pesca e Construção. Estes valores traduzem também o aumento do peso da importância do sector dos serviços (com a excepção do Comércio) na economia portuguesa.

Figura 2. Evolução do peso do EBE por ramo de actividade em preços correntes (2000-07)

Ramo de Actividade	2000		2007		Diferença 2007-00	
	M€	%	M€	%	M€	p.p.
Agricultura, silvicultura e pesca	3.409	6,9	3.175	5,0	-234	-1,9
Indústria	8.433	17,0	8.667	13,6	233	-3,4
Energia	2.011	4,1	3.619	5,7	1.608	1,6
Construção	3.640	7,3	3.484	5,5	-156	-1,9
Comércio	7.588	15,3	7.807	12,3	219	-3,0
Transportes e armazenagem	1.428	2,9	2.574	4,0	1.146	1,2
Alojamento, restauração e similares	2.527	5,1	3.237	5,1	710	0,0
Serviços de informação e comunicação	2.390	4,8	3.230	5,1	840	0,3
Actividades financeiras e de seguros	2.988	6,0	6.469	10,2	3.481	4,1
Actividades imobiliárias	8.382	16,9	10.931	17,2	2.549	0,3
Outros serviços prestados às empresas	2.904	5,9	3.946	6,2	1.043	0,3
Administração pública, saúde e educação	3.301	6,7	5.608	8,8	2.308	2,2
Outros serviços	594	1,2	942	1,5	348	0,3
Total	49.595	100,0	63.688	100,0	14.094	

Fonte: INE

Considerando agora os componentes do EBE podemos aferir a evolução da relação entre o custo das remunerações por cada unidade do VAB entre 2000 e 2007:

- Nos ramos de actividade Indústria, Comércio, Alojamento, restauração e similares, Agricultura, silvicultura e pesca, Construção, Serviços de informação e comunicação e Outros serviços prestados às empresas, as remunerações cresceram mais do que o VAB¹⁰, o que mostra um maior custo em remunerações por unidade do VAB;
- Em Actividades financeiras e de seguros, Transportes e armazenagem, Energia, Administração pública, saúde e educação e Outros serviços as remunerações cresceram menos que o VAB, o que revela um menor custo em remunerações por unidade do VAB.

Ao nível do total da economia, na Figura 2 observa-se ainda que, à semelhança do que aconteceu no primeiro grupo de ramos, a taxa de crescimento das Remunerações foi superior à do VAB.

3. Conclusões

Da análise conjugada das contas de produção e de exploração dos ramos de actividade é possível tirar as seguintes conclusões:

- A Agricultura, silvicultura e pesca, a Indústria e o Comércio apresentam aumentos do custo em consumos intermédios por cada unidade do valor da produção e no custo em remunerações por unidade do VAB, enquanto que as Actividades financeiras e de seguros e os Outros Serviços apresentam evolução oposta;
- Como consequência da evolução dos ramos, entre 2000 e 2007 reforçou-se a tendência anterior de “terciarização” da economia portuguesa, sendo o Comércio, na desagregação apresentada, o único serviço que não confirma esta evolução;
- Ao nível do total da economia, verificou-se uma relativa estabilização do custo em consumos intermédios por cada unidade do valor da produção e no custo em remunerações por unidade do VAB.

¹⁰ Os sectores Serviços de informação e comunicação e Outros serviços prestados às empresas também registaram um crescimento das remunerações em relação ao VAB, embora em menor escala relativa.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. INICIATIVAS

INICIATIVA	SUMÁRIO
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>13 de Julho de 2010</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 13 de Julho de 2010 destacam-se os seguintes pontos:</p> <p>▪ Programa de trabalhos da Presidência Belga:</p> <p>O Ministro das Finanças belga apresentou o programa da Presidência deste país que terá lugar durante o segundo semestre do ano corrente, o qual assenta em cinco prioridades principais: (i) reformas do sector financeiro, (ii) política económica e orçamental, (iii) fiscalidade, (iv) papel externo da UE e (v) orçamento da UE.</p> <p>De destacar que, no que se refere ao sector financeiro, é dada prioridade à finalização das negociações já iniciadas, nomeadamente ao “pacote supervisão” e à Directiva sobre fundos de investimento alternativos; a Presidência prevê igualmente iniciar a negociação de outros <i>dossiers</i>, entre os quais: i) derivados <i>over-the-counter</i> (OTC), no sentido de aumentar a respectiva segurança e transparência; ii) “medidas apropriadas” no âmbito do <i>short selling</i> (venda a descoberto) e <i>credit default swaps</i>; e iii) sistemas de compensação a depositantes e investidores, para reforçar a protecção do consumidor.</p> <p>No que se refere à política económica e orçamental, a prioridade a curto prazo será a de acelerar a consolidação orçamental e as reformas estruturais, a fim de garantir a viabilidade das finanças públicas e garantir um crescimento sustentável na UE; especial atenção será dada aos trabalhos da <i>Task Force Van Rompuy</i> relativa ao reforço da coordenação das políticas económicas.</p> <p>▪ Reforma da Regulação Financeira: O Conselho ECOFIN adoptou uma orientação política sobre o “pacote de supervisão” - o qual inclui três regulamentos instituindo as Autoridades de Supervisão Europeias (banca, mercados e seguros), dois regulamentos que instituem o Comité Europeu de Risco Sistémico e que definem o papel do BCE nessa instituição e uma directiva que implementa as alterações institucionais que decorrem das outras propostas legislativas, nas diversas regulações sectoriais -, tendo em vista a continuação de negociações com o Parlamento Europeu de forma a que as diferentes instituições possam estar operacionais em 1 de Janeiro de 2011.</p> <p>▪ Follow-up do Conselho Europeu de Junho: O Conselho discutiu a pertinência da introdução de um “Semestre Europeu” a partir de 2011, o qual preconiza a apresentação em simultâneo dos programas de estabilidade e convergência e dos programas nacionais de reforma, permitindo uma sincronização da avaliação das políticas orçamentais e estruturais e em dar uma dimensão <i>ex ante</i> ao Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC). Neste âmbito, o Ecofin incumbiu o Comité Económico e Financeiro para efectuar as alterações necessárias ao “Código de Conduta” relativo à implementação do PEC.</p> <p>▪ Orientações Gerais de Política Económica: O Conselho adoptou as novas Orientações Gerais de Política Económica. Juntamente com as Orientações para as Políticas de Emprego, formam as Linhas Directrizes Integradas que deverão ser postas em prática nos próximos anos no âmbito da nova Estratégia Europa 2020, orientada para um crescimento económico mais inteligente, sustentável e inclusivo.</p> <p>▪ Procedimentos de Défices Excessivos: O Conselho adoptou conclusões indicando que Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Eslováquia, Eslovénia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Portugal, República Checa e Reino Unido tomaram medidas para a correcção da situação de défice excessivo no prazo</p>

INICIATIVA	SUMÁRIO
	<p>preconizado pelo Conselho.</p> <p>O Conselho deu ainda início aos procedimentos de défices excessivos da Bulgária, Dinamarca, Chipre e Finlândia, tendo igualmente adoptado recomendações com os respectivos prazos para correcção dessas situações.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Adopção do Euro pela Estónia: Na sequência da reunião do Conselho Europeu de 17 de Junho, foram adoptados os instrumentos legais que permitirão à Estónia aderir ao euro a partir de 1 de Janeiro de 2011. Foi igualmente fixada a taxa de conversão irrevogável da coroa da Estónia face ao euro, a qual se fixou em 15,6466 coroas por euro, que corresponde à taxa central desta moeda no MTCII. Esta decisão alarga para dezassete o número de países da área do euro.
<p>Promoção da micro e mini geração eléctrica e dos biocombustíveis</p>	<p>No âmbito da Estratégia Nacional da Energia 2020, recentemente aprovada, o Conselho de Ministros de 8 de Julho aprovou um conjunto de diplomas que visam:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incentivar a produção descentralizada de electricidade em baixa tensão por particulares e entidades da área da educação, saúde, solidariedade e protecção social, bem como na área da defesa e segurança e outros serviços do Estado ou das autarquias locais (em regime de micro ou mini produção de energia). - Promover a eficiência energética fixando-se como condição de acesso ao regime bonificado de venda de electricidade a aplicação de medidas de eficiência energética. - Promover a utilização de biocombustíveis no sector dos transportes através de um mecanismo de apoio à sua introdução no mercado. <p>Foi ainda aprovada a extinção das tarifas reguladas, a partir e 1 de Janeiro de 2011, de venda a clientes finais de electricidade com consumos em Muita Alta Tensão (MAT), Alta Tensão (AT), Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE). Os consumidores em Baixa Tensão com potência contratada até 41,4 kW, onde se incluem todos os consumidores domésticos e pequenas empresas, continuarão a poder ser fornecidos pelo Comercializador de Último Recurso, pagando as respectivas tarifas fixadas pela ERSE.</p>
<p>Livro Branco do Sector Empresarial Local</p>	<p>O Conselho de Ministros de 1 de Julho aprovou, em concordância com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a elaboração de um estudo de caracterização económica e financeira do sector empresarial local.</p> <p>Este estudo, designado por Livro Branco do Sector Empresarial Local, permitirá um melhor conhecimento do sector e, conseqüentemente, a definição das medidas adequadas para garantir a sustentabilidade das empresas deste universo (empresas municipais, intermunicipais e metropolitanas).</p> <p>Neste âmbito, foi aprovada a criação da Comissão de Acompanhamento da elaboração do estudo que será presidida pelo Professor Doutor Victor Martins.</p>
<p>Programa de Ordenamento do Território do Alentejo</p>	<p>O Conselho de Ministros de 16 de Julho aprovou o Plano de Ordenamento do Território do Alentejo, em que se destacam as seguintes orientações estratégicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento da plataforma portuária de Sines, do aeroporto de Beja e a emergência de novas áreas, como o caso da área aeronáutica; - Concretização da Linha de Alta Velocidade Ferroviária entre Lisboa e Madrid e da linha convencional de mercadorias Sines-Madrid; - Reforço da complementaridade dos centros urbanos; - Aproveitamento do Alqueva para suporte à modernização da agricultura e para actividades turísticas; - Turismo no Litoral Alentejano.

INICIATIVA	SUMÁRIO
Estratégia para a Aceleração da Execução de Projectos Empresariais (QREN)	<p>No âmbito dos Sistemas de Incentivos do QREN foi aprovada a Estratégia para a Aceleração da Execução de Projectos Empresariais. O conjunto de medidas apoia-se em três pilares:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Criação de uma Linha de Crédito QREN-Investe de 800 milhões de euros, para facilitar o acesso ao financiamento, que irá disponibilizar um mecanismo de partilha de risco com as instituições bancárias através do sistema de garantia mútua. São ainda disponibilizados novos fundos de capital de risco e de financiamento por <i>business angels</i>, que poderão intervir no reforço dos capitais próprios das empresas com projectos aprovados nos Sistemas de Incentivos do QREN; 2) Conjunto de medidas de gestão dos sistemas de incentivos que permitirá a adaptação dos projectos a realidades económicas diversas, bem como a simplificação de processos; 3) Abertura de concursos, orientando-os para as prioridades da recuperação económica centradas na produção transaccionável e nos serviços de valor acrescentado, na I&D, na inovação e na internacionalização.
Convenções sobre dupla tributação com Colômbia e Panamá	O Estado Português concluiu negociações com a Colômbia e Panamá para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento. Estas convenções visam mitigar o fenómeno da dupla tributação internacional e os custos fiscais da internacionalização do tecido empresarial português, e reforçar os mecanismos de troca de informação com outras administrações tributárias.
Conselho Nacional para a Economia Social	O Conselho de Ministros de 22 de Julho criou o Conselho Nacional para a Economia Social, órgão consultivo, de avaliação e de acompanhamento ao nível das estratégias e das propostas políticas nas questões ligadas à dinamização e ao crescimento da economia social, bem como à criação de estruturas e de mecanismos específicos de apoio e de incentivo ao seu desenvolvimento.
Harmonização dos horários dos estabelecimentos comerciais	O Conselho de Ministros de 22 de Julho aprovou a modificação do regime dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, possibilitando que, independentemente da sua dimensão, estejam abertos entre as 6 e as 24h em todos os dias da semana.

2. SELECÇÃO DE MEDIDAS LEGISLATIVAS

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Medidas Adicionais ao PEC</i> Lei n.º 12-A/2010 - Série I, Suplemento, n.º 125, de 30/06</p>	Aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).
<p><i>Primeiro orçamento suplementar da Assembleia da República para 2010</i> Resolução da Assembleia da República n.º 59/2010 - I Série n.º 125, de 30/06</p>	A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar o orçamento suplementar para o ano 2010.
<p><i>Mobilidade eléctrica</i> Portaria n.º 456/2010 – I Série n.º 126, de 01/07</p>	Estabelece os requisitos técnicos e financeiros a que fica sujeita a atribuição de licença para o exercício da actividade de comercialização de electricidade para a mobilidade eléctrica, bem como algumas regras procedimentais aplicáveis à instrução do respectivo requerimento.
<p><i>Veículos eléctricos</i> Portaria n.º 468/2010 - Série I n.º 130, de 07/07</p>	Estabelece os termos em que são concedidos os incentivos financeiros à aquisição de veículos novos exclusivamente eléctricos previstos no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de Abril.
<i>Iniciativas Emprego 2009 e 2010</i>	A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
Resolução da Assembleia da República n.º 64/2010 - I Série n.º 132, de 09/07	166.º da Constituição, recomendar ao Governo que: 1. Proceda a uma avaliação rigorosa e isenta da Iniciativa para o Emprego 2009 e que o seu relatório seja tornado público. 2. No âmbito da Iniciativa para o Emprego 2010 sejam criados, com a maior urgência, indicadores físicos e financeiros por medida e publicados mensalmente.
<i>Apresentação de Contas Públicas</i> Resolução da Assembleia da República n.º 66/2010 - I Série n.º 132, de 09/07	Recomenda ao Governo que apresente todos os elementos estatísticos das contas públicas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95).
<i>Receitas Próprias da Autoridade da Concorrência (AdC)</i> Portaria n.º 505/2010 – Série II n.º 133, de 12/07	Estabelece que a Autoridade da Concorrência (AdC) recebe, a título de receitas próprias, o valor máximo de 7,5% do montante das taxas cobradas, no último exercício em que tenham contas fechadas, pelas sete entidades reguladoras sectoriais definidas na Portaria.
<i>Concurso para financiamento de actividades que contribuam para o cumprimento dos objectivos em matéria de gestão de resíduos</i> Aviso n.º 13758/2010 – Série II n.º 133, de 12/07	Torna público a abertura do concurso para financiamento de actividades dos sujeitos passivos que contribuam para o cumprimento dos objectivos nacionais em matéria de gestão de resíduos. O objectivo do concurso é incentivar os agentes económicos a contribuírem para que aqueles objectivos sejam alcançados.
<i>Aprovação do Regulamento de Gestão do Fundo de Intervenção Ambiental</i> Portaria n.º 485/2010 – Série I n.º 134, de 13/07	Estabelece o procedimento de apresentação e selecção de projectos de intervenção que visem o financiamento, pelo Fundo de Intervenção Ambiental (FIA), de iniciativas de prevenção e reparação de danos a componentes ambientais naturais ou humanas.
<i>Aprovação do Regulamento de Gestão do Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos</i> Portaria n.º 486/2010 – Série I n.º 134, de 13/07	Estabelece o procedimento de apresentação e selecção de projectos de intervenção que visem o financiamento, pelo Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos (FPRH), de iniciativas que contribuam para a utilização racional e para a protecção dos recursos hídricos.
<i>Aprovação do Regulamento de Gestão do Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade</i> Portaria n.º 487/2010 – Série I n.º 134, de 13/07	Aprova o Regulamento da Gestão do Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade no âmbito do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), estabelecendo o procedimento de apresentação e selecção de candidaturas de projectos e a tipologia de apoios e beneficiários elegíveis. O objectivo deste fundo é o de promover a conservação da natureza através da valorização económica da biodiversidade e dos ecossistemas.
<i>Alteração ao modelo de apoio à promoção do vinho e produtos vínicos no mercado interno</i> Despacho n.º 11536/2010 – Série II n.º 136, de 15/07	Reforça o apoio, em 2010, à «Informação/educação» de forma a promover o consumo moderado de bebidas alcoólicas do sector vitivinícola e divulgar a estratégia comunitária para a redução dos malefícios relacionados com o consumo de álcool.
<i>Confirmação da utilidade turística atribuída a título prévio ao Monte da Quinta Hotel Apartamento</i> Despacho n.º 11594/2010 – Série II n.º 137, de 16/07	Tendo em consideração os critérios legais aplicáveis e o parecer do Turismo de Portugal, confirma a utilidade turística atribuída por sete anos e a título prévio ao Monte da Quinta Hotel Apartamento, de 4 estrelas.
<i>Selo de Empresa Qualificante</i> Portaria n.º 537/2010 – Série I n.º 138, de 19/07	Cria o Selo de Empresa Qualificante, destinado a reconhecer empresas e outras entidades empregadoras de direito privado que investem em processos de qualificação dos seus trabalhadores e que enquadram essa intervenção no âmbito quer do Sistema Nacional de Qualificações quer da formação contínua desenvolvida noutros contextos.
<i>Prestações a praticarem pela EGREP, EPE, referentes às categorias de produtos de petróleo</i> Despacho n.º 11654/2010 – Série II n.º 138, de 19/07	Aprova as prestações, referentes às categorias de produtos de petróleo, que a Entidade Gestora de Reservas Estratégicas e Produtos Petrolíferos (EGREP, EPE) recebe dos agentes obrigados à constituição de reservas. Estas prestações permitem o ressarcimento dos custos incorridos com a manutenção das reservas a cargo da EGREP, EPE.
<i>Alteração do cálculo da remuneração e da renda dos terrenos na posse da Rede Nacional de Transporte de</i>	Altera a Portaria n.º 96/2004, de 23 de Janeiro, em termos de cálculo de remuneração e da renda dos terrenos situados no domínio hídrico que se mantém na posse da entidade concessionária da Rede

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Electricidade (RNT)</i> Portaria n.º 542/2010 – Série I n.º140, de 21/07	Nacional de Transporte de Electricidade (RNT).
<i>Preço máximo de venda às entidades que introduzem gasóleo rodoviário no consumo</i> Portaria n.º 543/2010 – Série I n.º140, de 21/07	Actualiza o preço máximo de aquisição, pelas entidades obrigadas à sua incorporação no gasóleo, para as quantidades de biodiesel que não beneficiarem de isenção fiscal.
<i>Isenção de IRC</i> Despacho n.º 11749/2010 – Série II n.º140, de 21/07	Reconhece ao Centro Cultural Recreativo e Desportivo de Belas a isenção de IRC, em rendimentos das categorias B, E, F e G.
<i>Revogação da utilidade turística</i> Despacho n.º 11769/2010 – Série II n.º140, de 21/07	Revoga o estatuto de utilidade turística atribuída a título prévio ao Saldanha Park Hotel.
<i>Regulamento de Instalação, de Funcionamento, de Reparação e de Alteração de Equipamentos de Pressão</i> Decreto-Lei n.º 90/2010 – Série I n.º141, de 22/07	O presente decreto-lei executa uma das medidas do Programa Simplex, aprovando e simplificando o novo Regulamento de Instalação, de Funcionamento, de Reparação e de Alteração de Equipamentos sob Pressão (ESP). Revoga o Decreto-Lei n.º 97/2000, de 25 de Maio.
<i>Empreende Jovem – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo</i> Decreto Legislativo Regional n.º 25/2010/A – Série I n.º141, de 22/07	Reformula o Empreende Jovem – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo que entrou em vigor com o Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/A, de 31 de Julho, no sentido de ampliar e clarificar o seu âmbito de intervenção.

Abreviaturas Utilizadas

